



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 85

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta Feira, 24 de Novembro de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 20 minutos.

Após a leitura da correspondência no **Período de Antes da Ordem do Dia**, passou-se de imediato à **Ordem do Dia** em que foram discutidos e votados os seguintes diplomas:

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional e Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional"**, cuja apresentação do Projecto coube ao Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Na discussão dos diplomas usaram das palavra os Srs. Deputados Berta Cabral (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão, bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Submetidos à votação os diplomas foram aprovados por maioria, na generalidade.

Na especialidade foi discutido o diploma do *PCP* que foi aprovado por maioria tanto na especialidade como em votação final global.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Fernando Meneses (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Jorge Valadão (*PSD*).

- Projectos de Decreto Legislativo Regional do PSD e do PCP e Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, sobre "Remuneração Complementar" cujas apresentações couberam aos Srs. Deputados Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Na discussão na generalidade usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Augusto Elavai (*PS*), Dionísio Sousa (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais, Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*; da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes* e o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Na generalidade os diplomas foram aprovados por maioria.

A especialidade recaiu sobre o diploma do PSD, que foi aprovado, tanto na especialidade como em votação final global, por maioria.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*):.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP e Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, sobre "Complemento de Pensão", tendo o Sr. Deputado Paulo Valadão feito a apresentação do Projecto.

Na discussão na generalidade usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Submetidos à votação os diplomas foram aprovados na generalidade por maioria.

A discussão na especialidade recaiu sobre o Projecto do PCP em que intervieram os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria, tanto na especialidade como em votação final global.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Paulo Valadão (*PCP*).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Alteração ao Orçamento da Região para 1999"**, cuja apresentação coube ao Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*.

Na discussão deste diploma intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*, e da Habitação e Equipamentos, *José Contente*..

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria tanto na generalidade, especialidade e votação final global.

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional - Reforço de Capacidade de Investimento das Autarquias Locais**, cuja apresentação coube ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*).

A discussão deste diploma ficou agendado para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos.

Presidente: Srs. Deputados vamos iniciar aos nossos trabalhos.

(Eram 10,20 horas)

Peço aos Srs. Deputados a atenção para a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Guilherme Marinho Pinto de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

José **Élio Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do Nascimento Ávila

João Luis Sanchez dos Santos

Luis Machado Resendes

Manuel Goulart Serpa

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

João Manuel Bettencourt Cunha

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Gabriel Gomes da Silveira **Gonçalves**

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sandra Maria Sousa Garcia Bessa

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos, com a leitura da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Para audição dos Órgãos de Governo Próprio, o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece as regras relativa à etiquetagem energética das lâmpadas eléctricas para uso doméstico, transpondo para o Direito Interno a Directiva da Comissão nº. 98/11/CE, de 17 de Janeiro".

Secretária (*Natividade Luz*): Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Regula os procedimentos de contratação pública nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações".

Presidente: Vamos então dar continuidade à nossa ordem do dia "**Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional**".

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez estamos nesta tribuna para apresentar e iniciar a discussão dum Projecto de Decreto Legislativo Regional que tem por epígrafe o acréscimo ao salário mínimo nacional.

Eu mencionei mais uma vez, porque já foram várias vezes que a Representação Parlamentar do PCP trouxe a este Parlamento e a esta Tribuna, uma proposta no sentido de compensar um pouco, os trabalhadores que menos ganham, na Região Autónoma dos Açores, pelo facto de viverem e trabalharem nesta Região e pelo facto de há muito ter sido reconhecido que o custo de vida nos Açores é superior àquilo que se passa no Continente.

Pensamos que o projecto que apresentamos é uma solução quantitativamente mínima mas no sentido de se procurar fazer alguma justiça.

No projecto que agora apresentamos procuramos ter em conta a realidade económica da Região Autónoma dos Açores e por isso mesmo consideramos que este projecto tem todas as possibilidades, ao ser aprovado, de poder ser executado sem criar quaisquer anomalias no desenvolvimento da economia da Região.

Entendemos que este acréscimo é o primeiro passo no sentido de se fazer justiça remuneratória àqueles que menos ganham na Região Autónoma dos Açores.

A economia desta Região necessita de regras específicas que façam diminuir os custos financeiros das empresas, que limitem os custos económicos acrescidos, gerados pela insularidade, e que possibilitem que esta economia regional possa sobreviver no espaço económico alargado em que está integrada.

A aprovação de uma adaptação do sistema fiscal, o ano passado, que prevê uma redução de 30% no IRC, constituiu uma medida que dava a clara indicação de se querer contribuir para uma redução de encargos nas empresas.

Os órgãos de Governo próprio desta Região, têm porém obrigação político-constitucional de encarar o problema do desenvolvimento, não só pela óptica das empresas, mas também pela óptica dos trabalhadores.

Este conjunto de visões obriga a que se procure contribuir simultaneamente para a viabilização das empresas e para a dignificação de quem trabalha.

Não é viável, em nosso entender, qualquer processo de desenvolvimento socialmente válido, sem que se trabalhe progressivamente para a correcção do grave desvio negativo

que afecta os salários dos trabalhadores por conta de outrém na Região Autónoma dos Açores.

Ao introduzirmos esta inovação legislativa, consideramos que estamos a contribuir para a criação de um quadro de equilíbrio e de justiça, perfeitamente urgente e indispensável, face às especificidades regionais.

Neste momento, temos em cima da mesa o nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional e uma parte da Proposta do Governo que é coincidente com a nossa, no que diz respeito à fixação do acréscimo de 5% em relação ao ordenado mínimo nacional.

Sendo assim, acreditamos que desta vez estão criadas todas as condições para que, efectivamente, os trabalhadores que menos ganham na Região Autónoma dos Açores, os trabalhadores que apenas têm o salário mínimo nacional, venham a ter esta pequena compensação, repito, que segundo o nosso projecto é de 5%, sobre o valor fixado na lei para o ordenado mínimo nacional.

Como disse há pouco, entendemos que esta proposta é comedita, teve como principal objectivo que não houvessem quaisquer convulsões sociais em relação à sua aplicação e à sua execução.

Por outro lado, não nos restam quaisquer dúvidas, no que diz respeito à capacidade que esta Assembleia tem de legislar sobre esta matéria em função daquilo que permite a autonomia constitucional e de acordo com aquilo que está estatuído no próprio Estatuto da Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, e como disse, apesar de já por várias vezes esta matéria ter sido aqui presente, acreditamos que finalmente, estão criadas as condições, para que possa ser implementado este pequeno acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para uma intervenção.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando há um ano atrás, aprovámos nesta Casa, a despenalização fiscal, foi entendimento do PSD, assim como de outros partidos desta Assembleia, que imediatamente se deveria avançar para um sistema de justiça remuneratória que

compensasse todos os restantes trabalhadores que não eram abrangidos por aquele diploma, que eu referi anteriormente.

Nessa medida pretendia-se que todos os trabalhadores, da Região Autónoma dos Açores, públicos, privados, da administração regional, administração local e das empresas, fossem contemplados com um complemento remuneratório que pudesse de alguma forma - porque também temos consciência que a justiça é sempre algo de utópico, que se pretende prosseguir, dificilmente se consegue atingir, mas que se deve caminhar nesse sentido - caminhar no sentido de se fazer justiça aos trabalhadores que não foram abrangidos pela despenalização fiscal.

A única forma de abranger os trabalhadores das empresas privadas é, naturalmente, através do salário mínimo nacional.

É impossível a esta Assembleia, intervir de outra forma, nos acordos colectivos e nas tabelas salariais, das empresas privadas.

Contudo, através de um acréscimo ao salário mínimo estamos certos que haverá um efeito induzido em todos os escalões remuneratórios das empresas privadas e dessa forma todos os trabalhadores das empresas privadas, serão abrangidos.

Da nossa parte, e como já disse há pouco, 5% poderá não ser o valor ideal, mas é o valor possível.

Temos que ter em consciência o tecido económico e empresarial que temos, pois é um tecido que não é robusto ao ponto de conseguir acomodar acréscimos muito superiores a este, mas também temos consciência que é suficientemente forte para acomodar 5% de acréscimo ao salário mínimo, até porque também, o número de trabalhadores que se encontram nessa situação é, efectivamente, diminuto percentualmente em relação a todos os restantes.

Portanto nessa medida o PSD vota, naturalmente, favoravelmente, a proposta que acabou de apresentar em conjunto com o PCP e com o PP.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir alguns esclarecimentos à Sra. Deputada Berta Cabral, pois na sua intervenção não percebi se quem pagaria o salário mínimo seriam as empresas privadas,

ou se seria uma proposta que o PSD fez aqui na Assembleia, no dia 12 de Setembro de 1997, em que disse o seguinte: "a nossa proposta vai no sentido de ser o centro de gestão financeira da segurança social a suportar esse acréscimo salarial, que será facilmente controlado, na medida em que através das folhas de remunerações entregues mensalmente nos próprios Centros de Prestações Pecuniárias, o Governo ficará com todos os mecanismos de controlo sobre essas despesas que as empresas irão ter".

Se mudaram de opinião, por que é que mudaram?

Há um mês, numa entrevista em directo que eu e a Deputada Berta Cabral tivemos, a Deputada Berta Cabral continuava a dizer que o salário mínimo ia ser aprovado, mas os empresários estivessem "descansadinhos da vida", pois não iriam pagar esse salário mínimo.

Gostaria de saber se de há um mês para cá mudou alguma coisa, para mudarem de opinião.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Élavai:

Antes de mais eu queria rectificar uma questão, pois o PSD não aprova uma proposta conjunta, porque de facto esta proposta é só do PCP, não houve alterações.

É apenas uma rectificação...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É um lapso!

A Oradora:... porque eu de facto estava a fazer confusão com a proposta que vamos votar a seguir, em relação à alteração.

Em relação à questão em concreto, ainda ontem expliquei isso, talvez o Sr. não tenha estado atento, mas volto a explicar com todo o gosto.

Há um ano atrás incumbiu-nos o Governo...

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Incumbiu a Assembleia!

A Oradora: Desculpe, mas a Assembleia incumbe o Governo.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Está a querer dizer, com a abstenção do PSD, o Grupo Parlamentar do PS e do PCP ouviram o Governo!

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs Deputados permitam que a Sra. deputada Berta Cabral continue.

A Oradora: Desculpe, Sr. Presidente mas eu penso que os Srs. Deputados e o Governo dormiram muito mal esta noite...

(Risos da Bancada do PSD).

...com a excitação que vai logo de manhã, precisamente numa proposta que até estão de acordo que é do PC, parece-me que as coisas não correram muito bem.

Mas vamos ao que importa.

Esta Assembleia, quer o Governo goste, quer não, tem de facto competência para incumbir o Governo e incumbiu o Governo de estudar a possibilidade de encontrar uma forma do salário ser acrescido através de deduções à taxa única da segurança social.

Não sei se o Governo fez alguns esforços nesse sentido, a verdade é que eu não conheço e pergunto ao Sr. Secretário Regional, que acaba de sair da Sala...

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Eu ainda não saí!

A oradora:...se fez algum esforço, se fez algum contacto, se tomou alguma iniciativa no sentido de compensar os empresários, através de uma menor taxa de desconto para a segurança social.

Só ao Governo caberia fazer isso! Só ao Governo!

Porém o PSD chegou a pôr a hipótese de fazer uma alteração ao diploma, fazendo repercutir estes aumentos no orçamento regional, através de transferências do orçamento regional para a segurança social.

E se os Srs. insistem muito, nós podemos apresentar essa proposta.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo).

A Oradora: Só que também lhe posso dizer que feitas as contas...

Deputada Deputado Augusto Elavai (PS): Não precisa, nós já percebemos!

A Oradora: ... e por sinal na Câmara do Comércio, o valor em causa era, realmente, irrisório, e como era irrisório não fazia sentido criar uma burocracia adicional, nos

serviços da administração regional, pois teriam que controlar os descontos diferentes para a segurança social, teriam que fazer encontro de contas com a segurança social, teriam que fazer transferências do orçamento para o orçamento da segurança social. Isso, de facto, criava uma burocracia adicional que não havia necessidade, porque estavam em causa menos de duzentos mil contos.

Portanto, se o nosso tecido empresarial não acomoda isso, muito mal estamos.

Mas, como todas as últimas declarações, quer do Sr. Secretário da Economia, quer da Câmara do Comércio, são no sentido de que o tecido empresarial regional, até está com alguma folga económica, não nos pareceu correcto introduzir essa alternativa, essa alteração à proposta, de forma a não penalizar ainda mais o funcionamento já pesado de uma administração regional.

Essa é que é a questão. Não houve alteração de opinião.

(Risos do Deputado Dionísio Sousa)

Se consideram assim tão importante até podemos apresentar a proposta. Agora, o Governo é que vai ter que dizer, se está interessado em pagar mais duzentos mil contos ou menos duzentos mil contos.

Não é nada difícil é uma questão de notas de crédito e notas de débito entre a administração regional e a segurança social, entre os empresários e a segurança social. Isto funciona mais ao menos como o IVA, há a haver e há a receber. Não é nada que não se faça, não é nada complicado e o Governo é que terá que fazer a regulamentação disso.

Portanto, não nos preocupamos com isso, essa questão é muito simples.

A verdade é que tendo em conta uma certa "expansão económica" não vimos necessidade de estar a passar isso para o orçamento regional.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já percebi que afinal houve uma troca de papéis, aquilo que se tinha dito, não se disse, isto é que era uma proposta feita pelo PCP.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Grande confusão vai nessa cabeça!

O Orador: Desculpe, foi a Deputada Berta Cabral que disse, não fui eu.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não estamos a discutir o salário mínimo!

Não sabe o que é que estamos a discutir?

O Orador: Foi a Deputada Berta Cabral que disse que era uma proposta feita pelo PCP, por isso eu fiz a intervenção que fiz.

Por outro lado, se houve uma troca de papéis, já percebi que primeiro fazem as promessas e depois as contas.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Exactamente!

O Orador: Primeiro achavam que aquilo era bom, depois de feitas as contas era irrisório.

Também já percebi que o PSD é pressionado pelos acontecimentos, cria-se uma proposta de remuneração complementar, já tem algumas alterações, isto é, pressionado pelos acontecimentos, tentam desesperadamente preencher um vazio de ideias com propostas de alteração.

Percebi ainda que no PSD, com aquele debate interno que lá deve haver, deve ser mais ou menos como uma telenovela brasileira, mas que agora passou a telenovela mexicana, isto é, com dobragens, com tudo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

O Orador: Porquê? Porque aquilo que um diz, não é aquilo que o outro diz em voz "off", isto é a interpretação é feita "a posteriori" e aquilo que nós pensávamos que tínhamos percebido não é aquilo que depois se passa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Ela deve ser espanhola, porque nós agora é que não estamos a perceber nada!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que eu quero dizer é que não entro neste tipo de discussão.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A oradora: Isto é de uma baixaria, que não acho que a Assembleia saia dignificada com este tipo de discussão.

Isto é do tipo de ontem: páre, escute e olhe!

Sr. Deputado, páre, escute e olhe!

Deputado Jorge Valadão (PSD): E pense!

A Oradora: E pense! Que também faz muita falta às vezes.

(Risos da bancada do PSD).

O que é que quer que saia desta discussão? O que é que quer deste tipo de argumentos?

O que é que quer com esse tipo de conclusões?

Quer que a Assembleia saia daqui de rastos?

Quer fazer o jogo do Governo?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não se esforce mais!

A Oradora: Quer que a Assembleia seja vista, perante os olhos das pessoas, como quem discute telenovelas brasileiras ou mexicanas?

É isso que o Sr. quer?

Eu como Deputada não quero! Eu como Deputada não entro nessa discussão!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Deputada Berta Cabral perguntou-me o que é que eu quero com esta discussão.

O que eu quero já consegui, isto é, mostrar que o PSD não tinha propostas, mostrar que o PSD tinha só uma proposta de remuneração complementar, mostrar que o PSD é pressionado pelos acontecimentos que preenchem o vazio de ideias com a proposta de alteração.

Foi isso que eu quis mostrar e o PSD mostrou.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e Governo.

Presidente: Vamos então retomar as intervenções. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência, para apresentar a proposta do Governo, no que se refere ao acréscimo ao salário mínimo.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Governo gostaria de dizer algumas coisas sobre a proposta que, tempestivamente, apresentou sobre esta matéria e ao que julgo saber, por informação que tive, estamos a discutir as duas propostas que existem sobre esta matéria, iguais por sinal, a primeira do PCP a segunda do Governo.

O Governo Regional dos Açores, tal como prometeu a esta Assembleia, apresentou uma proposta sobre um quadro global que, no seu entender, estava em causa, ou seja, compensar os custos de insularidade no final de um processo que começou a ser feito, quer com a baixa de uma série de preços de mercado, nomeadamente tarifas de energia eléctrica, preços de transportes, preços de jornais livros e revistas, que depois prosseguiu, graças à aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, com a aprovação por esta Assembleia de uma lei de desagramento fiscal.

Por último, para coroar esse processo lógico, o Governo Regional - aliás na sequência do que foi aprovado por este Parlamento, na Lei do Orçamento para o corrente ano, com os votos, é bom recordar, do PCP e do PS e com a abstenção das restantes forças partidárias - conforme dizia eu, também como tive oportunidade de confirmar nesta Assembleia, em Maio do corrente ano, apresentou uma proposta global sobre este assunto.

Depois de feitos os respectivos estudos, quer ao nível técnico-jurídico, quer ao nível administrativo, quer após a audição de diversas personalidades na matéria, que tinham alguma coisa a dizer sobre isso, ou pela sua especial ligação a organizações sindicais ou pela sua actividade profissional, nomeadamente ao nível jurídico ou nível

económico, o Governo Regional entendeu que seria razoável, que seria uma boa solução nesta matéria apresentar uma proposta de acréscimo ao salário mínimo nacional.

Fizémo-lo com alguma coragem. Quero com isto dizer, que fizémo-lo depois de dialogar, depois de ouvirmos, nalguns casos, opiniões diversas e o Governo Regional, na altura que entendeu correcta, optou e decidiu.

É óbvio que quando se decide é natural que haja sempre quem tem opiniões diversas. Foi neste caso a posição da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas o Governo Regional neste aspecto sente-se perfeitamente à vontade, pois quando há que decidir e quem tem responsabilidade democrática para decidir, em nome dos açorianos, deve ouvir as corporações, mas não se deve sentir pressionado por elas.

Foi isso que o Governo Regional fez e não pode deixar aqui de lembrar que optou e acarretou, como não podia deixar de ser, com essa responsabilidade política e não tentou, ao contrário do PSD, que não tem - repita-se - nenhuma proposta até este momento sobre esta matéria, ficando na retranca, na retaguarda, à espera de ver o que é que isto dava, para depois se atrelar àquilo que pudesse ser melhor, ou que tivesse melhores danos. Não foi essa a postura do Governo Regional.

O Governo Regional também não pode deixar de lembrar nesta Assembleia aquilo que algum debate parlamentar já provou, ou seja, o PSD teve grandes dúvidas nessa matéria, revelando aquilo que aliás é a sua principal preocupação, que não é fazer justiça social, não é compensar os trabalhadores, é delapidar o orçamento regional.

Chegou a anunciar, na comunicação social, esta coisa verdadeiramente fantástica, sob o ponto de vista jurídico, aliás, indo um pouco de encontro à linha de perfeição técnico-jurídica e de razoabilidade política que o PSD tem enveredado nos últimos tempos, que de uma forma perfeitamente - eu até me atreveria a dizer - estalinista, dizendo que ia estudar a hipótese, imagine-se, de pôr o orçamento regional a pagar este suplemento.

Da nossa parte estamos à vontade.

Façam favor de apresentar aquilo que vos apetecer. Eu já espero tudo desta AD retemperada e ainda não perdi a esperança de ver o Sr. Deputado Alvarino a defender o salário mínimo regional.

Façam favor de apresentar aquilo que vos der mais jeito. Façam favor de apresentar uma proposta para a Região e o orçamento pagarem o acréscimo ao salário mínimo.

Nós sabemos qual a razão que apresentamos esta proposta e assumimos essa responsabilidade.

Ficamos à espera da vossa reacção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer uma intervenção séria sobre essa matéria, porque realmente acho que é uma matéria séria e vou ignorar as palavras finais do Sr. Secretário Francisco Coelho, pois realmente não contribuem de forma alguma para a dignidade dos nossos trabalhos e a seriedade das matérias que estamos aqui a discutir, demonstrando apenas que V. Ex^a. vem hoje dar alma àquilo desagradável que aconteceu ontem a Vs. Ex^{as}. nesta Assembleia.

Nós vemos cada coisa por si. Ontem a Assembleia tomou uma decisão histórica, hoje irá tomar outras e no final faremos o balanço para vermos qual o papel e a posição em que o Governo Regional ficará no meio de tudo isto.

Não vale a pena fazer insinuações. Eu parecia-me que essa matéria tinha ficado esclarecida ontem. Não meta aqui as AD's, as AD's com o PSD, com o PP. também com o PCP, pois nalguns casos teria que inventar uma nova sigla. Arranje uma sigla, repito, para o esforço que Vs. Ex^{as}. fizeram, durante esse tempo de aliciamento doutros partidos desta Assembleia, pois eu gostaria muito de saber que sigla é que ia ter.

Gostaria de saber se isso iria ter repercussões no orçamento regional.

A aliança que o Sr diz existir entre partidos da oposição, tem uma grande vantagem.

Nenhum partido da oposição tem nada a oferecer ao outro do orçamento regional.

As alianças em que os Srs. entram, geralmente, custam caro aos açorianos.

Deputados José Maria Bairos e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante uma matéria muito complexa, em relação à qual, obviamente, o PP está de acordo com o seu objectivo final.

Sempre dissemos nesta Assembleia e temos repetido ao longo dos tempos que na nossa perspectiva incumbe ao Estado - repito, incumbe ao Estado e o Estado nos Açores é a Região - compensar os açorianos pelos custos da insularidade.

Uma das razões para termos autonomia regional é sobretudo para tratar desse aspecto específico dos açorianos.

É isso que acontece em relação a toda a reforma que envolve a adaptação fiscal na Região Autónoma dos Açores, a redução do IRS e do IRC, que para além de objectivos económicos, tem objectivos sociais, de compensação também dos custos de insularidade. Isso é feito obviamente à custa de redução de receitas, logo é feito à custa do orçamento da Região.

É isto que irá acontecer, ainda hoje, em relação à remuneração complementar que envolve a compensação dos funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores, no sentido de lhes dar um complemento para compensar os custos da insularidade. Sai do orçamento do sector público da Região Autónoma dos Açores.

É isso que irá acontecer ainda hoje relativamente ao complemento das pensões. Vai sair do orçamento da Região Autónoma dos Açores um complemento, bem merecido, para os pensionistas da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, fica aqui fora deste quadro os funcionários do sector privado, que não pagam imposto ou pagam-no em menor escala, na medida em que aqueles que pagam imposto do sector privado, estão em compensação decorrente da redução do IRS.

A questão que ponho logo à partida é, se é o Estado que compensa todos, ou quase todos, como é que vamos encontrar uma forma do estado compensar todos?

Nós, sempre defendemos que deveria ser através de uma redução no sistema da segurança social, nas taxas de compensação da segurança social. Foi essa a nossa perspectiva.

Aguardávamos serenamente o resultado do grupo de trabalho do Governo Regional.

Como é sabido essa solução não foi contemplada pelo grupo de trabalho. Que eu saiba não foi excluída, presumo, mesmo que tenha sido abordada e eventualmente estudada, espero eu.

Nós tínhamos uma proposta em carteira, de longa data, que entendemos não apresentá-la.

Estamos perante uma situação, de facto. Perante a situação, a proposta que temos em cima da mesa é a proposta do PCP. O Governo apresenta uma diferente que, no fundo, não acrescenta nada de substancial, pois limitou-se a reconhecer a justeza da proposta que tinha sido apresentada pelo PCP.

Gostaria de reflectir sobre o seguinte: mexer no salário mínimo é a solução apresentada. É um aspecto positivo, é uma maneira de compensar os trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo e os efeitos que daí irão decorrer em toda a grelha salarial no sector privado, inevitavelmente.

Primeira observação: todos nós assistimos, há bem poucos dias, à fundamentação que o Ministro Ferro Rodrigues, fez aquando da apresentação do aumento do salário mínimo nacional - aumento esse que não sei de cor, mas em percentagem não anda longe dos 4% - em que o Sr. Ministro dizia o seguinte: "era intenção do Governo e intenção pessoal, e ninguém duvida, contemplar os trabalhadores do escalão mínimo da escala remuneratória neste país, com um salário mínimo mais substancial".

Lembrava ele que apenas 6% dos trabalhadores portugueses são remunerados com base no salário mínimo. Portanto, por aí não viria grande mal ao mundo. Mas também ele sabe que os efeitos na grelha salarial são lógicos e inevitáveis e então fundamentava o Sr. Ministro Ferro Rodrigues que a economia portuguesa, neste momento, não suportava um salário mínimo nacional, acima do acréscimo que foi definido para o país e, como bom economista que é, chamava a atenção para o seguinte, que é elementar: O Governo da República tinha sido muito prudente no estabelecimento desse "plafond" mínimo porquanto:

1º. Receava os impactos no emprego, pois havia uma grande meta nacional na estabilidade do emprego e portanto receava os efeitos que pudesse ter no desemprego;

2º. Era fundamental acautelar a competitividade no sector empresarial nacional

3º Importa impedir impactos imprevisíveis e demasiados na inflação.

Três "itens" que impediam o Governo da República de fixar para Portugal um salário mínimo superior àquele que foi fixado.

Pergunta lógica, pergunta natural:

Quem é que aqui dentro é capaz, sob o ponto de vista económico, de demonstrar que a Região Autónoma dos Açores tem uma capacidade económica, tem um tecido

económico superior à média do país, capaz de suportar um salário mínimo regional, superior ao salário mínimo nacional?

Eu acredito que ninguém, no seu juízo, defende que a economia dos Açores...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Está a crescer bem!

O Orador: ... é mais forte em média que a economia nacional e é capaz de suportar um salário mínimo superior ao que é suportado a nível nacional, com os argumentos objectivos e credíveis que vos acabei de apresentar.

Por isso nós, Partido Popular, entendemos que realmente a medida em si é muito complexa.

Seria óptimo, e nós estávamos aqui de braços abertos, a apoiar uma solução que tivesse uma componente semelhante àquela que encontramos para todos os outros sectores, pensionistas, função pública, contribuintes.

Mas, diz o Governo que não é possível.

Sinceramente, também vos quero dizer aqui, que nós também aguardávamos que eventualmente os empresários da Região Autónoma dos Açores tivessem demonstrado que era possível, pois os empresários da Região Autónoma dos Açores são os primeiros interessados, porventura, no equilíbrio e na dotação da economia regional.

Mas, o PP confessa aqui que não vimos - ouviu protestos que são legítimos e que nós compreendemos à luz do que vos acabei de dizer - nem ouvimos uma fundamentação duma proposta que em parte era semelhante àquela que nós defendíamos politicamente nesta Assembleia.

Também não foram capazes no seio do grupo de trabalho, forçar o grupo de trabalho ou o Governo a fazer esse estudo de que falei.

Tive contactos com empresários, em sectores que considero chaves, do nosso modelo comercial e industrial e que me responderam com esta simplicidade que incomoda quem se preocupa com estas coisas, mas está nos livros e o Ministro Ferro Rodrigues bem sabe que está nos livros. A resposta foi esta: "no meu sector, nas minhas áreas de influência, tanto me faz pagar 63 ou 65 ou 62, a repercussão vai direitinha para o preço final, para o consumidor. Quem vai pagar o aumento dos custos salariais vai ser o consumidor."

Perguntam: Isto é possível em todos os sectores? Não, não é possível em todos os sectores, em função do enquadramento, da concorrência, mas é possível em muitos e muitos sectores.

Terceira observação: Qual é o peso, de facto, do salário mínimo? O peso do salário mínimo, é mínimo. Se no país são 6 %, nos Açores - corrijam-me se não for verdade - já ouvi falar que será bem inferior.

Eu tenho consciência, e falo aqui a nível pessoal, não é um dado fundamentado, que se calhar alguns dos sectores que praticam o salário mínimo, são aqueles que eventualmente, moralmente, nem o deveriam praticar, porque muitos deles são os sectores mais subsidiados pelo orçamento regional.

Vejamos um exemplo, o turismo. Não será o turismo Srs. Deputados um dos sectores que mais salário mínimo paga, por exemplo, no serviço de apoio aos quartos?

O investimento no turismo na Região Autónoma dos Açores, de que este Governo tanto se gaba e nós aguardamos as repercussões, nalguns casos, em mais de 50%, é financiado por dinheiro público.

Talvez o Governo, ao financiar esses sectores em milhões e milhões pudesse também pedagogicamente - eu não quero ver o Governo a fixar tabelas - chamar a atenção de alguns desses empresários, que fazem um investimento de um milhão de contos e recebem de "mão beijada" seiscentos mil, por parte do Governo Regional.

(Apartes inaudíveis do Secretário da Economia).

O Orador: Quinhentos mil. O Sr. explique-nos o que é?

Secretário da Economia (Duarte Ponte): É 1% do empréstimo!

O Orador: Para algumas coisas é 120, para outras é ler os jornais que é o contrário.

(Apartes inaudíveis do Secretário da Economia).

O Orador: Sr. Secretário a missiva é dirigida para si.

Para aqueles sectores, cujo investimento é altamente subsidiado, como incentivo na Região Autónoma dos Açores e que são prioritários, um apelo pedagógico: quando o Sr,

chama a televisão para anunciar que deu mais 6 apoios a 6 empresários e quando diz que a economia dos Açores está na euforia do turismo, que há um vulcão de turismo, o Sr. lembre-se que o vulcão também poderia aumentar os salários, em vez de praticarem tanto salário mínimo.

É só isso, aproveitar a televisão, aproveitar os empresários e fazer essa pedagogia.

Era só isso que eu queria referir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É por esse conjunto de matérias e é tendo presente que já foi aqui dito pelo Governo - e acho que foi dito de forma séria - pois quando o Sr. Secretário Francisco Coelho diz que esta é uma medida corajosa, por parte do Governo, que apenas vem apoiar a medida, pois quem teve a coragem foi o Deputado Paulo Valadão e meses antes dos Srs., mas pronto os Srs. tiveram a coragem de dizer que estavam de acordo com a proposta do Deputado Paulo Valadão, então eu reconheço pelo melindre da matéria, é uma das formas, as outras se calhar não foram estudadas, a sua incapacidade de ter arranjado uma proposta melhor.

Pensamos. Ponderamos mas não apresentamos.

Não vimos ainda nenhuma melhor, temos receios dos impactos dessa Proposta na inflação.

O PP sobre essa matéria vai-se abster. É uma questão de princípio, acho que está fundamentado por aquilo que acabei de dizer.

Também vos quero dizer que o PP abstém-se, porque está garantida a sua aprovação.

Os Srs. vão votar a favor da proposta do PCP. O PSD já disse que vai votar a favor da proposta do PCP. O PP também podia votar a favor desta proposta, mas neste caso, em absoluto, quando há unanimidade ou maioria, o papel do PP aqui é um papel menos relevante, só que no caso em apreço, entendemos, por todo este conjunto de razões que nos vamos abster.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*):

Isso chama-se falta de coerência!

O Orador: Não se chama nada, eu depois explico ao Sr. Secretário.

Os senhores já nos pediram para nos abstermos aqui para as vossas coisas passarem.

Já não se lembram?

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eles é que prometeram aos eleitores!

Deputado João Cunha (PSD): Não, os Srs. é que prometeram!

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É efectivamente para esclarecer alguns reptos e algumas questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro lançou.

Em primeiro lugar, há aqui - é preciso dizê-lo desde já, aliás é coerente de parte a parte - uma posição de princípio político perfeitamente diferente entre o Governo e o PP.

O PP entende que, e usando a terminologia que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro usou ontem, estas questões mais de assistência, deviam caber aos orçamentos, quer seja do orçamento do estado quer seja do orçamento regional. É uma questão de princípio, embora esse princípio, permita-me que lhe diga Sr. Deputado, deixa-me algumas dúvidas sobretudo atendendo aquilo que foi o seu discurso de ontem, ou seja, eu fico com sérias dúvidas como é que nós poderíamos levar, se porventura fosse essa a ideia, a sua lógica até ao fim.

V. Ex^a. defendeu ontem uma redução fiscal e mais do que isso mostrou claramente, quer pelo que disse, quer pelo estilo que usou, uma postura de redução fiscal e que o imposto é um sacrifício que se saca aos cidadãos e às empresas. Ora bem, uma postura minimalista ao nível fiscal. Eu não percebo como é que afinal poderíamos, Sr. Deputado, pôr um orçamento de estado ou da Região a pagar tudo, nomeadamente a pagar isto.

Isto ao nível da postura o Governo Regional obviamente tem uma ideia diferente. O Governo Regional entende que ao seu nível todos são responsáveis e embora mereçam apoio ao nível de infraestruturas, ao nível do próprio quadro legal, os empresários e as empresas têm a sua autonomia. Portanto, nós não podemos aceitar essa autonomia quando se trata de não lhe dar qualquer tipo de responsabilidade e, por outro lado, aceitarmos ao nível dos incentivos.

Vou dizer de uma forma talvez mais simples, ou seja, não é possível socializar os prejuízos e privatizar os lucros, portanto a autonomia se existe terá que existir em todos os sentidos, para o bom e para o mal.

Portanto, a nossa postura é esta.

Gostava ainda de dizer e de esclarecer, como já tive oportunidade de dizer nesta Assembleia, nomeadamente quando em Junho esta questão - por via da única proposta existente, do PCP - foi aqui levantada, o Governo ainda tinha na altura essa questão em estudo.

Uma das coisas que efectivamente nós encarámos, isso é público, foi a possibilidade de se reduzir, eventualmente, as taxas pagas pelos trabalhadores para a segurança social e dessa forma compensar esse tipo de trabalhadores.

É verdade que nós falámos nisso e é verdade que nós estudámos isso, embora tendo estudado isso sobre todas as vertentes, sobre o ponto de vista, desde logo jurídico, sobre o ponto de vista prático, para sabermos o que é isto poderia significar.

Desde logo, Sr. Deputado, sobre o ponto de vista jurídico, chegámos à conclusão que se conjugarmos a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, com alguns princípios da Lei Geral Tributária, isso seria, digamos assim, um benefício fiscal que está fora da competência deste órgão e deste Parlamento. Portanto desde logo aí tínhamos um problema.

Também, acelerámos a questão e chegámos mais ou menos à conclusão que ao nível administrativo esta solução dificilmente seria operacionalizada.

Assim, se pensarmos, ao nível...

Deputada Berta Cabral (PSD): Depende da forma!

O Orador: Não é a única Sra. Deputada, é mais esta, porque ao nível jurídico também existem essas dificuldades.

Deputada Berta Cabral (PSD): Depende da forma!

O Orador: Os trabalhadores que têm rendimentos mais baixos, nomeadamente ao nível do salário mínimo ou pouco superior, se pensarmos naquilo que efectivamente ao nível absoluto eles pagam de taxa social única, uma redução para ser minimamente significativa, é praticamente impossível, pois nalguns casos teria que ir eventualmente, e não seria se calhar suficiente, à isenção total.

Sob esse ponto de vista, deparámos com dificuldades jurídicas e com dificuldades práticas.

É evidente que o Governo Regional nem considerou, porque não fazia - vamos ser claros e vamos ser sérios no mínimo - sentido, considerar qualquer coisa do género. O Governo Regional paga através da segurança social aos empresários para terem trabalhadores.

Isso, desde logo, viola aquilo que a constituição põe ao serviço da segurança social ...

Presidente: Sr. Secretário Regional, peço-lhe que termine, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

... e não faria minimamente sentido quer ao nível jurídico, quer ao nível político.

Para terminar Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu percebo e sou capaz de respeitar as preocupações que V. Ex^a. colocou ao nível da viabilidade das empresas.

Contudo, nesse aspecto não lhe posso perdoar uma coisa, ou seja, penso que V. Ex^a. deveria ter, até como cidadão que paga impostos, o mesmo tipo de preocupações, que não tem relativamente à Região enquanto entidade.

Repare V. Ex^a., Sr. Deputado, se faz algum sentido, ao nível dos princípios e ao nível da discussão, V. Ex^a. colocar a dúvida, até que ponto podem os empresários da Região, pagar mais que os empresários do continente.

Eu não vi infelizmente - e atreveria-me a dizer, antes pelo contrário - as preocupações de V. Ex^a. relativamente ao orçamento duma Região, que é pobre como a nossa, enquanto temos aumentos de 400, 500, 1.000 escudos, ao nível por exemplo das pensões. Eu desconfio que a esse nível, V. Ex^a. e o PSD não vão ter esse tipo de preocupações.

Acho, que no mínimo, é incoerente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral, para prestar esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma questão que não me respondeu e que eu considero que não ficou respondida agora nesta última intervenção.

Eu perguntei-lhe concretamente quais foram as diligências feitas junto do Governo da República, para que a taxa social única fosse reduzida nos Açores, para que assim compensasse os empresários que tinham salários mínimos para pagar o respectivo acréscimo.

Fez também uma observação: "uma Região pobre como a nossa". Ora, devo dizer-lhe "uma Região pobre como a nossa", tem muito por onde economizar, porque a verdade é que ela é pobre, mas faz vida de rica.

Deputados Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Observou ainda que o que nós queríamos era privatizar os lucros e nacionalizar os prejuízos.

Devo dizer-lhe Sr. Secretário que o Sr. pensa uma coisa, mas faz outra.

Quando não aceita a redução do IRS está a nacionalizar lucros.

Quando administrativamente acresce o salário mínimo, o IRC, está a privatizar os prejuízos. Essa é que é a questão, porque de facto a redução de 30% do IRC foi votada com os votos contra do PS.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu para além de prestar esclarecimentos Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral, também creio que não percebi bem, desde logo, a primeira questão que a Sra. Deputada colocou, ou seja, eu não percebi bem que diligência seria essa de redução da taxa social única, junto da Assembleia da República...

Deputada Berta Cabral (PSD): Não! Não! Junto do Governo da República!

O Orador: ... ou do Governo da República.

Não foi isso que o Governo Regional disse que ia fazer e que ia estudar.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas era isso que tinha que fazer!

O Orador: Já chegaremos lá.

Por acaso, até há muito pouco tempo, nem o Governo da República, à semelhança deste, tinha maioria na Assembleia e talvez também o PSD pudesse, pelas vias próprias, fazer essa diligência junto do Parlamento Nacional.

Há uma questão que me parece importante esclarecer. Eu não disse que Vs. Ex^{as} queriam socializar os prejuízos e privatizar os lucros, embora me pareça também extremamente importante, nós todos que aqui estamos, percebermos uma coisa, ou seja, nós temos aqui uma posição do PP, mas justiça seja feita o PP, não está sozinho nesta matéria, tem pelo menos a Sra. Deputada Berta Cabral e uma parte do PSD, que de coração estão a seu lado nesta questão.

É bom que isso fique claro e é bom que os açorianos tenham consciência disso.

O que eu disse Sra. Deputada foi que a iniciativa privada pela sua lógica, pela sua autonomia, pelo seu respeito, tem que ser total...

Deputada Berta Cabral (PSD): Se é total não interfere administrativamente!

O Orador: ... ou seja, se há autonomia isso tem de acontecer em todas as vertentes e não só sobre as vertentes que propriamente dêem lucro ou sejam favoráveis.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral, para mais esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É só para acentuar esta contradição, isto é, não pode dizer que tem autonomia e automaticamente intervir administrativamente, fixando um acréscimo.

Isto é só para acentuar a contradição do raciocínio. É a única coisa que eu pretendo com isto, porque já disse qual era o sentido de voto do PSD.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Penso que não há grande interesse nem grandes novidades em prolongar este debate.

Eu queria apenas chamar a atenção para uma coisa Sra. Deputada, ou seja, para o facto do último raciocínio que utilizou ao levar ao extremo. Nós vamos recuar cem anos e vamos discutir se faz sentido, ou não, haver salário mínimo, já não digo regional.

Talvez seja melhor ficarmos por aqui.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade de ter direito de fazer uma segunda intervenção para fazer aquilo que eu considero ser necessário clarificar nesta discussão.

O primeiro aspecto a clarificar é que nós temos apenas um Projecto de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Um Projecto do PCP, que deu entrada nos serviços desta Assembleia no dia 24 de Fevereiro passado, aliás em consequência e como repetição de projectos já vindos do passado, pois esta é a quarta cópia dos anteriores.

Este é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: há uma Proposta do Governo, entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de Outubro. As duas versam a mesma coisa, ou seja, um acréscimo ao salário mínimo nacional e as duas estipulam que esse acréscimo é exactamente de 5%. Portanto, em conceitos são as duas exactamente iguais.

No entanto, nós verificamos que o Sr. Secretário Regional traz à colação o problema de haver um acréscimo através da Segurança Social, e aqui desculpe que lhe diga, mas dá-me a impressão que perante a perspectiva de ver aprovado aquilo que até o Sr. propôs, parece-me que se arrependeu, porque efectivamente nos serviços da Assembleia, não entraram, que se saiba, nenhum outro projecto, nem do PP, nem do PSD, nem do Governo, no sentido de que haja uma compensação aos trabalhadores que menos ganham, através de transferências da segurança social. Esta é a realidade.

Por isso mesmo, o que está em cima da mesa não é sabermos se por um lado a compensação ou o acréscimo irá ser dado via segurança social, porque ninguém apresentou essa proposta e, por outro lado, a realidade é que existem duas propostas no mesmo sentido.

Perante os factos e perante a discussão que aqui tivemos, aliás da parte do Governo e do Grupo Parlamentar do PS, não fazia sentido que dissesse senão isto, porque tem uma proposta de 5%, como evidentemente o PCP nada teria a dizer em relação ao apoio a este conceito, porque há muito tempo que vem a bater-se por estes 5%.

Há uma novidade, essa sim importante em nosso entender, é que os partidos que teriam desejo de se encontrarem outros aspectos, como bem disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não foram capazes, ou não conseguiram apresentar uma solução diferente, aliás a Sra. Deputada Berta Cabral refere, e muito bem, as grandes dificuldades que seria através das transferências da segurança social.

É esta a realidade. Portanto a realidade que nós temos são duas propostas exactamente iguais que pretendem dar um acréscimo ao salário mínimo nacional, aos trabalhadores que menos ganham nesta Região.

Da nossa parte, neste momento, sentimo-nos perfeitamente satisfeitos, pelo facto de estarem criadas aqui hoje condições de, finalmente, os trabalhadores que menos ganham, que têm salário mínimo nacional, poderem ter um acréscimo nesta Região de 5%, pelo facto de viverem numa Região com o nível de vida superior aquilo que se passa no todo nacional.

Para nós é importantíssimo que se possa chegar a este desidrato sem que haja nenhum voto contra neste Parlamento.

Isto para nós é que é fundamental.

O facto de chegarmos a este desidrato, é suficiente para considerarmos que da nossa parte este assunto está discutido e em condições de efectivamente estes trabalhadores que são os mais humildes, que são os que têm piores condições de vida desta Região, possam ter um pouco mais.

É muito pouco, também sempre o dissemos, em todos os nossos projectos o afirmámos, mas foi aquilo que nós considerámos que era realista e que era possível no conjunto da economia desta Região Autónoma, por isso mesmo da nossa parte consideramos que chegou a hora de se fazer justiça neste capítulo e neste aspecto desta Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação, na generalidade, o diploma apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação, na generalidade, o diploma apresentado pelo Governo, na parte correspondente à matéria em discussão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: Agora de acordo com o nosso Regimento temos de decidir qual o diploma que passa à discussão na especialidade.

Portanto, vamos fazer uma votação para decidir que diploma é que passa à especialidade e vou pôr essa votação de acordo com a entrada.

Em primeiro lugar vou pôr à votação o diploma apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão do diploma na generalidade.

Está aberta a discussão para o art.º 1º..

(Pausa)

Não havendo intervenções vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: O artigo 2.º tem uma proposta alternativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para apresentá-la.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando nós apresentámos este projecto estávamos convencidos que ia ser possível a sua discussão aqui muito mais cedo do que na realidade foi. Por isso mesmo, e como já na altura também tinha havido publicação de legislação sobre a adaptação fiscal, entendíamos que os seus efeitos deveriam ser a partir da sua publicação.

No entanto, dado o momento em que está a ser discutido, quase no fim do ano e dada a necessidade, em nosso entender de que ele produza efeitos a partir do próximo ano, a nossa proposta é no sentido de que a sua entrada em vigor se faça a partir de Janeiro do ano 2000.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração do art.º 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Política Geral para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida para dizer que o Grupo Parlamentar do PS, congratula-se por ter sido fixado um salário mínimo na Região que tem agora um valor que, se não estou em erro, deve andar à volta do 67.000\$00.

Não é muito, mas é realista e é possível.

Faço lembrar ainda esta Câmara que também é possível, porque existem hoje condições na economia açoriana, condições políticas diferentes daquelas que vigoraram durante 20 anos nesta Região Autónoma, ou seja, este acréscimo ao salário mínimo nacional não poderá, para a história, ficar dissociado desta governação do PS, desta nova autonomia na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte, consideramos que começamos a fazer justiça remuneratória com esta aprovação.

Pensamos que temos todas as condições e todas as possibilidades de continuarmos a fazer justiça remuneratória, porque efectivamente só quando compensarmos aqueles que menos ganham, aqueles que não recebem benefícios com as reduções fiscais, aí sim estamos a completar o edifício legislativo necessário para esta Região, o edifício legislativo que contribui para que alguma justiça seja efectivamente implementada naquelas pessoas que vivendo nesta Região são aqueles que mais necessitam dessa justiça.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da nossa intervenção, julgamos que ficou claro perante este Parlamento, que o Grupo Parlamentar do PP considerava indispensável que houvesse uma compensação para os trabalhadores do sector privado, na medida em que há um pacote de compensações que vão desde as reduções do IRS, passando pela remuneração complementar para a função pública e pelo acréscimo de pensões na Região Autónoma dos Açores. Ficavam de fora aqueles que no sector privado têm os vencimentos mais baixos.

Acreditávamos e defendemos, ao longo dos tempos, que seria possível e desejável uma solução que partisse duma redução dos descontos para a segurança social.

Como também aqui foi referido, a própria administração regional, estudou a matéria, foi considerada a impossibilidade da concretização desta via, na nossa óptica a mais justa, para compensar aqueles trabalhadores.

Daí, que com os justificados e fundamentados receios de que a economia açoriana não é objectivamente mais forte que a economia nacional e na expectativa de que as empresas dos Açores apesar de tudo, possam fazer um esforço para dar uma resposta a esses acréscimos dos custos salariais sem repercutirem demasiado estes aumentos de custos,

nomeadamente nos preços e também acreditando que não possa haver impacto relevante no desemprego por via dessa medida, o PP, coerentemente, absteve-se relativamente à proposta apresentada pelo PCP, com a convicção e a expectativa de que aqueles que vão ser agora beneficiados, o são justamente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também se associa e congratula-se pelo facto desta Assembleia ter aprovado o diploma em análise.

É uma decisão histórica e ficará como uma das decisões importantes deste Parlamento.

Queria recordar, ao invés do Sr. Deputado Fernando Menezes, que essa decisão não se deve à nova autonomia, mas sim à composição deste Parlamento. É à sua posição responsável, à sua posição crítica que se deve a aprovação dum documento desta natureza e é prova disso que o próprio PS, que faz tantas críticas à postura da oposição, acabou por aprovar uma proposta do próprio PCP.

Deputado Dionísio Sousa(PS): Isso é um sinal da nova autonomia!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foram precisos 20 anos!

O Orador: É nesse sentido que nos congratulamos e devemos realçar que o Governo não se pode apropriar, como muitas vezes faz, de decisões importantes, de decisões que visam uma justiça social na nossa sociedade. O Governo não se pode apropriar de decisões que competem e que são da responsabilidade desta Assembleia.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos passar agora ao nosso segundo ponto que diz respeito à "**Remuneração Complementar**".

Temos concretamente os projectos do PSD e do PCP e uma proposta do Governo.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está em discussão nesta Assembleia o mais importante pacote legislativo com impacto no rendimento e por conseguinte no poder de compra de muitos açorianos.

Por força de compromissos eleitorais assumidos pela maioria dos partidos políticos com assento parlamentar, estamos em presença de um conjunto de diplomas que visam compensar os custos de insularidade dos nossos concidadãos mais desfavorecidos, que por auferirem rendimentos mais baixos não foram abrangidos ou pouco beneficiaram com a despenalização fiscal.

Compromissos que fazem parte de uma estratégia global de combate aos custos de insularidade, iniciada com a adaptação do Sistema Fiscal Nacional à Região.

O PSD, em coautoria com o PP, apresentou e aprovou nesta Assembleia Legislativa Regional, uma redução inicial de 15%, acrescida agora de 5%, sobre a taxa nacional do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), dando assim um passo decisivo para combater os custos de insularidade.

Ontem, como hoje, sempre defendemos que a via fiscal é a mais adequada para atenuar esta realidade.

Contudo, e pese embora o grande alcance da medida, a verdade é que as reformas fiscais não abrangem todos os cidadãos, em particular os mais desfavorecidos. Neste sentido, pondo em prática uma estratégia coerente, justa e solidária de combate aos custos de insularidade, impõe-se a criação de uma remuneração complementar que beneficie os funcionários, os agentes e os contratados a prazo da Administração Pública Regional e Local da Região Autónoma dos Açores.

O PSD entendia que deveria ter sido o Governo a apresentar, imediatamente após a aprovação do desagravamento fiscal, uma proposta que visasse compensar a funcionários públicos, os pensionistas e reformados e os particulares que auferem o ordenado mínimo nacional, que não foram ou foram pouco beneficiados com aquela medida.

Disse isto mesmo por altura da aprovação da adaptação fiscal e voltou a afirmá-lo quando da aprovação do Orçamento para o ano em curso.

O Governo protelou sucessivamente a apresentação da sua proposta, tendo-o feito apenas há um mês atrás, depois do PSD e do PCP, por omissão do Governo, já terem apresentado propostas neste sentido.

O PSD, concordando com a filosofia e apoiando, embora com alterações, as propostas do PCP sobre o acréscimo ao salário mínimo nacional, que acabámos de

aprovar e sobre o complemento de pensões, que iremos aprovar a seguir, apresentou apenas a proposta sobre a remuneração complementar para os funcionários públicos da Administração Regional e Local.

O montante mensal da remuneração complementar proposta pelo PSD é de 8.500\$00, valor que se pretende seja recebido por todos os que não foram beneficiados pela redução do IRS, bem como por aqueles que foram menos beneficiados, ou seja os funcionários cuja remuneração é igual ou inferior ao índice 135, o que em termos remuneratórios equivale 76.895\$00.

Os restantes beneficiários receberão uma percentagem do valor referido, consoante as respectivas remunerações, de acordo com um critério que se pretende o mais justo possível, dando menos a quem mais e dando mais a quem ganha menos.

Esta solução tem em conta os benefícios fiscais já introduzidos pela adaptação fiscal, através de uma tabela regressiva que integra o benefício obtido e a remuneração proposta.

O PSD dialogou sobre todas estas medidas com os outros partidos com assento na ALRA, com sindicatos e associações representativas da sociedade civil, concretizando uma estratégia de coerência no combate aos custos de insularidade e dando também mais um bom exemplo das suas responsabilidades políticas perante os Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Para apresentar a sua proposta e numa primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pensamos que terá chegado, finalmente, o momento em que os trabalhadores da administração pública regional e local que nada têm beneficiado com a adaptação do sistema fiscal e com a diminuição do IRS, possam receber alguma compensação pelo

facto de trabalharem na Região Autónoma dos Açores e terem todas as condições por demais conhecidas e que nós aqui já referimos.

Como também viemos a declarar ao longo do tempo, entendíamos que seria fundamental que todas as forças políticas representadas aqui nesta Assembleia, conjuntamente com o Governo, pudéssemos trocar impressões, pudéssemos ajuizar, pudéssemos ir no sentido de chegar a entendimento entre aquilo que seria justo e possível em relação à remuneração complementar.

Fizémo-lo já depois de terem entrado os diversos projectos que estamos a discutir, ou seja, o projecto do PSD que entrou em primeiro lugar, o nosso próprio projecto que entrou a seguir e a proposta do Governo entrada depois.

Vou procurar sucintamente dizer algumas palavras em relação ao fundamento do nosso projecto.

Nós entendíamos que o que se seria justo para o PCP, seria que os trabalhadores que nada beneficiaram com a adaptação fiscal e que estão no fim da tabela da função pública, ou seja, aqueles que auferem o índice 110, recebessem exactamente tanto como aqueles que estão no último índice da função pública, ou seja, no índice 900 e usufruem da redução fiscal aprovada o ano passado.

Isto quer dizer que, em nosso entender, o que seria justo seria que o índice 110 recebesse uma compensação de 19.000\$00, ou seja aquilo que desde Janeiro recebem aqueles que têm o índice 900 da função pública e que esse acréscimo fosse decrescendo à medida que vai aumentando o vencimento dos trabalhadores da função pública.

No entanto, perante nós também temos a proposta do PSD que na sua fórmula inicial partia de uma compensação de 7.500\$00 para os trabalhadores que menos ganham e também a filosofia era uma filosofia regressiva, ou seja, quanto mais o trabalhador ganhava menos recebia de compensação.

A proposta do Governo é uma proposta com filosofia exactamente ao contrário, em que o trabalhador que menos ganha, concretamente o índice 110, teria uma compensação de 3.135\$00 e essa compensação aumentava em percentagem, concretamente à percentagem de 5% sobre o vencimento.

Na reunião da Comissão que tivemos para discutir e analisar com o Governo estas matérias, apresentámos a necessidade e com disposições de diálogo, pois para nós era

fundamental que a fórmula encontrada fosse decrescendo em função do crescimento dos vencimentos, concretamente de acordo com a filosofia do PCP e do PSD, ou seja, que os vencimentos mais baixos fossem aqueles que tivessem o máximo de benefício.

Também em encontros que tivemos com o Governo, com o PSD e com o PP, sempre manifestámos que pela nossa parte entendíamos que o nosso projecto deveria sofrer as alterações possíveis, deveria ir ao encontro dos outros projectos, deveríamos conseguir um entendimento em consenso, em relação, não só ao que era justo, mas fundamentalmente ao que era possível.

Fomos sensíveis concretamente quando o Governo nos disse, por várias vezes, que era necessário uma compensação compatível com o próprio orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Quero que fique bem claro que para nós o problema que está em presença não é uma justiça absoluta, aliás como também já há pouco foi referido em relação ao documento anterior.

Os dois aspectos que para nós são fundamentais são:

Primeiro: que haja uma compensação maior para quem ganha menos e decrescendo até a um nível médio de tabelas;

Segundo: que esse complemento, que essa remuneração complementar, que esse subsídio de insularidade, para nós é indiferente o nome que lhe queiram dar, para nós o que é fundamental é que esse aumento para a função pública seja compatível com o orçamento da Região Autónoma dos Açores, que seja um benefício aceitável para os trabalhadores e que dentro destes condicionalismos tenha alguma justiça.

Por isso mesmo, para nós teria sido o ideal que pudéssemos todos ter chegado a entendimentos, a conclusões, a aproximações de modo a que esta matéria pudesse aqui ser pacífica.

Infelizmente, o Governo entendeu que a partir da altura que houvesse alterações no sistema fiscal não era possível haver entendimento nesta matéria e por isso mesmo nós conseguimos, quer com o PSD quer com o PP, chegar a um entendimento em relação àquilo que considerámos que é aceitável e de acordo com aquilo que o Governo nos disse que era possível no orçamento.

Por isso, estão conjugadas condições para que na especialidade possamos efectivamente encontrar um complemento, uma remuneração complementar, ou um subsídio de insularidade que possa ser compatível - de acordo com as informações do próprio Governo - com o orçamento da Região, que seja justo porque é decrescente e portanto merece aquela filosofia que nós defendemos.

Quero que fique claro que esta filosofia, em nosso entender, é justa é a única que, efectivamente, seria reivindicada pelos trabalhadores, porque aqueles que recebem o mínimo na função pública, até aqueles que estão a meio da tabela vão ter alguma compensação, daí para cima têm havido compensações em relação à redução do IRS.

Por isso mesmo, consideramos que estão criadas as condições, não são as ideais, como disse há pouco, porque as ideias seriam que esta matéria fosse uma matéria absolutamente pacífica, mas são aquelas que são possíveis encontrar de acordo com as possibilidades que aqui temos.

Por isso mesmo, penso que é possível a partir de hoje, ser legislado no sentido de que no próximo ano os trabalhadores que menos ganham na administração pública regional e local, possam efectivamente ter uma remuneração complementar.

Presidente: Para apresentar a sua proposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é sem dúvida um momento nobre, um momento importante da actividade deste Parlamento.

Esta Câmara vai pela primeira vez de forma global regulamentar, utilizando de forma mais nobre, repito, aquilo que são os seus poderes legislativos regionais, numa matéria que é de menor justiça social, conferindo assim também à nossa autonomia e regulamentando aquilo que não pode ser esquecido e que é exactamente a sua vertente social.

Para o Governo, de acordo aliás com os seus compromissos eleitorais, esta é uma fase de chegada.

O Governo sempre defendeu e o partido que o representa, nomeadamente aquando dos seus compromissos eleitorais em 96, que esta questão devia ser regulada para todos, não

apenas, embora se reconheça o pioneirismo histórico dos sindicatos pois foram os primeiros a reivindicar isto para os funcionários públicos, mas não apenas para os funcionários públicos, também para o sector privado, para aqueles que são mais esquecidos, aqueles que têm menos força física, menos força reivindicativa, menos poder real, que são os reformados e os pensionistas.

Isto devia ser uma fase de chegada, porque em primeiro lugar devia-se tentar de forma genérica e nalguns casos até indirecta e não directamente quantificar outro tipo de soluções.

Daí que de um conjunto de medidas que o Governo Regional tomou ou possibilitou que fossem tomadas por esta Assembleia ao longo destes três anos, não posso deixar de realçar a redução ao nível do preço dos transportes, ao nível da igualização dos livros, jornais e revistas, ao nível da energia eléctrica, tudo isso são medidas que clarissimamente têm a ver com a redução prática dos custos de insularidade.

Assim também, pelo menos quando devidamente usada e no sentido lacto, tem a ver com esta matéria a redução fiscal possibilitada pela abertura legal que a Lei das Finanças das Regiões Autónomas permite.

Esta foi a filosofia do Governo, acabou por ser também a filosofia seguida por esta Câmara e é portanto nesta fase que, como também foi reconhecido como consta da lei do orçamento, para se fazer a justiça possível, estamos nesta fase.

Temos consciência e certamente que esta Câmara também a terá, que esta matéria é complexa e é difícil encontrar uma solução ideal e uma solução igualitária.

É evidente que hoje temos todos consciência que se calhar o que vai sair daqui vai significar que um assessor principal vai ter, entre aspas - um benefício de 25.000\$00, se pensarmos na aprovação por esta Câmara da redução do IRS para 20%. Se calhar vamos ter para os funcionários públicos uma compensação de 8.500\$00. Vamos ter uma compensação na ordem dos seis contos e pouco para o sector privado, vamos ter por aquilo que está hoje nas propostas presentes, uma compensação na ordem dos seis contos para os pensionistas e reformados, cujo montante de pensão esteja abaixo do salário mínimo.

Como vemos por este quadro traçado, esta realidade é complexa, é difícil e esta própria Câmara tem consciência, pelas propostas apresentadas ou pelas propostas aprovadas, desta dificuldade.

O Governo Regional como também é do conhecimento público trabalha nesta matéria há algum tempo. Trabalhou numa primeira Comissão que foi constituída no âmbito do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, que teve uma vertente mais técnica e que teve sobretudo a missão de tentar - também difícil, embora o trabalho seja unanimemente reconhecido como um trabalho de qualidade ao nível técnico - quantificar os custos da insularidade.

Posteriormente e no decorrer deste ano, também como o Governo teve oportunidade de dar a conhecer a esta Assembleia, funcionou no âmbito do meu gabinete, uma comissão com objectivos já mais concretos em que aproveitando esse trabalho tentou operacionalizar algumas soluções concretas.

É na sequência disso e tendo em conta os princípios e as recomendações que constam efectivamente do texto global dessa solução, que foi apresentada a proposta inicial do Governo. Digo proposta inicial porque essa proposta tem uma lógica, tenta fazer uma coisa difícil que é dar um tratamento igual, tanto quanto possível, a todas estas questões. Tinha uma lógica de verdadeira compensação dos custos de insularidade.

Nós percebemos também e por isso dialogámos de boa fé, numa perspectiva verdadeiramente construtiva, com os partidos que tinham outras propostas. Continuámos a ouvir, mesmo depois do encerramento dos trabalhos da Comissão, a opinião dos sindicatos e percebemos e até aceitamos que a perspectiva desta matéria tem de ir um pouco para além disso, ou seja, já não se trata apenas, e devemos assumir isso, de uma pura compensação dos custos de insularidade, trata-se inclusive de tentar fazer alguma justiça remuneratória e alguma justiça distributiva.

Atendendo à importância desta questão, atendendo às promessas e verdadeiras intenções do Governo e do partido que o suporta, que aliás também podem ser chamadas à coacção a qualquer momento, o Governo Regional evoluiu e o Governo Regional e o seu grupo parlamentar apresentaram ontem verbalmente a esta Câmara uma proposta diversa, nalguns casos com uma filosofia diferente, bastante diferente da proposta inicial.

Fazê-mo-lo sem qualquer problema, fazê-mo-lo de forma assumida, porque pensamos que vamos de encontro àquilo que sentimos ser a principal preocupação, quer das forças político-partidárias, quer das organizações sindicais, em termos de filosofia. No entanto, fazê-mo-lo também tendo em conta, como referiu o Sr. Deputado do PCP, nas negociações que tivemos, aquilo que nunca devemos esquecer e que é, o necessário equilíbrio orçamental.

Sabemos também e disso temos a certeza, que o facto de nós termos de boa fé evoluído neste sentido é de uma grande utilidade. É de uma grande utilidade e os sindicatos e os trabalhadores, melhor que ninguém, saberão isso tudo. Independentemente dos montantes o Governo Regional fez um esforço para se aproximar e para que na prática haja unanimidade em termos de filosofia.

Isto é fundamental. Pode não ser essencial pelas razões que sabemos ao nível do equilíbrio parlamentar, para a eventual aprovação de uma proposta, mas Sr. Presidente, Srs. Deputados é essencial naquilo que interessa aos trabalhadores e naquilo que interessa verdadeiramente à Região, ou seja, é necessário que saia desta Câmara uma proposta o mais justa e razoável possível, obviamente, mas sobretudo é necessário que saia desta Câmara uma proposta que tenha viabilidade e garantias de perenidade.

Nós queremos, ao adoptar a filosofia que os próprio sindicatos e as organizações sindicais reivindicaram e que é também a filosofia que os principais proponentes desta matéria, nomeadamente o PSD e o PP tinham, nós ao adaptarmos isto estamos a dar com gosto, com boa vontade, uma garantia essencial, é que estamos a comprometer o Governo, está-se a comprometer o PS, neste momento, com uma determinada filosofia.

Isto é a melhor garantia de que independentemente dos quadros parlamentares que possam ocorrer no próximo futuro, esta garantia está assegurada - e não irá acontecer como já aconteceu no passado, num quadro diferente e também com uma proposta diferente e mais limitada - as propostas não são postas em causa, não serão pura e simplesmente revogadas, porque na prática os principais partidos políticos resolveram de livre vontade, também o Governo, também o PS, a comprometerem-se com essa proposta.

Isso pode parecer pouco relevante para alguns partidos. O Governo e o PS têm a certeza que esta questão é essencial para a Região, para os sindicatos e para os trabalhadores.

Portanto, dentro desta filosofia a proposta do Governo basicamente - e retomando aquilo que já houve ao nível da remuneração complementar para a função pública e tendo em conta os acordos trazidos a esta matéria, nomeadamente a redução a fiscal - apresenta para a função pública e até ao índice 390, se não estou em erro, uma filosofia que no conjunto e na prática não é regressiva, dá - juntando benefício fiscal, remuneração complementar, complemento regional de rendimento, o que lhe quiserem chamar - um montante igual a todos os trabalhadores até a um determinado índice e a partir daí fica a cargo do benefício fiscal essa compensação.

Pensamos ser razoável, até atendendo ao valor que esta Câmara aprovou em 1992, às respectivas actualizações, que este valor seja de 7.000\$00.

Relativamente ao sector privado esta Câmara acabou de aprovar a proposta que entendeu por bem para esta matéria.

Relativamente aos pensionistas e reformados nós entendemos que, e aí também é preciso dizê-lo na sequência e com o espírito aberto que o Governo teve nesta matéria, os contactos que teve com outros partidos, com outras forças, nomeadamente com o PCP, havia aqui que distinguir duas situações: uma é aquela dos pensionistas e aposentados que têm pensões mais baixas e pensamos que seria razoável ter como ponto de referência aqui, o salário mínimo nacional.

Para esses pensamos que seria de justiça tentar encontrar também um montante fixo que fosse minimamente digno e minimamente significativo para essas pessoas, para os seus rendimentos e para o seu nível de vida. Aqui como todos sabem não se põe a questão do benefício fiscal porque tem um sistema fiscal diferenciado. Entendemos que esse benefício deveria ser de 5.000\$00.

Entendemos também e na sequência de todos os "apports" que tivemos nesta matéria, todas as negociações que mantivemos, que a partir do salário mínimo regional e até ao limite do rendimento tributável, em sede de IRS para os reformados e pensionistas, este ano 125.000\$00, que seria possível, a partir deste valor de 5.000\$00, encontrar um valor decrescente para esses reformados e aposentados até ao limite de 125.000\$00.

Sabemos que esta questão é complexa, sabemos que esta Câmara não vai conseguir fazer aqui também, até por aquilo que já disse ao nível das desigualdades, uma justiça plena ou perfeita.

Gostaríamos de dizer aqui de boa fé e com sinceridade que se calhar gostaríamos de ir mais longe, de certeza que teria sido possível ao Governo ir mais longe se não tivesse sido aprovado o diploma da redução fiscal. Efectivamente, 99 mil contos fazem diferença nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um registo e uma congratulação.

O Governo agora e pelas palavras do Sr. Secretário Regional Adjunto, aproxima-se da boa solução, mudou de ideias, mas não pode exactamente por isso deixar de ficar um registo, o de que, por causa da percepção real e acertada dos sindicatos, do PSD e do PCP, encontrou-se agora uma alteração substantiva na filosofia inicial do projecto do Governo Regional.

Dizia o Sr. Secretário que no projecto inicial pretendiam tratar este assunto com igualdade, 5% para todos, como se - e os sindicatos já alertaram bem para isso - fosse tratar igual, por essa via, o que é muito diferente. É básico, não se trata o que é diferente da mesma forma. Não é assim que se cumpre o princípio da igualdade.

Mas, há ainda um segundo registo a fazer, ou seja, o Governo não se pode livrar, em circunstância alguma, de um prejuízo que causou aos trabalhadores da Administração Pública Regional e Local. Durante o ano de 1999, é bom não esquecer isso nem deixar passar isso despercebido, ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Desde 1992. É melhor lembrar!

O Orador: ... estavam os trabalhadores na expectativa de, para a tal justiça equitativa face à adaptação fiscal, de que a sua produção de efeitos, a produção de efeitos dessa remuneração complementar fosse de 1 de Janeiro de 1999.

Por causa do trabalho do Governo Regional - o mau trabalho, com esse grupo de trabalho - que afinal de contas apontava para soluções diferentes daquelas que foi o projecto inicial do Governo, provocou exactamente a impossibilidade ou a dificuldade

da produção de efeitos desta remuneração complementar, a partir de 1 de Janeiro de 1999.

Como é que compensará o Governo este prejuízo que é reclamado pelos trabalhadores?

(Apartes inaudíveis das bancadas o PS e Governo)

O Orador: O trabalho pode ter sido feito, foi foi um mau trabalho.

(Apartes inaudíveis das bancadas o PS)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está falando para quem?

O Orador: Para si Sr. Deputado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Aponte! Aponte!

O Orador: Eu estou falando directamente para si, não recebo qualquer intimidação.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem Muito bem!*

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então faça o que deve fazer!

O Orador: Eu faço o que devo fazer, diz bem, não faço o que o Sr. quer ou manda. Aí é que está a diferença.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem Muito bem!*

O Orador: Mas há ainda um outro registo para demonstrar a atitude habitual quixotesca, com que este Governo vai andando face às propostas da oposição.

Uma primeira fase é ver-se, tal qual D. Quixote,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ou D. Sanchos!

O Orador: ... nuns simples moinhos de vento, os terríveis soldados inimigos. Afinal de contas eram estas as propostas da oposição. Eram estas as propostas dos sindicatos, possíveis e comensuráveis em termos orçamentais.

Depois, afinal por causa da virtude do trabalho, dos trabalhadores e dos seus representantes, os sindicatos, por causa das propostas do PSD e PCP, o Governo dá o dito por não dito, afinal não há nenhum soldado, não há nenhum moinho de vento, tipo soldado tenebroso da oposição, afinal é possível que o orçamento possa comportar a justiça na remuneração complementar, nos termos aproximados da proposta do PSD.

Antes 7 500\$00 era impossível, agora já é possível.

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O orador: Já termino Sr. Presidente, apenas quero deixar este registo, ou seja, o Governo não parte no início dos seus trabalhos, no início das suas propostas com um trabalho sério e bem fundamentado por isso tem essa facilidade de alterar as suas propostas, porque entretanto a oposição, essa sim, trabalha bem.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu esclarecimento vem em consequência da intervenção do Sr. Secretário Regional. Sr. Secretário Regional, ainda bem, eu folgo muito pelo Governo ter reconhecido que a sua proposta estava errada e que afinal as propostas que já estavam em cima da mesa, antes da do Governo, tinham princípios diferentes e melhores que os da sua. Ainda bem!

Em nosso entender quem irá beneficiar com isso não somos nós que aqui estamos, são os trabalhadores que estão lá fora. Ainda bem que chegaram a essa conclusão.

No entanto, é necessário que seja dito aqui e que não se esqueça que no dia 16 o Sr. esteve na Comissão e foi pena que a nossa base de trabalho posterior não tivesse sido aquela que o Sr. hoje traz aqui, porque efectivamente na altura a sua base de trabalho não era essa, a sua base de trabalho eram os 3.135\$00 e numa atitude que eu considero talvez extemporânea, o Sr. ousou classificar de desmerecimento as outras duas propostas que estavam presentes.

Não se esqueça Sr. Secretário, que muitos dos que aqui estão estavam lá, e que a Comunicação Social tinha a porta aberta para entrar.

Portanto desde esse dia 16, ou seja, há uma semana e um dia até hoje, há uma evolução do Governo. Ainda bem que há essa evolução do governo!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Uma cambalhota!

O Orador: Mas houve essa evolução porque efectivamente houve entendimento, conversações e aprofundamento. É uma realidade! Mas há outra realidade, é que foram os srs. que fugiram ao entendimento final e a vossa proposta aparece porque chegaram à conclusão que havia a possibilidade de haver uma maioria de votos aqui, nesta Assembleia...

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... que de acordo e sem extrapolar e ultrapassar aqueles preâmbulos que os Srs. apresentaram nas negociações, era capaz de aqui fazer aprovar aquilo que os Srs. lá fora não podiam dizer que tinha sido demagógico, nem que tinha sido excessivo, nem que tinha sido para além daquilo que era suportável pelo orçamento.

Efectivamente, tivemos o bom senso, depois dos Srs. dizerem "acabou!", de trabalhar durante a noite e durante a manhã do dia seguinte para nessa manhã termos uma proposta concreta, com números concretos, com a articulação concreta, esquecendo os nossos projectos e servindo a filosofia desses projectos de base para chegar àquilo que os Srs. diziam que era possível e que nós conseguimos entender-nos no sentido de fazer aqui aprovar.

É esta a realidade. As vossas propostas de alteração só terão validade se o vosso projecto for à discussão na especialidade. É evidente que muito dificilmente o vosso projecto pode ir à discussão na especialidade, pelo menos da parte do PCP. Nunca irá porque nós não podemos ir para o projecto que dá 3.135\$00 àqueles que ganham 62.000\$00.

Portanto, só teria validade a vossa proposta se tivesse havido entendimento, mas os Srs. não quiseram.

Só teria validade a vossa proposta se ela tivesse condições de ir à especialidade. Ela não tem porque nós dissemos desde o princípio, os sindicatos disseram sempre e toda a sociedade civil reconheceu que ela não tinha condições.

Portanto, a vossa proposta na especialidade foi trabalho escusado, porque em nossa entender, de facto não tem condições de ir à especialidade, e estamos convencidos que essa é a grande realidade.

V. Exas. vão ter de se confrontar em consciência se devem ou não votar o entendimento que se chegou entre os 3 partidos...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... que neste momento são oposição e como ainda ontem foi dito não tem nada a ver com as ideologias, eu sou comunista e vou continuar a sê-lo, reconheço e respeito as ideologias dos Srs. e destes Srs. que aqui estão, no entanto, pensamos que em questões fundamentais, temos de esquecer as ideologias, temos de esquecer os postos onde estamos, desde o Presidente do Governo, passando pelos Presidentes das comissões, Presidente da Assembleia aos simples Deputados que aqui estão, temos que esquecer esses aspectos e ver o que interessa à sociedade açoriana, o que interesse ao povo dos Açores...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... esquecendo isto tudo e pensando no nosso objectivo é possível chegar a coisas muito positivas e desta vez houve alguém que chegou a coisas muito positivas. Os Srs. por vossas mãos, por vossa incapacidade de negociação "perderam o comboio". É pena, mas ainda estão a tempo e o vosso tempo é votado com o entendimento e o trabalho que nós fizemos nestes dias anteriores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Confesso que em todo este processo de apresentação de propostas e de alteração de propostas por parte do Governo, há um conjunto de pontos escuros que eu gostaria de perceber e tenho a certeza que há muita gente que gostaria de perceber. Por isso eu vou-lhe fazer três perguntas muito concretas:

1º. Porque é que o grupo de trabalho chega a uma conclusão e o Sr. apresenta uma proposta completamente diferente ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Não é verdade!

Leia as conclusões do grupo de trabalho!

A Oradora: ... depois de andar 10 meses a ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): A Sra. não sabe o que é que diz!

Leia as conclusões do grupo de trabalho!

A Oradora: 1º. pergunta: Porque é que o Governo apresenta uma proposta completamente diferente daquela a que chegou o grupo de trabalho?

2ª. pergunta: Como é que o Sr. Secretário Regional chega à conclusão que atribuindo um acréscimo percentual, ou seja, um acréscimo que vai dar mais a quem ganha mais e vai dar menos a quem ganha menos, resolve o problema da insularidade? Fazendo exactamente o contrário não resolve. Também não percebo.

Deputados Victor Cruz e Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: 3º. pergunta: Porque é que depois de tentativas de acordos, de toda a abertura da nossa parte, porque é que propõem exactamente 7.000\$00, quando a proposta inicial do PSD era de 7.500\$00?

Que esforço de entendimento foi esse que ficou pendurado por 500\$00?

Que esforço de entendimento foi esse que ficou pendurado agora na proposta final por 100 mil contos?

Também não percebo.

Há muitas coisas que eu não percebo mas essas são de facto as essenciais.

Um percurso que eu diria tenebroso, cheio de cambalhotas, de reviravoltas - e digo-lhe de verdade - com muita falta de trabalho, porque há propostas aqui positivamente feitas em cima do joelho.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: A vossa proposta para as pensões é uma coisa inconcebível, mas essa discutiremos logo a seguir.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Inconcebível! Não tem qualquer explicação à luz de nada. Nem à luz dos critérios económicos, nem à luz dos critérios jurídicos, muito menos à luz dos critérios de justiça social.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Há tanta coisa para esclarecer neste projecto, há tanta coisa para esclarecer neste percurso que eu vou dizer uma coisa, o Governo já nem tem saída possível. Apenas tem uma, votar a proposta que merece o entendimento dos 3 partidos da oposição. É a única saída política possível capaz e digna que o Governo tem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme certamente esta Assembleia teve oportunidade de notar, mas não quis notar, o que também é significativo acerca daquilo que são os seus objectivos, que é o "folclore político", tive o cuidado na minha intervenção de apresentação da proposta do Governo - o mesmo cuidado aliás e de acordo com o mesmo princípio que norteou os reforços que o Governo fez de negociação sobre esta matéria durante a passada semana - de olhar nesta matéria para o futuro e de tentar encontrar uma solução o mais consensual possível, pelo menos ao nível dos princípios, porque repito, isto é essencial para os trabalhadores.

Penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão não percebeu ou não quis perceber, mas talvez daqui a algum tempo perceba por que é que foi essencial o Governo e o PS, no fundo, se terem aproximado da filosofia das propostas do PC e do PSD.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Ainda bem! Ainda bem!

O Orador: Eu penso, embora tivesse muita vantagem nisso, que o que interessa às pessoas, o que interessa aos trabalhadores, o que interessa à Região é efectivamente o futuro.

Mas não. O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, quis voltar, quis fazer um regresso ao passado. Eu sinceramente acho que é uma péssima ideia, sobretudo para o PSD.

Há aqui uma questão que é preciso que fique muito clara, e o povo que é sábio vai compreendê-la, ou seja o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro está aqui há 23 anos, com o voto do povo, é certo, e com toda a legitimidade. O PSD teve durante 20 anos...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Outra vez!

O Orador: ... com uma maioria absoluta. A questão que o povo coloca é a seguinte: por que é que nunca houve aquilo que hoje vai ser aprovado? Por que é que foi preciso haver um Governo do PS?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Por que é que foi preciso termos o PSD na oposição, para termos finalmente uma solução global justa?

A autonomia não começou ontem, não começou em 99 ...

Deputada Berta Cabral (PSD): Vocês é que pensam que começou ontem!

O Orador: ...começou em 1976.

Houve inclusive, Sr. Deputado - deixe que lhe lembre o comportamento do seu partido, pois não pode deixar de ser lembrado aqui, uma vez que V. Ex^a. quer fazer um regresso ao passado - quando foi aprovado a remuneração complementar, a nível parcelar, só para a função pública, num quadro diferente do actual, V. Ex^a. sabe, ou tem obrigação de saber, que o seu partido votou contra, não deixou qualquer abertura e mais grave do que isso, de forma revanchista, logo que teve maioria absoluta o que fez foi pura e simplesmente revogar o que existia sem apresentar nenhuma solução alternativa.

O Sr. Deputado Victor Cruz sabe disso, já estava cá na altura e também votou essa revogação.

Portanto, nós estamos nesta matéria perfeitamente à vontade.

Se o que V. Ex^{as} querem fazer é regressos ao passado, vamos fazê-los! E vamos chegar a esta conclusão, pura e simples, é que enquanto Vs. Ex^{as}. tiveram maioria absoluta e enquanto V. Ex^{as}. foram Governo a única coisa que fizeram foi revogar o pouco que foi possível fazer.

Ficaram com a generosidade extrema, e que verdadeiramente comove talvez os menos atentos, desde que se sentaram desse lado.

Deputado João Cunha (PSD): Nós evoluímos! Aí é que está a diferença!

O Orador: Ainda bem que essa mudança vos fez bem. Aliás, como dizia ontem o Sr. Deputado Victor Cruz, o PSD tem melhorado. Eu acho que todos os açorianos percebem que se do PSD, não ficar algum brinquinho, vai ficar mais alguns bons anos desse lado. A melhoria há-de vir certamente de acordo com o que lhes prometeu o Sr. Deputado Victor Cruz.

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: Parece-me que há aqui uma questão que é essencial.

Presidente: Sr. Secretário, peço-lhe que termine, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Eu já termino.

O Governo se tivesse feito o trabalho que fez o PP nesta matéria, ou o PSD, se não tivesse apresentado, no caso do PP, nenhuma proposta sobre esta matéria, e no caso do PSD tivesse apresentado apenas uma proposta para os funcionários públicos, o Governo estava também à vontade, sob esse ponto de vista. Ficava a ver quem é que dava mais e atrelava-se. Mas o Governo não teve esse comportamento.

(Risos da bancada do PSD).

O Governo assumiu a sua responsabilidade, apresentou as suas propostas. Evoluiu, admitam!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou procurar, no esclarecimento que vou dar, ser o mais comedito possível, porque no meu entender o fundamental é que consigamos aprovar uma remuneração complementar perfeitamente pacífica, aceite por todos.

Isso para nós é o problema de princípio.

Quero que fique claro, que da minha parte não uso a Tribuna da Assembleia, nem esta bancada para fazer folclore político. Se alguém o faz isso é um problema entre o Sr. Secretário e quem quer que seja.

Este é um aspecto que eu entendo que é fundamental.

Sr. Secretário, aquilo que nós, PCP, entendemos neste contexto, é que o fundamental é que de facto quem quer que seja que esteja no poder, aceite a remuneração complementar como uma conquista dos trabalhadores que menos ganham na Região Autónoma dos Açores. Isso para nós é que é fundamental.

Eu não quero entrar na discussão porque é que antes determinada maioria conjuntural, conseguiu uma remuneração complementar, que depois foi eliminada e que agora vamos voltar a ter.

Eu tenho uma leitura e já agora vou expressá-la. Nessa altura o partido que tinha maioria absoluta perdeu essa maioria e conseguimos remuneração complementar. Agora o partido que está no poder também não tem maioria absoluta e nós vamos conseguir uma remuneração complementar, que não é aquela que o Sr. apresentou na Comissão e que propôs à Assembleia, é uma que os partidos que estão neste momento em oposição ao Governo, conseguiram encontrar, essa sim, é justa ao ponto de ter sido o Sr. a vir ao encontro deste entendimento e considerá-lo justo.

Portanto, o grande problema é que quem detém o poder o detenha apenas em minoria, porque o facto de não haver essa maioria absoluta, é que antes permitiu que ela houvesse e não houvesse e agora vai permitir que ela também exista nestes condicionalismos.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para mais um breve esclarecimento.

O Sr. Secretário Regional Adjunto, invoca novamente a questão do relatório e das conclusões do grupo de trabalho.

Sr. Secretário, as informações que eu tenho são indesmentíveis pelos factos. Os sindicatos, contestam claramente a solução que o Governo inicialmente apresentou. O

modo como os trabalhos deste grupo decorreram justificaram a saída de alguns que nele estavam incluídos.

Sobre as conclusões e aquilo que era fazer justiça penso que fica dito: ninguém considerou que eram justas as soluções propostas pelo documento inicial do Governo.

A oposição fez em sentido diferente, há muito tempo que os sindicatos vinham propondo soluções que tiveram acolhimento, quer na proposta do PCP, quer na do PSD. O Grupo Parlamentar do PS apresenta à última da hora, e no tal trabalho de cima do joelho, as alterações que, afinal de contas, vão ao encontro daquilo que sindicatos e trabalhadores requeriam, aquilo que era a filosofia das propostas da oposição.

Mas Sr. Secretário, um esclarecimento. Eu, até pela minha idade estou virado para o futuro, não tenho preocupação nenhuma com o passado ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas devia!

O Orador: ...agora o que este Governo fez, e isso é que é inqualificável, foi perda de uma oportunidade. Teve uma oportunidade única, a de fazer justiça equitativa, quanto ao tratamento dos que foram beneficiados pela adaptação fiscal e o tratamento daqueles que não foram beneficiados com a sua aplicação desde 1 de Janeiro de 1999, se tivesse trabalhado bem, tinha unanimidade de toda esta Câmara.

Não estou a dizer novidade nenhuma, nem estou só nessa reivindicação que é justa.

Está no próprio comunicado dos sindicatos uma moção que estes ainda ontem apresentaram, porque isto nem sequer é uma reivindicação, por mera reivindicação, é uma questão de justiça.

Essa oportunidade o Governo perdeu-a e não tem justificação. Não tem perdão.

É isso que preocupa o Sr. Secretário, porque o Sr. Secretário, designadamente e o seu Governo, se tivessem trabalhado como deviam, esse problema estava resolvido há muito tempo.

Esse registo há-de acompanhar-vos pelo resto deste mandato e espero que só este, sem qualquer possibilidade de o limpar. É um estigma, um prejuízo que os trabalhadores têm por causa do vosso mau trabalho.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Também para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Infelizmente o Sr. não conseguiu responder a uma única das três perguntas que eu lhe coloquei. Tenho a certeza que muita gente gostaria de ouvir a resposta a essas perguntas, mas ao menos responda-me ao desafio, está ou não o Governo disposto a votar a proposta apresentada pela oposição?

Está ou não o Governo disposto a aceitar a proposta apresentada pela oposição?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O Governo não vota Sra. Deputada!

Deputado João Cunha (PSD): O Grupo que o suporta!

A Oradora: Então pergunto ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa se está ou não disposto a votar a proposta da oposição?

Essa sim seria uma atitude que verdadeiramente corresponderia aos princípios enunciados pelo Sr. Secretário Regional. Princípios de aproximação, princípios de entendimento, princípios de não revogação, princípios de coerência, princípios de premidade da solução.

Gostaríamos de ver o PS a votar a proposta da oposição.

Gostava também que me explicassem se é por causa dos cem mil contos que não a votam, porque se for por isso também há solução. Até vos digo onde é que estão os 200 mil contos no orçamento para isso.

Portanto, Srs. Deputados do PS, seja o Governo a aceitar, sejam os Srs. a votar, eu gostava de saber qual a vossa opinião sobre isso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional Ajunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que o Governo tem a perfeita noção que vai ficar neste mandato e nos próximos, associado a algo de essencial.

É a primeira vez Sr. Deputado - isto bastaria para estarmos aqui, isto marcaria a diferença - que há sobre custos de insularidade, uma proposta do Governo Regional dos Açores, nesta Câmara!

É a primeira vez que há uma proposta do Governo Regional dos Açores nesta Câmara!

Deputada Berta Cabral (PSD): Depois das outras!

O Orador: Do Governo, Sra. Deputada! Do Governo!

Também não é à toa, já agora permitam que vos lembre, que o Governo apresentou um único diploma sobre esta matéria, porque isto para nós merece e tem que ter uma solução global e tanto quanto possível coerente.

Portanto, isto vai marcar, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, com certeza que vai! Nós temos consciência disso!

Deputada Berta Cabral (PSD): Então vote!

O Orador: Nós também podíamos fazer facilidade, porque sabemos que temos minoria. Nós podíamos pura e simplesmente votar contra. Nós podíamos ficar pela proposta inicial, mas ao sabermos que não temos o poder efectivo nesta Câmara, queremos fazer uma coisa mais importante do que isto e os trabalhadores percebem, queremos assumir nesta matéria ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Inconsciência e isso é que é triste!

O Orador: ...um compromisso claro. Queremos que os trabalhadores percebam que independentemente da minoria que sair das próximas eleições a remuneração complementar, o complemento regional de rendimento, vai continuar, não vai ser revogado de forma revanchista. Estamos aqui a dar essa garantia aos trabalhadores e aos trabalhadores açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, uma das coisas que ficou provado nestas últimas duas semanas é que a resposta global não é possível, ao contrário daquilo que o Sr. inicialmente pensou. Era bom ir-se mentalizando que não é só pelas circunstâncias que tem que se fazer a adaptação, é pelas realidades.

Ficou provado em toda esta discussão, nestes últimos dias, que por aspectos económicos e por aspectos sociais da nossa sociedade, uma solução global e mecanicista, os tais vossos 5%, era injusta, era impossível, não era comportável, não era aceite.

Portanto, foi o Sr. que trouxe agora mesmo à colação este aspecto, por isso eu penso que tem que ter a resposta.

Por isso mesmo é que esta Assembleia sente a necessidade e o dever de arranjar respostas para cada um dos sectores, de acordo com a nossa sociedade, de acordo com aspectos económicos das nossas empresas, de acordo com aspectos sociais, por exemplo daqueles que recebem menores pensões. Daí não se ir para respostas mecanicistas, daí ir-se para respostas parcelares, as possíveis, como disse há pouco daquela tribuna.

Pensamos que chegámos à solução possível, porque se isto fosse tão fácil e tão global inicialmente, quando os Srs. apresentaram a proposta do desagravamento fiscal, também teriam apresentado uma proposta global para tudo.

Não foi assim que o fizeram e aceitamos que não seja possível.

Não foi assim que se chegou a esta conclusão final. É resolvendo parcelarmente e de acordo com as possibilidades.

Eu penso que esta Assembleia está no bom caminho de encontrar as soluções não globais, mas as soluções parcelares de acordo com as situações que são diferentes e de acordo também com a sociedade em que vivemos, quer sob o aspecto económico, quer sob o aspecto social.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta última questão faz-me de facto suscitar uma questão que eu penso que é importante. Estes diplomas têm de ser tratados um a um. As questões têm de ser tratadas uma a uma.

Depois de todo este percurso eu tenho o direito de me questionar, se a proposta global do Governo, não era uma boa tentativa para isto não chegar ao fim?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Porquê?

A Oradora: Porquê? Sabe Deus os interesses inconfessáveis que estavam por detrás dessa proposta.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Sra. Deputada isso é o que está na sua cabeça!

A Oradora: Mas a questão que eu queria levantar aqui é a seguinte: queria perguntar ao Sr. Secretário Regional se da sua última intervenção sobre o compromisso de não revogabilidade - o que aliás não me espanta porque com certeza isso não iria acontecer depois de uma proposta aprovada pela maioria desta Assembleia e mais uma vez o Governo não pode nem deve apropriar as decisões desta Assembleia, nem deve usar a sua máquina de propaganda para o fazer - devo concluir que vai votar a favor a proposta da oposição, ou no mínimo vai abster-se.

Doutra forma o seu compromisso vale zero.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito sintáctico.

O que o Sr. Secretário procura manter é um diálogo directo comigo mas não é possível, não vai conseguir o seu objectivo, antes pelo contrário, o que evidencio é já um certo desnorte do PS e do Governo pela qualidade deste PSD de presente, de futuro, que é claramente melhor...

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Que o passado!

O Orador: ... que o Governo e que o PS.

Esta é a sua preocupação e os vossos caminhos agora são seguidistas, ou seja, seguir o rumo que o PSD vai traçando, por este futuro, de trabalhar para os açorianos.

Os Srs. pelos vistos trabalham para o seu "umbigo", umbigo orçamental.

Deputado João Cunha (PSD) : *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção do PP sobre esta matéria, que poderá ser a última, gostaríamos de fazer uma primeira observação, num facto que já foi aqui referido, mas é bom repisar.

Estamos um ano atrasados na apreciação desta matéria

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Só?!

O Orador: Só. E se quiser analisar as questões do passado vamos a elas.

Segunda observação: o PP não apresentou propostas ao longo desse tempo, porque partiu do princípio - não foi o caso mas eu até poderia dizer que tinha confiado no Governo, mas já não estamos nessa fase ingénuo de confiar - e V. Ex^a lembrar-se-á que o Governo comprometeu-se nesta Casa - eu disse isso ontem mas hoje é que é o momento oportuno - no sentido de que já tinha propostas, já tinha dotações financeiros. Julgo que não houve sessão do Parlamento ao longo desses meses, que a respeito de uma ou outra coisa o Governo não fosse questionado sobre a evolução dos trabalhos relativamente ao pacote sobre a compensação dos custos de insularidade, a quem não pagava impostos ou a quem o fazia em menor escala.

Perante as iniciativas do PCP e do PSD as comissões parlamentares adiaram sistematicamente a apreciação dessas matérias, aguardando a apresentação de propostas por parte do Governo.

Portanto diz V. Ex^a que a posição do PP é confortável, porque ficou para o fim. Bom, é-o em certa medida, mas também decorre das circunstâncias que acabei de descrever.

Terceira observação, que é inevitável quando V. Ex^a permanentemente acena aqui que trabalhou no grupo de trabalho. Eu politicamente tenho que referir aqui que o Governo trabalhou tempo demais e produziu coisa de menos e a má hora.

Quando V. Ex^a. também faz remissão para 1991. Sr. Secretário Regional e Srs. Deputados:

Nessa matéria, e é com muito orgulho que o dizemos, eu julgo que quem está bem no retrato é o PP e vou-lhe explicar porquê.

Tivemos honra de em 1991 fazer parte de uma plataforma parlamentar, integrada pelo CDS/PP, PS e PCP e pelo Deputado Independente, Renato Moura, no sentido de aprovar o acréscimo salarial à função pública, com uma filosofia, aquela em que nós acreditávamos, que era o montante de 5.000\$00 para todos. E aí Sr. Secretário, aí é que está a diferença, o PP está sempre no mesmo lugar. O PS, que agora é Governo já não pensa da mesma maneira. O PS, que agora é Governo já nem foi capaz de fazer uma proposta para compensar os trabalhadores da função pública em 5.000\$00. A proposta que os Srs. agora fizeram, como Governo, oito anos depois era compensar quem menos ganha com 3.135\$00 e os que seriam contemplados e que mais ganham com 11.400\$00. É essa proposta do PS que o PP está aqui para derrotar.

A situação é mais grave, pois naquele tempo os 5.000\$00 tinham, apesar de tudo a função social que tinha, oito anos depois os Srs. não aprenderam nada, os Srs. fizeram exactamente o contrário daquilo que tinham feito.

Sobre essa matéria estamos em paz, por isso eu dizia a V. Ex^a. que o PP estava muito à vontade para falar nesses assuntos, porque levou a coerência ao longo dos anos.

Foi nosso entendimento que perante a inaceitável, a antisocial, a ilógica proposta que o Governo aqui apresentou, o PP logo se manifestou disponível, perante os restantes partidos da oposição, para arranjar uma plataforma indispensável para derrotar o Governo Regional e a filosofia do PS contida na sua proposta. Foi esse o papel para que nos dispusemos e é nessa medida que subscrevemos uma proposta que está de acordo com aquilo em que acreditamos, uma proposta que irá ser objecto de votação, dentro em pouco, no sentido de em vez dos 3.135\$00 proposto por V. Ex^a., em vez dos 5.000\$00 que nós tínhamos votado em 1991, uma proposta que atribui 8.500\$00 aos trabalhadores que têm o índice mais baixo na função pública e que de forma regressiva atinja 25% daquele montante para quem estiver entre os índices 360 a 380. Parece-nos ser a proposta possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós estamos cansados de ouvir o Governo nesta Casa a pretexto de tudo e de nada trazer as suas duas bandeiras - já não são bandeiras, já são bandeirinhas - e vamos falar sobre elas.

A bandeira dos jornais e das revistas.

Oh, Sr Secretário, ao que chegou a fraca argumentação dos socialistas, ao fim de três anos, perante tanta coisa importante votada nesta Casa, o Sr. vem com a bandeira dos jornais e das revistas - sobre a qual o PP fez dezenas de requerimentos, ainda bem que o Governo resolveu - e compara isso com o IRS? O Sr. sabe quem é que beneficia com a sua bandeira dos jornais e das revistas?

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Eu sei quem é que beneficia com a sua bandeira do IRS!

O Orador: O Sr. sabe qual o contributo das revistas e dos jornais para o combate dos custos de insularidade?

É uma medida justa, nós pugnamos por ela. Este Governo quando conseguiu teve a nossa aprovação. Mas não exagerem!

Essa medida mensalmente o que é que dá a cada família dos Açores, em média, para o combate dos custos da insularidade?

Nos meios urbanos, nos meios políticos tem algum impacto. Há freguesias desta Região que não consomem um jornal e uma revista do Continente.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Olhe que não!

O orador: Portanto, tenhamos o sentido das proporções.

Mas também em relação aos próprios transportes aéreos, quando Vs. Exas. se colocam numa postura de ridicularizar uma proposta do PP, que foi aprovada por esta Assembleia, uma recomendação ainda há bem pouco tempo no sentido do Governo diligenciar junto do Governo da República, para se arranjar formas de compensação por parte do Estado ou da Europa, relativamente aos custos das mercadorias, essas sim que afectam toda a população dos Açores, meios urbanos, meios rurais, a todos os níveis, os Srs. ridicularizam e trazem a sua bandeira do transporte dos passageiros.

Sr. Secretário:

Também estamos de acordo com a baixa dos transportes de passageiros e os Srs. sabem perfeitamente o que temos subscrito a esse nível e até felicitamos o Governo da

República e a Região. Mas, a compensação dos transportes de mercadorias é uma forma de combate mais universal, relativamente aos custos de insularidade.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Os Srs. tiveram 20 anos para fazer isso e não fizeram!

O Orador: O transporte aéreo de pessoas só abrange aqueles que efectivamente viajam. Há freguesias inteiras desta Região em que as pessoas passam anos sem viajar nos transportes regulares para o continente e do continente para os Açores. Portanto tenhamos também o sentido do que é que é universal e do que é que é parcial.

Isto é um aparte para que de facto de quando em quando os Srs., perante o desastre das nossas propostas, reflectam, pois a oposição já está a desafiar para saber se os Srs. votam connosco ou não, se os Srs. dizem que votam nós acabamos com isto e votamos já.

Portanto, não vale a pena arranjar elementos de diversão, daí a minha observação sobre o preço dos jornais.

O que importa e como já foi aqui dito, é que graças a Deus não temos maiorias absolutas. Isto tem de ser dito aqui todos os dias e a toda a hora...

Deputado Mark Marques (*PSD*): De manhã, ao meio dia e à noite!

O Orador: ... porque se tivéssemos uma maioria absoluta os nossos trabalhadores da função pública levavam 3.150\$00 e acabou-se.

Mais manifestação, menos manifestação porque ...

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): E não havia 20% do IRS!

O Orador: Ah, sim! Não havia 20% de IRS!

(Aplausos da bancada do PSD).

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece que estamos numa fase conclusiva. Eu julgo que todos nós, nesta Assembleia, já percebemos em que "galho é que cada macaquinho está". Julgo que já percebemos claramente qual é o papel e o contributo que cada bancada, nesta Assembleia, terá nesta decisão. Já percebemos que o Governo Regional tentou tudo, o possível e o impossível, para à última da hora se associar...

Deputada Berta Cabral (PSD): Exactamente!

O Orador: ... a essa feliz plataforma. Pronto! Falta só votarem a favor.

Mas antes queria referir que faço o que faço com o sentido da responsabilidade e peço ao Governo que responda também com rigor.

Primeira questão: Reconhecem ou não os Srs., PS e Governo, que essa remuneração complementar, porque é isso que vamos votar, era ou não devida desde 1 de Janeiro de 1999, por força da redução do IRS, por força dos compromissos que os Srs. e nós assumimos perante os trabalhadores da função pública?

Reconhecem ou não os Srs que isto é devido, isto está em falta desde 1 de Janeiro de 1999?

Deputado Herberto Rosa (PS): Desde 1992!

O Orador: Não venham cá com essa história.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo).

O Orador: Isto é reacção de mau pagador.

Os Srs. adoptaram à falta de argumentação como arma principal do vosso discurso parlamentar, por estarem sistematicamente a fazer comparação, a fazer ataque e contra-ataque político em relação ao PSD sobre o passado e sobre as atitudes que o PSD assumiu enquanto Governo.

Os Srs. façam como entenderem, nós PP, não temos nada a ver com isso. Peço é a vossa atenção para quando a vossa "cassete"...

Deputado Mark Marques (PSD): É CD! Não vê que não gasta?!

O Orador: ... que introduz sempre as comparações com o passado, o fazer tendo em conta que é problema do PSD e problema vosso. Não o façam, por respeito à Casa e a nós próprios, em relação ao PP. Peço só que mudem a cassete quando se dirigirem a nós. Relativamente ao PP, essa argumentação não serve.

Portanto o que vos pergunto é em relação aos vossos compromissos, tal como no passado questioneei o PSD, tal como em 1991 votámos a remuneração complementar contra a maioria do PSD que no momento não era absoluta, agora com a mesma

coerência e com a mesma fundamentação exijo e confronto Vs. Exas. com os compromissos que os Srs. aqui assumiram, em 1999.

Eu agora não estou a questionar o PSD sobre os compromissos de 1991. Isso já acabou! Agora eu quero é confrontar Vs. Exas..

Portanto, se me disserem que são iguais ao PSD, isto para mim não me resolve nada.

O que eu quero saber é se os Srs. são capazes de responder em consciência se esses trabalhadores deveriam ou não ser compensados desde 1 de Janeiro de 1999. Primeira observação.

Segunda observação: Os Srs. receberam mais meio milhão de contos do que estava previsto em IRS, em 1999. Os Srs. receberam mais 4,2 milhões de contos do que estava previsto em IRC para 1999. Os Srs. tinham 2,5 milhões de contos para compensar as autarquias dos Açores em 1999 e os Srs. não o gastaram.

Deputada Berta Cabral (PSD): 2,1!

O Orador: 2,1 milhões de contos que os Srs. não gastaram.

Quatro mais dois são seis e um sete.

Os Srs. disseram aqui que tinham uma verba para compensar os trabalhadores da função pública em 1999.

Com essas verbas todas, com isso que não foi gasto eu pergunto: Por que é que os Srs. são tão sensíveis aos sindicatos, como parece que dizem para aí? Se são tão sensíveis a esses argumentos, os Srs. digam são uma palavra.

Nós achamos bem que isso seja com efeitos retroactivos desde 1 de Janeiro de 1999, porque temos meios para isso.

Digam isso para serem coerentes com tudo aquilo que fizeram este ano.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP).

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me sentiria bem em não prestar este esclarecimento à Casa, embora não tenha estado envolvido directamente nesta discussão, porque ao longo desta discussão foi referido por diversas vezes que tudo o que estamos aqui a falar se refere a custos de insularidade.

Como eu, do ponto de vista profissional, colaborei, fui responsável, antes destas funções, por estudos de avaliação dos custos de insularidade, aliás encomendados pelo anterior Governo e como também a metodologia de avaliação de custos de insularidade utilizada no recente estudo é praticamente a mesma e refere-se à metodologia por mim apresentada, não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse que de facto do ponto de vista objectivo entre o primeiro estudo de avaliação de custos de insularidade, que era totalmente abrangente, isto é, abrangia a totalidade do cabaz de compras do INE e que foi feito na altura pela "Norma", encomendado pela então Secretaria da Juventude, Comércio e Indústria, essa avaliação cifrava-se numa diferença de 13%, ou seja, pressupunha-se que a diferença de um cabaz de bens comprado nos Açores custava mais 13% do que em Lisboa.

De lá para cá o que se verificou efectivamente e o estudo comprova, com a mesma metodologia e recorrendo ao mesmo cabaz, que houve uma diminuição efectiva dessa diferença, que era chamada na altura de custos de insularidade. Passou-se de 13% para 2,9%.

A verdade é essa e na altura também se dizia que em relação ao que se estava a falar, estava-se a medir de uma forma que cientificamente não era muito precisa, aquilo que se designava por custos de insularidade.

Mas, de facto o que estava ali metido eram diversas coisas, por um lado eram de facto custos de insularidade, ou seja, diferenças de custo de transporte, por outro lado, eram ineficiências do sistema produtivo e por outro lado ainda estava-se a falar de diferenças ao nível de funcionamento do sistema económico.

O que é verdade é que esta redução que é uma redução substancial de 10% vem comprovar que o que se passava aqui, que fundamentalmente era uma questão de ineficiência do sistema económico, que tem vindo a melhorar e que permite de facto que se passe de 13% para 2,9% e também verifica-se um efeito das políticas económicas que têm vindo a ser seguidas.

Portanto, esta era uma verdade, porque depois quando se comparam valores mete-se muita política pelo meio. Metem-se muitos argumentos partidários. Mas, faltar-se-ia à verdade se eu não dissesse isso hoje aqui com a honestidade que eu acho que deve ser trazida para este debate, porque continuar aqui a esgrimir valores, às vezes apenas com argumentos partidários e fundamentação científica penso, que é extremamente incorrecto.

Muito obrigado e não quero intervir mais sobre este assunto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu só lhe queria fazer a seguinte pergunta: Em função dessa evolução, que considera correcta e que aqui poderíamos discutir, porque há metodologias, há fórmulas, aliás eu não acredito que hajam duas pessoas que cheguem à mesma conclusão sobre custos de insularidade, é extremamente difícil e não é a primeira vez que eu o digo aqui e digo por experiência própria. É extremamente difícil quantificar custos de insularidade, até pelos factores estranhos que acabou de falar. É muito difícil calcular custos de insularidade.

Portanto, o que há aqui para calcular são percentagens justas do ponto de vista social. Compensar as pessoas e prosseguir um percurso de alguma optimização em termos de justiça social.

Essa questão é fundamental, porque no dia a dia todos nós sentimos que temos custos que os nossos concidadãos europeus e continentais não têm.

Isto também é uma realidade, que mesmo que não a consiga medir é verdade.

Mas deixando essas considerações preliminares a pergunta que eu lhe queria fazer é a seguinte: Então se há uma evolução tão positiva, entre 13% e 2,9% e os 2,9% ainda estão influenciados por outros factores, as tais chamadas **estronolidades (???? CAS VI 7M)**, eu devo chegar já à conclusão que para o Governo já não há custos de insularidade e portanto estas propostas nem deveriam estar a ser discutidas aqui.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, traz aqui à colação uma matéria que deveria ser discutida em tempo próprio e, pelo menos da minha parte, não a quero trazer à colação para a matéria que estávamos a discutir, porque dá-me a impressão que ela não irá adiantar.

De qualquer maneira, eu gostaria de fazer sobre essa matéria já que foi trazida cá, algumas considerações.

Nesse cálculo dos custos de insularidade que há 4 ou 5 anos dava uma diferença de 13%, o processo, os métodos e os critérios adoptados foram exactamente os mesmos que deu 2,9%? Essa é a primeira questão que eu coloco e que penso que é importante ser referido, porque acho que é fundamental, uma vez que se pode calcular com processos completamente diferentes.

Por outro lado, no cálculo dos custos de insularidade há que dar entrada com as chamadas correcções. Aliás, sobre essa matéria, por exemplo, a nível da Região Autónoma das Canárias há estudos muito grandes publicados em relação a esta matéria e por especialistas com perspectivas completamente diferentes e não é a posição política que os leva a ter perspectivas diferentes, são os métodos utilizados.

Portanto é um outro aspecto e já que estamos a falar de correcções Sr. Secretário, qualquer cidadão que vive em Lisboa para chegar ao Porto mete-se no comboio ou no autocarro, paga alguns escudos e três horas depois está lá. Qualquer cidadão de Ponta Delgada para chegar, por exemplo, aqui ao Faial tem que vir por via aérea, em condições completamente diferentes.

Deputado Herberto Rosa (PS): Agora já não!

O Orador: São estas as tais correcções por isso não podemos entrar em linha de conta com estudos sem terem a mesma base e sem entrarem em linha de conta com as correcções a encontrar.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou responder apenas à parte que diz respeito ao estudo, porque como eu disse só intervi neste debate na perspectiva de que achava que deveria deixar este registo aqui.

De facto referi dois estudos - e eu poderia ter citado outros, porque houve outros estudos de diversos autores, que aliás estão reflectidos na revisão bibliográfica que é feita sobre este assunto - porque são comparáveis. São comparáveis porque utilizam a mesma metodologia. Não foram feitos pelas mesmas pessoas, é bom que se diga.

Eu por exemplo não participei e a equipa que fez este é completamente diferente da equipa que fez o primeiro, em que eu participei.

Portanto, são feitos por pessoas diferentes, mas utilizam a mesma metodologia. Aliás é lá referida expressamente a metodologia desenvolvida no primeiro estudo e utilizam também, pela primeira vez, um cabaz que é um cabaz alargado e um cabaz alargado que vai exactamente ao índice de preços, porque nós já tivemos muitos estudos anteriores a estes, que só trabalhavam com cabazes parciais, havendo dificuldade de comparar, porque não é possível comparar cabazes diferentes, daí chegarmos a resultados diferentes.

O que estamos aqui a falar é exactamente de cabazes de bens que são cabazes iguais, são os cabazes básicos utilizados pelo INE.

Portanto, os autores dos estudos nem sequer podem influenciar os dados, daí que do ponto de vista científico eles tenham alguma fidelidade. São dados que são fornecidos por uma entidade diferente. Daí que eu lhes confira do ponto de vista científico uma extrema validade.

Nós podemos citar exemplos, uns mais conhecidos outros menos, parciais: por exemplo uma viagem, quanto custa uma viagem de um sítio a outro, o de quanto custa um bife num sítio ou noutra etc. Isso pode ser feito e conta-se as diferenças se quisermos, mas não são comparáveis.

O que é comparável o que é igual é um cabaz de preços que é utilizado para medir o nível geral de preços no país, com uma metodologia, com o mesmo cabaz de preços.

Era isso que eu gostava de esclarecer. Sobre as outras questões peço desculpa mas não vou responder porque a única intervenção que eu acho que deveria ter nesta altura, porque não participei nestes trabalhos que estão a ser analisados aqui, é apenas do ponto de vista do testemunho técnico e científico sobre o assunto, porque já ouvi aqui falar de custos de insularidade e de facto na verdade os estudos reconhecem que a componente

que é possível destrinçar de custos de insularidade é uma componente que os tempos têm vindo a demonstrar que é cada vez mais reduzida.

De facto, existem outras coisas que são extremamente importantes. Daí que o Governo - e aí também posso dizer porque do ponto de vista político e técnico estive na origem da definição de algumas dessas orientações - tenha vindo a utilizar por um lado defendendo a lei das Finanças Regionais e por outro lado a ter uma concepção abrangente dos instrumentos que pode utilizar para melhorar, não só do ponto de vista de eficiência o sistema, ou seja do ponto de vista de política económica, como também do ponto de vista da política social.

Daí que o Governo não confunda, como aliás o Sr. Secretário das Finanças disse aqui ontem, o que é política social com o que é política económica.

São coisas completamente diferentes, os instrumentos são diferentes e temos de ser também honestos, porque de facto se não o formos o que se tem passado nesta discussão, é muito grave, porque inquina uma discussão que eu acho que deve ser sã, sobre a autonomia e sobre os instrumentos de política económica, fiscal e social que esta autonomia deseja ter nas suas mãos e deseja ver reforçado.

Se o fizermos dessa forma estamos a dar um contributo decisivo para o crescimento da autonomia. Se não o fizermos estamos de certeza absoluta a minar a credibilidade deste nosso regime autonómico, face aos nossos parceiros.

É esse alerta que aqui já foi deixado pelo Governo, em diversas ocasiões, pois às vezes é preciso pôr um bocadinho de água fria nestes argumentos para que as pessoas olhem bem e pensem no que estão a decidir.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Penso que a sua intervenção final acabou por responder à pergunta que eu lhe tinha feito. De facto pelo Governo não estaríamos aqui a discutir estas propostas, porque

segundo o seu entendimento não há custos de insularidade, segundo o seu entendimento estas não são propostas para compensar os custos de insularidade.

Segunda questão: apesar de todas essas considerações que são perfeitamente marginais à discussão que estamos aqui a ter, eu pergunto em que medida é que a primeira proposta do Governo, que dá três contos a quem ganha menos e onze a quem ganha mais resolve o seu problema?

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Qual foi a primeira proposta do PSD nesta matéria?

A Oradora: Eu pergunto: quando a inflação disparar o que é que vão dizer àqueles senhores que estão ali sentados?

Presidente: Srs. Deputados, vamos então agora interromper os nossos trabalhos.

Recomeçaremos às 15.00 horas.

Eu peço aos líderes parlamentares e à Representação parlamentar para nos encontrarmos aqui na sala.

(Eram 13 horas e 5 minutos).

Srs. Deputados agradeça que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos).

Lembro que estávamos a discutir a remuneração complementar.

Vamos retomar as nossas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir ainda a remuneração complementar e não ficaria de bem com a minha consciência se não fizesse um pouco de história, embora sucinta da remuneração

complementar, isto é, quando é que ela começou, quando é que ela surgiu, quando é que ela foi revogada até chegar aos dias de hoje.

Penso assim que esta Assembleia ficará mais esclarecida e também para constar do Diário das Sessões toda esta história da remuneração complementar.

Que me lembre, tudo começou em 1987. Tenho aqui um documento da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, datado de 14 de Maio de 87 e que dá conta que de acordo com a decisão da reunião de coordenação nacional, foi elaborado um projecto de proposta sobre complemento salarial, elaborado pelo gabinete técnico da Federação, para ser discutido e aprovado na reunião Inter Regiões Autónomas, a ter no lugar nos dias 27 e 28 de Maio de 1987, no Funchal.

Nesse projecto de documento dizia-se o seguinte: "propomos a criação de um complemento salarial que adicionado aos vencimentos base e às pensões de aposentação, anualmente fixados para os funcionários e agentes das administrações regionais dos Açores e da Madeira, permita minimizar os efeitos depreciadores do poder de compra decorrentes da insularidade".

Num ponto dois diz assim: "Na fixação dos referidos complementos salariais ter-se-á por base o diferencial da inflação verificado entre o continente e cada uma das Regiões Autónomas".

Portanto, era isto que era proposto em 1987.

Foi este critério, o critério da diferença entre a inflação verificada no continente e nas Regiões Autónomas. Foi esse critério que foi estabelecido para a Região Autónoma da Madeira, em 1990.

Mas aqui estávamos nos tempos do governo do PSD e se a Madeira aprovou uma remuneração complementar com base neste critério da diferença das taxas de inflação, dizendo que o mínimo seria de 2,5%, na Região Autónoma dos Açores o Governo do PSD não queria ouvir falar, tão pouco, na remuneração complementar, no acréscimo salarial ou no complemento salarial.

Sendo assim existia e ainda existe o Conselho Regional de Concertação Social. Eu próprio fazia parte desse Conselho Regional de Concertação Social, pela CGTP Inter Sindical.

Como representante da CGTP Inter Sindical, nesse Conselho, eu próprio assinei uma proposta de criação de um acréscimo salarial, o subsídio de insularidade para os funcionários e agentes da Administração Regional, que dizia assim:

" Ponto 1 - Considerando que a situação específica das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, de economias fortemente dependentes do exterior, origina custos acrescidos da maior parte dos bens de consumo das regiões, altamente honorados pelas despesas de transporte e outros componentes externos e traduzidos em preços finais mais elevados que os do continente;

Ponto 2 - Considerando que, e comparando com o continente, apesar de uma ocasional taxa de inflação inferior na Região, se verificam variações absolutas nos preços superiores, além da desactualização do cabaz de produtos que está na origem do IPC da Região;

Ponto 3 - Considerando que a aposta na actividade turística da Região, irá com certeza implicar também acréscimos no custo de vida das populações aqui residentes e conseqüentemente uma redução no seu poder de compra, face aos salários reais;

Ponto 4 - Considerando que como o cronolário do quadro que vimos traçando, a que há a acrescentar os crescentes aumentos de preços, os funcionários e agentes da administração regional dos Açores têm sido ainda mais fortemente penalizados que os do continente no que respeita à perda de poder de compra, ao longo dos anos, o mesmo se verificando em relação aos aposentados (já se falava aqui nos aposentados);

Ponto 5 - Considerando que os próprios Governos Regionais aumentando o salário mínimo regional e o da República, ao fixar subsídios de várias ordens para algumas categorias profissionais aqui residentes, os próprios Governos Regionais e da República, dizíamos, reconhecem essa situação;

Ponto 6 - Considerando que na Região Autónoma da Madeira, devido a circunstâncias semelhantes, já foi instituído um subsídio de insularidade para os funcionários públicos regionais;

Ponto 7 - Considerando finalmente que uma reforma fiscal mais favorável nos Açores, nomeadamente a eventual redução de IRS, não resolve o problema da diferenciação do poder de compra entre os funcionários públicos do continente e da Região e principalmente entre estes e os restantes trabalhadores da Região, que negociando

directamente com a entidade patronal, podem fazer valer os seus pontos de vista e defender melhor os seus interesses salariais.

Propomos:

1 - Que seja reconhecido pelo Governo e por este Conselho a urgente necessidade de criação de um acréscimo salarial, ou o subsídio de insularidade para os funcionários e agentes da administração regional dos Açores;

2 - Este acréscimo salarial ou subsídio de insularidade, adicionado aos vencimentos e às pensões de aposentação, anualmente fixados para os funcionários e agentes da administração pública, deverá permitir minimizar os efeitos depreciadores do poder de compra, decorrentes da insularidade;

3 - A fixação do referido acréscimo salarial deverá ser feita após um estudo a efectuar por um grupo de trabalho, cuja constituição deverá sair deste Conselho e incluir Governo e Sindicatos, permitimos adiantar como taxa de referência 10%, (na altura, em 1987).

4 - O referido estudo deverá ficar concluído antes da segunda reunião ordinária deste Conselho".

Este projecto que eu propus no Conselho Regional de Concertação Social, está datado de 31 de Janeiro de 1990 e assinado por mim.

Por outro lado, na sequência disto e friso que já aqui se falava também nos aposentados, no aumento do salário mínimo regional e também se falava que a adaptação fiscal não resolvia o problema.

O Conselho Regional de Concertação Social fez uma convocatória de 28.2.90 em que no seu ponto 2 dizia o seguinte:

"Analisar e discutir a proposta apresentada pela CGTP, através do Sr. Dr. Augusto Élavai, de criação de um acréscimo salarial para os funcionários e agentes da administração regional, ou criação de um grupo de estudo para o acréscimo salarial.

Com os melhores cumprimentos.

José Manuel Cabral Bolieiro".

Nessa reunião, no dia 14 de Março de 1990 e como o Governo ainda não tinha feito nenhum estudo, eu próprio propus-me fazer um trabalho sobre a situação dos trabalhadores da função pública nos vários países.

Nesse estudo está que segundo o relatório da OIT - Organização e Introdução de Trabalho referente a 89, os salários reais dos trabalhadores da função pública registaram uma descida. Em 1989 dizia isso a OIT.

Depois referia-me também ao caso da América Latina, para o caso agora não tem importância, referia-me também aos diversos países da Ásia.

Após 83 os salários reais aumentaram em muitos países da OCDE, mas menos que no sector privado, isto é os salários reais dos trabalhadores da função pública aumentaram menos que o sector privado.

O mesmo se passa nos países industrializados de economia de direcção central, naquela altura eram os países de Leste, onde os salários reais dos sectores de produção não material, aumentaram mais lentamente que os outros. Também aí se verificava segundo a OIT, que os funcionários públicos ou pelo menos os funcionários dos sectores de produção não material, também aumentavam menos que os outros.

Os trabalhadores do sector privado ultrapassaram assim as remunerações da função pública em quase todo o mundo. É o caso particular dos altos funcionários. Para estes a diferença situa-se à volta dos 30% para os países industrializados como os Estados Unidos e os Países Baixos e mais de 75% nos países em vias de desenvolvimento, como por exemplo neste caso dizia-se a Venezuela.

Depois propunham-se pelo menos soluções. O relatório da OIT preconizava finalmente diversas medidas que poderiam contribuir para uma melhoria da produtividade da função pública:

- "- Recrutamento e promoção de IVA's de qualquer ingerência política ou favoritismo;
- políticas salariais que contenham medidas de estímulo ao rendimento individual;
- gestão participativa, visando a cooperação e a delegação de poderes;
- aperfeiçoamento na formação dos quadros da administração, com o fim de poderem utilizar melhor o pessoal de que dispõem.

Esta medida é particularmente importante nos países em desenvolvimento".

Dizia-se também que já foram tomadas medidas na França, nos Estados Unidos, no reino Unido, onde entre outros introduziram já sistemas de análise da produtividade para estabelecerem uma relação entre os serviços prestados e os recursos utilizados.

Mais precisamente nos Estados Unidos dizia-se que segundo as conclusões de um grupo de especialistas, proposto pelo Presidente Bush, para o aconselhar sobre esta questão dos vencimentos dos funcionários federais, todas as remunerações destes funcionários deveriam ser aumentadas em 10% em 90 e 91. Até nos Estados Unidos se propunha isso.

A primeira das recomendações que formulo neste Comité Executivo é sobre o estabelecimento dum calendário de aumentos.

Segundo o Secretário de Estado de Tesouro dos Estados Unidos, os trabalhadores do sector privado ganham em média, actualmente, naquela altura claro, 28,6% mais do que os trabalhadores do Estado Federal.

Esta diferença vai desde os 20% para o pessoal subalterno a 37% para as categorias superiores, nos Estados Unidos.

O Comité é ainda muito crítico em relação à maneira como o Governo trata os seus funcionários, neste caso nos Estados Unidos.

E na Região Autónoma dos Açores, o que é que se passa?

É ideia generalizada e comumente aceite que o custo de vida na Região é superior ao do continente.

Sabe-se também que os trabalhadores do sector privado ao negociarem directamente com a entidade patronal têm em conta esse custo de vida.

No entanto, os trabalhadores da função pública da Região, para além de todos os problemas descritos atrás e comuns a outros funcionários públicos de muitos países, ficam prejudicados por não poderem levar às negociações salariais o facto do poder de compra na Região ser menor que no continente.

Sendo assim é preciso remediar esta situação como já o fez aliás a Região Autónoma da Madeira ao institucionalizar o subsídio de insularidade embora a taxa encontrada - 2% - não seja do nosso agrado.

O local próprio, dizia eu, onde isso deve ser discutido é o Conselho Regional de Concertação Social.

No documento entregue pelo Governo aos parceiros sociais, em Novembro, intitulado "Política de Rendimentos e Preços" está escrito o seguinte:

"A política de rendimentos como intervenção deliberada pelas autoridades económicas, no domínio da formação de rendimentos ou na sua redistribuição, será utilizada apenas no sentido de atenuar as desigualdades ou como regulador da própria actividade económica.

O que se deseja é que neste caso sirva mesmo para atenuar ou se possível eliminar as desigualdades de que os trabalhadores da função pública na Região são vítimas.

Como se tenta mostrar neste documento, não estamos sozinhos em termos de discriminação salarial na função pública, mas muitos países estão a adoptar medidas para acabar com essa injustiça.

É também o que nós queremos. Por isso queremos contribuir com a proposta que apresentamos, embora reconheçamos o esforço já desenvolvido com o novo sistema remuneratório, isto é aquele sistema remuneratório que veio para a função pública e que não é de cá, como se sabe, é do continente, para o país em geral".

Dizia mais: "esperemos que esta medida a ser aprovada seja a primeira de uma série de medidas para que a administração se torne mais eficaz, preste melhores serviços aos cidadãos e que possa ter a autoridade moral para exigir levar à prática uma maior responsabilização dos seus funcionários, incluindo as próprias chefias, para as quais seria o momento mais indicado para lhes exigir maior competência".

Isto foi lido e apresentado no Conselho Regional de Concertação Social, em 14 de Março de 90, por mim e assinado por mim, o que quer dizer que a remuneração complementar não é de agora. A remuneração complementar, como disse, começou em 87, segundo me lembro, passou por essa fase no Conselho Regional de Concertação Social em 1990 e depois há uma acta ainda do Plenário, dessa discussão, acta essa, como já disse há pouco, assinada pelo Secretário de então José Manuel Bolieiro, em que nessa acta dizia-se o seguinte:

"De seguida passou-se ao segundo ponto da Ordem do Dia, analisada e discutida a proposta pela CGTP, através do Dr. Augusto Élavai, de criação de um acréscimo salarial para os funcionários e agentes da administração regional, ou criação de um grupo de estudo para o acréscimo salarial.

O Dr. Augusto Élavai fez a exposição do problema, através da leitura de um documento apresentado nesta sessão sob o título "Salário da função pública e seus problemas", que se anexa à presente acta".

O documento vinha na sequência do outro, apresentado no último Plenário, em que também foi lido outro documento:

Propôs-se na próxima sessão ordinária tratar do assunto, já de forma definitiva e que no próximo Orçamento da Região se previsse já esse subsídio de insularidade. O próximo era para o ano de 1991.

Pelo Governo, o Secretário Regional da Administração Interna, que na altura era o Dr. Costa Neves, foi quem iniciou o debate. Em primeiro lugar, revelou a investigação levada a cabo pelo Dr. Augusto Élavai. Considerou que em termos comparados, Portugal acompanhou esta matéria, a um movimento internacional.

"A abordagem - dizia o Dr. Costa Neves - tem de ser feita de forma abrangente, através de uma taxa mais baixa do IRS. Aqui, apenas e só, o IRS.

A Secretaria Regional das Finanças e Planeamento está a trabalhar neste assunto, que é difícil, mas que é o processo mais correcto.

A UGT Açores, o Eng.º Gaspar da Silva, congratulou-se com o facto de ser reconhecida hoje, a preocupação com os custos de insularidade, não só pelos trabalhadores mas igualmente pelo Governo e pela opinião pública em geral.

No que respeita concretamente ao funcionalismo público, a UGT Açores, o SINTAP, vem desde há muito tempo a reivindicar a solução adequada para esta situação.

O funcionalismo público abrange 25% da taxa de actividade da nossa população activa - dizia o Eng.º Gaspar da Silva.

Todavia a UGT Açores, tem desde que se instalou, há três anos - dizia ele - filiados 22 sindicatos e defende ou entende que os custos de insularidade tanto atingem os trabalhadores do sector público, como do sector privado, naturalmente a opção recentemente tomada pela Madeira nesta matéria, será precipitada a abordagem, que falta fazer agora cá, sobre esta questão".

A UGT Açores dizia que era também pela diminuição do IRS que se abrangeria toda a gente.

O Dr. José Monjardino, que na altura estava a representar a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, dizia que se a abordagem fosse feita pelos custos de insularidade então há outros mecanismos que devem ser accionados, pois o fenómeno da insularidade carece de estudos aprofundados.

Mais à frente eu dizia assim: "Face ao entendimento que se estava a gerar, quanto à solução custos de vida, pela adaptação do sistema fiscal, IRS e IRC, a solução só é correcta para o caso global do custo de vida dos Açores, mas já não para o caso específico que a proposta por si apresentada, visava ou seja acréscimo salarial para os funcionários públicos, pois quanto mais se ganha mais se desconta - dizia eu já na altura.

Mais, "com a adaptação da redução do IRS, beneficiará mais, quem ganha mais. Nunca ficariam abrangidos pelo benefício que se pretende dar, aqueles que estão isentos de IRS".

"Portanto - sublinhou - são dois problemas diferentes e é para este segundo problema que a proposta pretende dar solução", que era a remuneração complementar ou subsídio de insularidade.

O Secretário Regional da Administração Interna disse que afinal mais elementos têm sido trazidos à discussão, mas que considera necessário fazê-la mais abrangente, custos de vida, solução que tem que ser preconizada com esse sentido e deve ser feito um estudo e sempre na óptica da baixa de IRS para abranger toda a gente.

Finalmente o Presidente do Governo considerou - o Dr. Mota Amaral - que reconhecidas as dificuldades e abordadas as diversas perspectivas do assunto, importaria carrear elementos para um grupo de estudo que devia ser definido já, dada a urgência da solução.

Como sabem a urgência da solução teve de ser encontrada nesta Casa, neste Plenário da Assembleia Legislativa Regional, pela então designada "maioria espúria". Uma maioria ocasional que se fez nesta Assembleia e que apresentou e aprovou uma remuneração complementar, remuneração essa que também tenho aqui um comunicado da altura, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, de que eu era dirigente sindical, e esse documento diz: " A Direcção Regional do Sindicato dos Trabalhadores

da Função Pública do Sul e Açores, saúda e felicita todos os trabalhadores da administração pública regional, por na passada Quinta-Feira, dia 12 de Dezembro...

Deputada Berta Cabral (PSD): De mil novecentos e quê? É preciso que se diga!

O Orador: ..., de 1991 a Assembleia Legislativa Regional ter aprovado, pelos votos da oposição parlamentar, a criação do acréscimo salarial, que desde há alguns anos, este sindicato vinha sistematicamente reivindicando.

Horta, 17 de Dezembro de 1991".

Como sabem isto foi aprovado em 1991. Só foi publicado em 31 de Julho de 92, para ter efeitos ...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador : Não me lembro bem...

Deputado Jorge Valadão (PSD): Ele estava monótono. Não conhecia os Açores!

O Orador:... não sei qual foi o voto deles, mas sei que em 31 de Julho foi publicada esta proposta e só para produzir efeitos a partir de 1 de Agosto. Portanto ficaram sete meses por pagar, depois de ser aprovada na Assembleia.

Era assim o Governo de então, com maioria absoluta e o "quero, posso e mando" do Dr. Mota Amaral.

Deputado Mark Marques (PSD): Agora ficaram 36!

O Orador: Mas, esta história como sabemos, esta história da remuneração complementar e da aprovação na Assembleia Legislativa Regional, deste subsídio de insularidade de 5.000\$00, como sabem não teve um final feliz.

O Governo Regional, que era do PSD na altura, não descansou enquanto não revogou essa remuneração complementar. Nessa altura o PSD não se aproximava dos sindicatos, "fugia a sete pés", quando pressentia que estava próximo algum sindicalista. Foi preciso o PS ganhar as eleições...

Deputada Berta Cabral (PSD): Para se afastar deles!

O Orador: ... foi preciso o PS constituir Governo, para que o 25 de Abril, naquela acepção do 25 de Abril, chegasse aos Açores.

Foi preciso o PS chegar ao Governo para que a democracia...

Deputado Mark Marques (PSD): A viagem do triângulo fez-lhe mal!

O Orador: ... se exerça nos Açores.

(Risos da bancada do PSD).

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Foi preciso o PS chegar ao Governo, para que ela se exerça com todas as suas características.

Foi preciso o PS ser Governo para que a liberdade na sua ampla acepção, chegasse aos Açores.

E vem agora a história da remuneração complementar, em segunda geração, permitam-me que assim a trate.

Em 11 de Abril de 1997, melhor que eu o Deputado Paulo Valadão sabe isso, o PCP apresentou uma proposta que previa o valor de 6.500\$00 para cada funcionário em efectividade de funções, exceptuando...

Deputado Mark Marques (PSD): Parece conversa de Marcelo Caetano!

O Orador: ... os titulares de cargos políticos e o pessoal dirigente da função pública. Esta proposta não teve aceitação nesta Assembleia, era preciso amadurecer e estudar com precisão esta questão.

Foi o que foi feito e a prova é que o próprio PCP, apresentou uma proposta em moldes diferentes, embora com valores excessivos.

O Governo, como lhe competia, apresentou as suas propostas num âmbito global. Uma proposta equilibrada e consentânea com as disponibilidades financeiras da Região.

A oposição não quis o consenso que o Governo propôs. Não quis tratar a remuneração complementar como uma questão de regime. Preferiu que ela servisse de pretexto para delapidar as receitas regionais, juntamente com a redução da taxa do IRS.

Propôs montantes que dão certamente desequilíbrio ao orçamento regional, fazendo com que não se possam executar alguns projectos do plano para 2.000.

A oposição assumirá as suas responsabilidades.

O PS e o Governo assumirão as suas, certos de que os açorianos rejeitarão os popularismos fáceis de esbanjar dinheiro e acreditarão sempre naqueles que sempre defenderam os interesses regionais.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que a intervenção do Sr. Deputado Augusto Élavai teve o mérito de trazer aqui ao Parlamento algum historial sobre aquilo que neste momento estamos a apreciar, ou seja, a implementação da remuneração complementar.

Em 1997, no preâmbulo do projecto que então apresentámos dizíamos que eram necessárias medidas específicas de apoio às empresas, para a redução dos custos financeiros e económicos e outras medidas de verdadeira justiça remuneratória.

No entanto, defendemos na altura - e o Sr. já aí estava - que era necessário desde já implementar, alguma justiça remuneratória, aquela que para nós deveria ter sido a primeira justiça remuneratória, ou seja, a possibilidade que esta Assembleia tinha de compensar os funcionários públicos pelo facto de viverem nesta Região, pelo facto de terem níveis de custo de vida diferentes aqui, do que o total daqueles que vivem, por exemplo, no continente.

Nessa altura, propúnhamos 6.500\$00, o que significava apenas uma actualização, em termos de inflação, e da remuneração complementar que o Sr. inicialmente referiu e que foi também aqui aprovado por maioria nesta Assembleia e que depois viria a ser revogado.

A minha intervenção e o meu esclarecimento é no sentido de dizer que a sua análise final, dá-me impressão que é apressada e precipitada, porque chega a uma conclusão que nada tem a ver com as premissas que efectivamente tem.

Deputada Berta Cabral (PSD): Exactamente!

O orador: O Sr. tem um conjunto de premissas que eu poderia subscrever. No entanto quando diz que a proposta que o Governo do PS apresenta é uma proposta equilibrada, aí é que o Sr. chega a uma conclusão completamente falsa.

Se nós já tivemos aqui há anos aquilo que tivemos; se em 1997, com o valor corrigido da inflação, essa remuneração - sem contarmos com aquilo que hoje existe que é a adaptação do sistema fiscal - já era de 6.500\$00, o Sr. não me venha agora dizer que é compensador para o índice 100 da função pública, com 62.700\$00 de ordenado mensal, uma compensação de 3.135\$00, que é a vossa proposta ...

Deputado Francisco Sousa (PS): Sete contos!

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): A proposta do PSD sobre reformas!

O Orador: ... quando o Sr. sabe que aquilo que nós aprovámos aqui ...

Desculpe Sr. Deputado, mas aquilo que o Sr. tem escrito aquilo que deu entrada na Mesa, e eu suponho que os documentos entrados na Mesa desta Assembleia são documentos verídicos, aquilo que esteve em análise em Comissão a semana passada, é uma compensação de 3.135\$00, basta fazer contas, é simples, e fácil.

Portanto, Sr. Deputado aí está a sua conclusão errada, pois de facto a vossa proposta efectiva é uma proposta que não teve em conta as tais premissas que V. Ex^a. apresenta.

Da minha parte este assunto está bem discutido, agora a realidade é que temos que ter em conta aquilo que ...

Deputado Fernando Menezes (PS): O Sr. deixou cair a sua de 19 contos e nós alterámos a nossa para 7!

O Orador: Efectivamente eu deixei cair a minha de 19 contos, mas não pelo facto de não reconhecer que ela é justa, é pelo facto de reconhecer que é necessário encontrar uma solução nesta Assembleia. E o problema é que essa solução foi encontrada. E o problema é que essa solução foi encontrada quando o Governo se decide deslocar de uma solução conjunta efectiva. O grande problema que se coloca aqui, aliás o que Vs. Exas. estão a pensar, é porque é que a determinada altura e no fim de um processo, pura e simplesmente entendem que não é possível avançar mais no diálogo e na possibilidade de chegarmos a um consenso. Mas o problema é dos Srs. Foram Vs. Exas que se afastaram desse possível consenso.

Agora, a grande realidade é que efectivamente temos que repor a verdade em relação às vossas propostas, à minha proposta, a todas as propostas.

Deputado Fernando Menezes (PS): Qual delas? Nenhuma delas! Vocês podem mudar e nós não!

O Orador: Não podem mudar? Eu acho que o Governo pode mudar e deve mudar.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estávamos convencidos de que essa matéria estava totalmente esclarecida. Porém essa intervenção histórica do ilustre colega Deputado Augusto Élavai, fez-nos manter por mais algum tempo aqui essa atenção.

É óbvio que nós não conhecíamos os dotes históricos do Deputado economista Augusto Élavai. E em matéria histórica, por essa amostra ficamos um bocadinho perplexos, porque de resto e desde mais o Sr. Deputado Augusto Élavai, não fez o relato da triste história a partir do momento em que o Sr. Secretário Francisco Coelho entrou na história.

(Risos da bancada do PSD).

Esta parte triste ficou de fora.

(Apartes inaudíveis do Deputado Augusto Élavai).

O Orador: Eu entrei muito cedo, graças a Deus, com muita honra.

V. Ex., Deputado Augusto Élavai, fez a sua história, e tem legitimidade para o fazer, enquanto sindicalista da inter sindical, fez a sua história no Conselho de Concertação Social sobre essa matéria, que nós já conhecíamos e trouxe com legitimidade a esta Casa.

Portanto se me permite, sob o ponto de vista da matéria em discussão, não acrescentou nada de novo.

Agora, ainda ontem habituou-nos a leituras, algo exóticas, como as de que parte do fluxo turístico que tem afluído à Região Autónoma dos Açores, é para verem a forma como o Governo Regional dos Açores, o PS governa.

(Risos da bancada do PSD)

Isso ainda ontem foi aqui afirmado e é uma explicação para o fenómeno turístico que o Sr. Secretário da Economia nunca concebeu e que V. Ex^a. concebeu ontem aqui, presumo que o tenha feito, não como economista, mas sim como historiador e é nessa medida que eu avanço.

Para terminar Sr. Deputado e como já vive nas Terceira há tempo suficiente, conhece as nossas danças de Carnaval e sabe perfeitamente que quando a nossa gente está preparando uma dança de Carnaval anuncia mundos e fundos, mas quando chega ao Carnaval, se há alguma parte da dança que depois não aparece, o Sr sabe ...

Deputado Augusto Élavai (PS): "A porca comeu a dança"!

O Orador: ... "a porca comeu a dança".

Aqui no relato histórico que V. Ex^a. fez sobre a remuneração complementar, V. Ex^a. quando chegou à parte em que o Governo Regional entrava na remuneração complementar "a porca comeu a história".

(Risos da bancada do PSD).

(Aplausos das bancadas do PSD e PP).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Élavai:

Eu devo confessar que esta Câmara e todos nós ficámos muito enriquecidos com esta última intervenção.

Deputado Augusto Élavai (PS): Apareceu foi o vosso incómodo!

A Oradora: Deve ter tido um enorme trabalho, não sei se foi para a "Torre de Tombo" descobrir estas coisas de seu currículo muito activo na Concertação Social.

A verdade é que entre 87 e 96, fez uma história muito longo, mas entre 96 e 91...

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): É efeito do subsídio de insularidade!

A Oradora: ... foi muito rápida a sua história.

Usando permanentemente o passado para justificar o presente o Sr. esqueceu-se que nessa matéria já tem um grande passado...

Deputado Victor Cruz (PSD): Exactamente!

A Oradora:... e um passado completamente ineficaz.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Ineficaz, com as provocações do PSD!

A Oradora: A começar pelo facto de desde 1997, terem feito o que estamos agora a fazer.

Secretário Regional Ajunto da Presidência (Francisco Coelho): A maioria absoluta é vossa!

A Oradora: Se era esse o vosso problema poderiam tê-lo feito logo a seguir às eleições. Prometeram na campanha eleitoral. Estava no vosso programa. Poderiam perfeitamente ter feito logo a seguir. Não o fizeram em 97, não o fizeram em 98 e não o fizeram em 99, porque desde 1 de Janeiro de 1999 que isto deveria estar aqui em vigor na Região Autónoma dos Açores. Imediatamente a seguir à adaptação fiscal, dever-se-ia ter aprovado a compensação a todos os outros trabalhadores que não beneficiaram da adaptação fiscal.

A nossa proposta é exactamente nesse sentido e aqui aproveito para fazer uma intervenção, Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Então eu acabo o tempo e depois volto á intervenção.

A nossa proposta inicial tem uma cláusula de retroactividade, 7.500\$00 a partir do dia 1 de Janeiro de 1999, porque é esse o nosso compromisso e o compromisso dos Srs. não foi cumprido.

Entregaram a vossa proposta aqui em Outubro de 1999, aliás estou a repetir aquilo que já foi dito ontem, mas o Sr. é que trouxe novamente o discurso e portanto tem que o ouvir novamente. Não o fizeram mais cedo porque não quiseram se aplicar em 1999, e tinham uma cláusula no orçamento para o efeito. Andaram a fazer de conta, aliás como fazem em quase tudo aquilo que não fazem.

A verdade é que agora é difícil fazer repercutir tudo isto a 1 de Janeiro, por isso a nossa proposta passou de 7.500\$00 para 8.500\$00. Mas não alterou uma vírgula na sua filosofia, enquanto que a dos Srs. dá uma "cambalhota" total.

Na primeira proposta dão mais a quem ganha mais, dão menos a quem ganha menos...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Está enganada!

A Oradora: ... e agora apresentam uma proposta com menos 500\$00 do que a nossa inicial, com uma tabela regressiva e dizem que não chegam a acordo por causa da oposição.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): E é verdade!

A oradora: Por 500\$00 não chegam a acordo. Por 500\$00 não quiseram, de facto, chegar a acordo.

Mas volto a dizer, a alternativa que vos apresentam nesta Casa é de pouca ou nenhuma, ou se abstêm na nossa proposta ou votam a favor. Caso contrário já "perderam o comboio".

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem ! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me voltar à história. Permitam-me voltar ao passado, porque falou-se aqui repetidamente de comparações entre todos os partidos, como se tivessem todos no

mesmo saco. Mas não estão. Há três partidos que tem um lugar à parte e há um que tem um lugar único.

Deputado João Cunha (PSD): Graças a Deus!

O Orador: É que de três partidos, em relação a qualquer uma das matérias que aqui estão a ser discutidas, todos jogam o seu futuro, mas alguns além de jogarem o seu futuro, jogam também o seu passado que é o caso do PSD.

Deputada Berta Cabral (PSD): Do PS!

O Orador: É fácil de comprovar, é que sempre que os Srs. dão um passo para o presente têm que renegar o passado, têm que enterrar o passado, têm que fazê-lo esquecer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Já ficou provado em relação ao acréscimo ao salário mínimo, que em Setembro de 96, tinha que ser pago pelo orçamento regional. Isso já foi uma ruptura total, com o passado, pois não havia sequer possibilidade dessa conversa, há uns anos atrás.

É possível prová-lo em relação à remuneração complementar, o então chamado subsídio de insularidade. É possível ir às palavras uma por uma, para mostrar que os Srs. jogam o vosso passado.

Em relação àquilo que irá acontecer no que diz respeito às Câmaras, o mesmo acontece. O vosso problema é efectivamente este, os Srs. não conseguem assumir nessas áreas o vosso passado e isso foi um problema gravíssimo em relação ao futuro da democracia regional, pois ele faz-se com base nos partidos e partidos que não conseguem assumir o seu passado estão condenados. É esse o vosso grande problema.

É efectivamente fácil mostrar, quando os Srs. apresentam aqui um projecto a propôr uma remuneração complementar para os funcionários públicos, os Srs. estão a desmentir categoricamente algo que foi afirmado aqui solenemente nesta Assembleia, pelo Dr. Mota Amaral. "O subsídio de insularidade aos funcionários públicos, é o

privilégio de um grupo a sustentar pelo dinheiro dos impostos pagos por todos. Trata-se portanto de uma medida eticamente injusta.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Financeiramente inoportável. Socialmente divisionista. Politicamente destabilizadora". Gastou os adjectivos todos a condenar essa solução que os Srs. vieram dar depois em 1997 e em 1999.

O vosso problema é esse. Querem à viva força enterrar o vosso passado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Não podem. Este é o vosso drama.

Por isso, em cada uma dessas questões que aqui estão, ao contrário de qualquer um dos outros partidos, que tiveram modalidades diferentes para chegar à mesma solução, que sempre a admitiram, que discutiram, que debateram, que concordaram, que estiveram em divergência ou convergência, mas sempre admitiram o princípio, os Srs. é que quiseram dar o salto no abismo...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): *A cambalhota!*

O Orador: ... e renegar tudo o que disseram e o que fizeram.

Este é o vosso drama e os açorianos não esquecem que a remuneração complementar e o subsídio de insularidade foi negado aos açorianos, foi revogado aos açorianos, por falsos argumentos que hoje os Srs. aceitam.

É isso que os açorianos não esquecerão. É isso que pesa sobre as vossas cabeças. Não são os escudos, nem os centavos nem as soluções de hoje. É o vosso passado que os Srs. têm que assumir e não conseguem assumir e quando querem chegar ao presente têm que renegá-lo.

Vozes das bancadas do PS e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dar esclarecimentos ao Deputado Paulo Valadão.

Como ouviu na história que eu fiz da remuneração complementar, o PCP teve um lugar importante, não só implicitamente, porque alguns elementos do sindicato ao qual eu pertencia eram também militantes do PCP e veiculavam nesse sindicato algumas propostas que o PCP defendia, mas também porque foi o primeiro nesta legislatura a apresentar a remuneração complementar.

Quando eu disse que a proposta do Governo era equilibrada, estava a referir-me sempre, à alteração que o Governo propõe dos 7.000\$00. Quanto a isso estamos de acordo.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mudaram de princípio! Mudaram a proposta e o princípio, que é diferente!

O Orador: Quanto ao Deputado Alvarino Pinheiro, passo ao largo da parte do historial. Quanto a assuntos turísticos, eu de facto acho que há mais fluxo turístico e há-de-se ver isso no Plano, há 12% a mais este ano, e esse fluxo turístico deve-se ao bom Governo dos Açores. Não tenha dúvida! Deve-se à baixa das tarifas aéreas e ao bom desenvolvimento dos Açores. Não tenha dúvidas!

Quanto à dança. Ora bem, eu conheço bem o ditado porque eu entro em danças de Carnaval, não sei se sabe? Eu gosto dessas coisas, mas nunca fui "rato" e também detesto entrar em "travesti".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sra. Deputada Berta Cabral, a minha intervenção ali, para além de esclarecimentos à Câmara sobre a história da remuneração complementar, tem de ser feita, porque vocês não podem alterar a história, dizendo que são os campeões da democracia. Não são!

Vocês têm um passado, como muito bem disse aqui o meu camarada Dionísio de Sousa, que é de deitar fora, isto é, vocês querem deitá-lo fora e não sabem como.

Deputado João Cunha (PSD): Orgulhoso!

O Orador: Renegam todos os dias. Coitadinho do Mota Amaral, pois ele deve estar a sofrer porque vocês renegam-no todos os dias. Mas está bem!

O que eu quis demonstrar ali é que Vs. Exas não tinham propostas anteriormente, surgiram agora. Portanto esta história serve para isso, serve para mostrar se o PCP tinha ali um lugar importante, o vosso lugar é zero. Nem figurante tão pouco eram. Apareciam lá como "os maus da fita", pelos vistos.

O PSD vive do poder, ou no Governo anteriormente, ou agora na Assembleia e então a sua maior virtude é, sem sombra de dúvidas, a sua falta de memória.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Sr. Deputado, o Governo sabe perfeitamente o que é que fez nesta matéria, explicou e assume e sabe também o que é que os outros não fizeram.

Sabe o que fizeram, sabe que todas as propostas que estão em cima da Mesa não correspondem às propostas iniciais. Alguns não tiveram que mudar propostas, por exemplo o PP, porque não tinha nenhuma proposta.

Mas, de resto a forma e as preocupações do Governo nesta matéria, nomeadamente, ao nível de poder ser mantida uma determinada receita pública, para investimento e para servir os Açores, olhe que não é tão disparatada como isso!

Eu atrever-me-ia a dizer mais Sr. Deputado! Sabe que nesta matéria, por aquilo que percebi ontem, nomeadamente na história do IRS, o Governo até está com o PP, só que é com o PP do Faial.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção para fazer alguns reparos sobretudo à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, uma vez que os outros temas têm vindo a ser debatidos, até com alguma repetição de argumentos.

Nós já tínhamos percebido que o PS, porque não tinha melhores argumentos, o melhor argumento que tinha para disfarçar o seu desconforto nesta matéria, era falar no passado do PSD.

Eu já disse ontem e volto a dizê-lo hoje. O PSD sempre disse e diz que o desagravamento fiscal tinha que ser e deveria ser o primeiro passo para o combate aos custos de insularidade e só depois disso é que devíamos tomar qualquer outra medida nessa matéria.

Nessa matéria o passado está e o percurso é feito com coerência. Mesmo que não fosse assim o PSD, este PSD, não se sente na obrigação de ficar amarrado a qualquer questão do seu passado, sendo certo que tem todo o orgulho no passado que tem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Mesmo que para este PSD, que pode mudar medidas do seu passado, neste caso nem precisa disso. Agora vir do Sr. Deputado - que em minha opinião, é porventura o que nesta Casa mais está a renegar o seu próprio passado de defensor do parlamentarismo, porque faz parte de um grupo parlamentar e de um partido que o que mais faz são ataques ao Parlamento, perante o seu silêncio cúmplice - falar sobre o passado, é coisa que nós não podemos admitir.

Deputado António Meneses (PSD): Exactamente!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, há inúmeros exemplos, alguns deles com algum brilhantismo da sua parte, de debates aqui e fora daqui, em que o Sr. Deputado criticava o PSD, em tudo aquilo que hoje o Partido Socialista está fazendo.

Portanto, renegar o passado, é o Sr. que renega o seu próprio passado político.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu não falei nisso!

O Orador: Mas, como se isso não bastasse, vamos falar do subsídio de insularidade e sobre o passado do PS.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É melhor!

O Orador: Andando para trás, que é aquilo que os Srs. gostam de fazer e que gostavam que o PSD fizesse, mas não faz, o que é certo é que houve de facto um subsídio de insularidade, aprovado com os votos do PS, numa legislatura anterior, na tal maioria que ocasionalmente se verificou neste Parlamento.

Nessa altura, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, não havia desagramento fiscal. Nessa altura o PS achou que devia haver um subsídio de insularidade.

Ora este PS, para não renegar o seu passado, como muito bem disse o Sr. Deputado, se era assim, se da outra vez não esperou pelo desagramento fiscal, para não renegar o seu passado, a primeira coisa que deveria ter feito nesta legislatura era apresentar o diploma para criar o subsídio de insularidade.

(Aplausos da bancada do PSD).

Isso é que era não renegar o passado do PS.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Porque é que não fizeram o desagramento fiscal antes?

O Orador: Agora o PSD, sem desagramento fiscal é que não podia apresentar uma proposta antes de o fazer. Como já disse ontem, ainda esperou que o Governo o fizesse. Portanto, sobre o passado, passado político parlamentar, o Sr. nega o seu, muito mais que qualquer Deputado desta bancada, nega o seu passado. Sobre o passado do PS, fica demonstrado que se o seu ditado "partido que renega o passado, não tem futuro", então, de facto, o PS não irá ter futuro nenhum...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Vai! Aí é que está a diferença! O futuro está aqui e não aí!

O Orador: ... porque renegou, em matéria de subsídio de insularidade, o seu próprio passado.

Sobre o passado estamos perfeitamente entendidos.

O que o PS insiste nesta Câmara - perante o desconforto de um processo negocial, de um processo que percorreu, totalmente falhado em matéria de subsídio de insularidade - é chegar aqui e em vez de se concentrar nas propostas, em vez de explicar a coerência na alteração da sua proposta, não. Chegou aqui e pensou, o melhor argumento que temos é falar do passado do PSD.

Mas, infelizmente perdidos os outros argumentos, até neste o Sr., o seu Grupo Parlamentar e o seu Governo também falharam. E isso é preciso que fique bem claro, para que todos lá fora, saibam qual é, de facto, o percurso histórico dessa matéria.

O PSD não tem vergonha do passado. O PSD não fez corridas para apresentar propostas, mas o PSD tem 24 votos decisivos, nesta Câmara. Vinte e quatro votos decisivos para o acréscimo ao salário mínimo nacional, vinte e quatro votos decisivos para o subsídio de insularidade e vinte e quatro votos decisivos para o aumento das pensões.

Deputado Fernando Menezes (PS): E do IRS.

O Orador: E no IRS também!

Mesmo nos casos em que nós não temos propostas, não fazemos como os Srs. que se preparam para, depois de atacar o Parlamento, dia sim, dia não, como o Parlamento tomou boas medidas, manhosamente para se apropriarem das posições do Parlamento que atacam de véspera e que continuarão a atacar amanhã.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretende usar da palavra com que finalidade.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um protesto veemente pela parte que teve de ataque pessoal, infundado, claramente infundado, claramente sem justificação, da intervenção do líder Parlamentar do PSD.

Eu tenho um passado que, como disse, posso orgulhar-me dele nesta Assembleia e em qualquer um dos seus momentos. Tenho um presente que me posso orgulhar dele e está patente aos olhos desta Assembleia e aos olhos dos açorianos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Agora, não desempenho o que fazia anteriormente quando era deputado da oposição. Hoje, não sou deputado da oposição.

É isso que vos falta. É esse papel que os Srs. queriam que eu continuasse a desempenhar, mas não é esse o papel que eu tenho que desempenhar.

Hoje, sou deputado da minoria que é Governo nesta Região e assumo plenamente esse papel que não diminui em nada a minha função neste plenário...

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Orgulha!

O Orador: ... enquadrado na actividade que o Grupo Parlamentar exige.

Eu não tive nenhum pejo, porque queria ser deputado, de passar de general para soldado raso.

Estou aqui orgulhosamente como soldado raso...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

... sem procurar o nome falso que me pretendem atribuir.

É apenas este aspecto pessoal que deve ficar claro.

Quanto aos outros, a preocupação que eu manifestei aqui foi de sentar-vos no divã porque é necessário que assumam essa necessidade de se confrontar com o vosso passado. Vocês não conseguem fazê-lo,...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Conseguimos!

O Orador: ... por isso é necessário que alguém vos ajude. Eu estou a fazê-lo não é porque queira que o PSD o faça, é porque quero que o sistema democrático precisa de partidos eficazes que não vivam ao zig-zag de meses, dias e semanas.

Deputado João Cunha (PSD): Exactamente, a diferença está aí!

O Orador: Os Srs. têm um passado que nós conhecemos.

Eu fui ler a vossa moção de estratégia para ver se aderiria em relação a essas matérias, se houvesse alguma alteração. Não há nada. Há apenas audição.

No entanto, há a transformação completa das vossas posições. Justificam como?

Não tem no Programa do Governo, não tinha no programa eleitoral uma posição sobre isso. Não tem na moção de estratégica, mas mudam de posição. O que é isso?

Deputada Berta Cabral (PSD): São números!

O Orador: Deriva total!

Esta manhã ouvia na rádio a Intermunicipal que reunida, infelizmente traduzindo uma realidade, dizia que os autarcas do PSD não retiram a sua proposta nesta Assembleia.

Deputado Victor Cruz (PSD): Nós já falamos nisso!

O Orador: Não é o Grupo Parlamentar do PSD, são os autarcas do PSD.

Aí está o juízo feito pelos vossos autarcas sobre o papel do Grupo Parlamentar do PSD. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A experiência do Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez com que, habilmente, não tendo resposta à questão do passado do PSD e do passado do PS, à qual eu respondi, fizesse aqui uma sessão de ofensa injustificada.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa sabe perfeitamente que não é o meu estilo - e se alguma vez escorregar para isso pedirei sempre desculpa - fazer ataques pessoais.

Eu não fiz nenhum ataque pessoal ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Nunca o faria e nunca fiz a ninguém nesta Casa, porque não é preciso, não é correcto e porque eu não gosto de o fazer.

Agora, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, dizer que é um ataque pessoal eu achar, e acho com razão, que o Sr. Deputado destacou-se enquanto deputado do Partido Socialista no passado, como um defensor do funcionamento do sistema parlamentar, da clara prevalência do Parlamento sobre o Governo, da importância do Governo obedecer às orientações do Parlamento, que o Sr. Deputado reagiu com grande insistência tentando, por vezes, até construir bem as suas posições sob o ponto de vista jurídico e algumas eu até já as citei, não é fazer uma crítica pessoal.

Estou a chamar a atenção para aquilo que o Sr. defendia e para uma teoria que tentou construir e a sua teoria era claramente de prevalência do Parlamento, não do Governo. Criticou várias vezes, activamente, nesta Casa e fora dela, aquilo que considerava tentativas de pressão sobre o Parlamento, criticava as tentativas de pressão do então PSD sobre o Parlamento como nenhum outro deputado nesta Casa.

Temos visto inúmeros ataques ao Parlamento. Estamos perante ameaças de não cumprimento de decisões deste Parlamento.

Temos visto ataques sequenciais que fazem parte de uma estratégia segundo a qual alguns até dizem que "nós trabalhamos, os outros falam". São ataques permanentes ao Parlamento e o Sr. Deputado não diz nada, não contraria.

Eu compreendo que o Sr. quando estava na oposição tivesse um papel que não é o que tem agora.

Agora, rasgar tudo aquilo que durante a sua vida política defendeu e vir dar lições sobre o passado, não é um ataque pessoal, mas como é evidente toda a gente percebe isso. Isso fez o Sr. muitas vezes e há muitas citações em jornais, em diários das sessões, em debates que fez comigo, por exemplo, no Liceu Antero de Quental, onde levou uma hora a falar mal do PSD, porque não respeitava os sistemas parlamentares.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então eu ia falar bem do PSD!

O Orador: Tudo isso foi citado aqui e confrontado com aquilo que é hoje o Partido Socialista, não lhe dá autoridade para falar do passado e muito menos do passado com o subsídio de insularidade.

Se o PS respeitasse o passado, como fez uma vez avançar uma medida dessas, nesta legislatura, no primeiro ano, tinha avançado com o subsídio de insularidade, cumprindo com o seu passado.

Sr. Deputado, com todo o respeito, se para si um partido que não sabe honrar o seu passado não tem futuro, então, é uma bela frase para se aplicar ao seu próprio partido, não é ao meu próprio partido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto para esclarecimentos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Todos nós já percebemos, e isto pode ser importante, que houve um esforço pessoal, certamente pensado, do Sr. Deputado Victor Cruz, em usar esta Sessão Legislativa e a propósito para querer fazer, até aquilo que talvez poderíamos chamar, um PSD novo.

O Sr. Deputado Victor Cruz talvez quer fundar o PSD/R (Partido Social Democrata Reconstruído).

Tem feito um grande esforço, como seja a aproximação aos sindicatos, o diálogo, etc....

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Nós temos trabalhado!

Orador: ...mas não tem conseguido, não por causa do Governo, não por causa do PS.

Não tem conseguido porque alguém - devem ter as suas razões, mas isso resolverão eternamente - no seu grupo parlamentar e nas autarquias, não quer que o Sr. Deputado faça esse papel.

V. Exa. tenta aproximar-se do sindicatos, obrigando o Grupo Parlamentar a borrar a pintura da aproximação dos sindicatos, a juntar-se ao PP e a aprovar o IRS. V. Exa. fica mal na fotografia.

Deputado Fernando Menezes (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Queria - o que seria até uma posição inteligente, reconheço - provavelmente, como homem inteligente que é, retirar, o que seria melhor para o seu partido em termos de danos políticos, a proposta das dívidas das câmaras...

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Não quero!

O Orador: ... que é concebidamente inconstitucional. Os seus autarcas não o deixam.

V. Exa. fica novamente mal na fotografia.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está enganado!

O Orador: O PSD reconstruído não está para já, Sr. Deputado, porque não o deixam. É claro que há algumas hesitações. É claro que o Partido dos óculos escuros e das gravatas pretas, ultimamente, tem posto a prática ridícula, na opinião pública, de pedir consultas ao Sr. Ministro da República.

Deputado Jorge Valadão (PSD): É tão baixo, tão vergonhoso!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Tanta falta de argumentos!

O Orador: Mas o mesmo PSD que num dia pede consultas ao Sr. Ministro da República, é o mesmo PSD que se prepara para afrontar o Sr. Ministro da República com a história das dívidas às autarquias locais.

O PSD continua a ser ainda o PSD dos óculos escuros e das gravatas pretas, apesar do Sr. Deputado Victor defender outra coisa.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo para prestar esclarecimentos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só uma observação muito breve e que me parece que faz sentido fazer, designadamente no que se refere ao Partido do Governo, ao Partido Socialista.

Eu penso que é indesmentível caracterizar-se a história do PS a propósito destas prestações complementares para a superação de custos de insularidade da seguinte forma:

O PS sempre foi a favor do subsídio de insularidade. Outros, umas vezes foram, outras vezes deixaram de ser ou passaram a ser. Esta é que é a questão que dispensa grandes discussões.

Nós sempre fomos a favor do subsídio de insularidade. Fizemo-lo enquanto éramos oposição, colaborámos, redigimos propostas que foram aprovadas e fizemo-lo, aliás, num quadro onde não havendo possibilidades de recurso a instrumentos de fiscalidade, só havia aquele instrumento para correcção das desigualdades ocasionadas pela insularidade.

Foi por essa razão que todos aqueles que defendiam a compensação de custos de insularidade, deviam ter estado de acordo com essa proposta, porque não havia outra forma de obviar a ela.

Aí, o PSD demonstrou, do ponto de vista conceptual, que era contra a prestação desses subsídios aos funcionários da Administração Pública e evidenciou, de resto, de forma muito clara na ocasião, como recordou aqui o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Ocorreram eleições.

Eu próprio recebi algumas estruturas sindicais no Verão de 1996, alguns dirigentes dos quais estão possivelmente a assistir a estes trabalhos, e fui absolutamente claro. O PS mantém-se fiel ao princípio da compensação dos custos da insularidade, mas terá que estudar a forma de o fazer, porque não repetirá a proposta que havia sido aprovada no ano de 1992.

Portanto, era para o fazer apenas para um conjunto de funcionários públicos e não para a sua totalidade e estudará outras formas indirectas de compensação desses custos de insularidade, designadamente no sector da energia, dos transportes terrestres, no que diz respeito a novos mecanismos de segurança social ou de participação dos funcionários para a segurança social.

Estudámos isso ao longo de algum tempo.

O nosso compromisso é um compromisso de legislatura que nós assumimos e que de forma correspondente apresentamos nesta Assembleia. Do nosso programa conseguimos cumprir algumas coisas no primeiro ano, outras conseguiremos cumprir no último.

O que é que se pode dizer sobre o PS e sobre o Governo?

Que o subsídio era pequeno ou era grande, que a prestação é fixa ou regressiva, que se concorda mais assim ou não se concorda desta forma.

O que não se pode dizer sobre o comportamento do PS e do Governo é que ele não cumpriu o seu compromisso de apresentar a sua contribuição para a superação dos custos de insularidade e para o benefício dos funcionários públicos, dos pensionistas e reformados, dos trabalhadores do sector privado. É esta a questão que está aqui em jogo. Cada um tem a forma de apresentar as suas questões, mas verdadeiramente inovador foi o PSD.

Presidente: Sr. Presidente, peço que termine.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Manifestamente o que nós não esperávamos era que o PSD aderisse à compensação dos custos de insularidade. Ficamos felizes com isso, porque "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura".

O Governo, esta semana, mudou de opinião outra vez sobre a forma, o detalhe da sua proposta.

Se o debate eventualmente prolongasse por 3, 4 ou 5 dias, perante outra contribuição que entretanto ocorresse, eu próprio diria aos meus colegas, aos meus camaradas, aos meus amigos que aquela proposta talvez tenha mais sentido do que aquela que nós temos, vamos ver se é possível fazer um ensaio à volta dela.

Deputada Berta Cabral (PSD): A nossa!

O Orador: É assim que nós trabalhamos aqui, minha Sra., de forma muito diferente da forma como se trabalha aí.

Aí, os Srs. trabalham para prejudicar o Governo.

Nós aqui trabalhamos para defender a Região.

É a grande diferença.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que toda a gente já percebeu, não é que o PS tinha um subsídio de insularidade no ano de 1996. Foi que o PS prometeu para esta legislatura um subsídio de insularidade e que apresentou, como é evidente, uma proposta no decurso da legislatura, mas perdeu um ano e podia ter evitado que isso acontecesse.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não perdeu! Apresentou quando entendeu!

O Orador: Entendeu apresentar tarde e a más horas!

Portanto, a primeira conclusão que eu tenho para tirar é que este Governo, em matéria de subsídio de insularidade, entendeu apresentar e cumprir a sua promessa o mais tarde possível.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Vocês não apresentaram nenhuma!

O Orador: Sr. Presidente - com o seu tom mais sério, felizmente do que o Sr. Secretário que gosta de brincar, o Sr. não brincou, mas o Sr. Secretário Francisco Coelho brincou e eu prefiro não brincar - é verdade que o Governo defende um subsídio de insularidade e é verdade que o apresentou e que ninguém gostou da proposta do Governo. Mas também é verdade que em vez de o apresentar mais cedo apresentou-o no último ano desta legislatura.

Também é bom, já que estamos em factos, que toda a gente fique a saber disso.

O PS apresenta subsídios e propostas que os sindicatos, por exemplo, não aceitam, que os partidos da oposição acham que não tinham os princípios mais correctos e apresenta no último ano desta legislatura. Isso também fica de vez para a história.

Quanto ao tom consensual à procura de entendimentos, devo dizer, Sr. Presidente e Sr. Secretário Regional que nós não acreditamos nisso e julgamos que estamos aí muito bem acompanhados.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Enganaram-se!

O Orador: Já disse ontem, e este debate volta a ser repetitivo, que a minha, a nossa e a de muitos outros, profunda convicção, é de que se por exemplo o PSD não tivesse assumido a posição que assumiu agora, no presente e já há algum tempo, o Governo nunca tinha mudado a sua proposta inicial.

É esta a história parlamentar deste Governo. Se pode impor as suas propostas, ou, por outras palavras, se pode fazer passar as suas propostas, não cede, pelo que hoje todos estamos autorizados a concluir que essa cedência foi fruto, em primeiro lugar, dos trabalhadores e da sua pressão política; em segundo lugar, do trabalho dos sindicatos e da sua pressão política e em terceiro lugar, dos entendimentos que os partidos da oposição têm sobre essa matéria.

Sinceramente, Sr. Presidente, sem grandes debates e sem grandes agressões, digo-lhe com sinceridade que julgo que só mesmo os socialistas militantes, e mesmo assim só

alguns, é que acreditarão que o PS mudou agora só porque entendeu, reflectiu e olhou para os argumentos dos outros.

Nós achamos, sinceramente e com toda a serenidade lhe digo, que os senhores mudaram porque não tinham outro remédio. Foi a cambalhota que eu falei ontem.

Mudaram num processo que o Governo conduziu, em minha opinião, muito mal conduzido e se quisesse consenso como eu já disse, tinha falado mais cedo,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Foi a tempo! Não é uma questão de tempo!

O Orador: ... não tinha tido um combate discursivo com a oposição e aí o PSD tinha demonstrado abertura para também, com outros princípios, com mais tempo, podermos conversar sobre essa matéria.

Sr. Secretário Francisco Coelho, aproveito também para lhe responder a um ou outro pormenor.

Gostaria de lhe dizer que julgo que o meu amigo cometeu uma grande gaffe dizendo que o diploma das autarquias não está em discussão. Isso é uma afronta ao Sr. Ministro da República.

O Sr. está a inaugurar aqui um capítulo político muito engraçado,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Não estou, não!

O Orador: ... ou seja, o Parlamento Açoriano quando legisla faz afrontas ao Ministro da República.

Isto é uma coisa que, para quem olha para o sistema político, para a independência que o Ministro da República tem sobre o poder legislativo, não deixa de ser um erro gravíssimo para um Secretário Regional que por acaso até foi bom aluno de direito.

Eu não percebo como é que o Sr. Secretário Regional vem dizer que qualquer diploma desta Casa, os nossos ou os dos outros, uns juridicamente mais completos, outros mais simples, uns são declarados ilegais e inconstitucionais, do PS ou do PSD, porque já houve de tudo nesta Casa.

Agora porque o PSD tem um diploma em cima da Mesa, está a fazer uma afronta ao Sr. Ministro da República. É algo que se perguntarem ao Ministro da República, ele vai dizer claramente que o senhor não deixou de dizer algo absolutamente errado.

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, peço que termine.

O Orador: Eu estou fazendo uma segunda intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Eu entendi como um pedido de esclarecimento.

O Orador: Então vou concluir e em seguida faço a intervenção.

Rapidamente, para concluir e ser obediente ao Sr. Presidente da Assembleia, devo-lhe dizer que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta diplomas, dialoga com os autarcas, com os sindicatos, com as associações e com quem bem entender, mas nós não gostamos de passar para os outros as nossas responsabilidades.

O diploma sobre as autarquias que está em cima da Mesa foi internamente conversado com responsáveis autárquicos pelo PSD que têm uma posição que nós prezamos como importantíssima.

Quem assume as responsabilidades do diploma, sob o ponto de vista formal, parlamentar e político, é o Grupo Parlamentar do PSD. Não há aqui nenhuma tentativa de atirar, seja para quem for, a responsabilidade que só cabe aos deputados.

Que isto fique bem claro.

Quanto às suas brincadeiras que eu retiro ou não retiro, que eu faço ou não faço, que eu queria um PSD novo, são, de facto, apenas e só brincadeiras e eu agora não me apetece brincar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou apenas precisar duas ideias anteriores procurando repeti-las de outra forma visto que desde a última vez que falei não me ocorre que algo de novo tenha acontecido.

O Sr. Deputado Victor Cruz gosta sempre de falar quando eu falo, mas tudo bem.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Eu trabalho!

Falo quando quero e não vai querer mandar em mim!

O Orador: Eu compreendo, não há nenhum problema e posso dar uma ajudinha também. Daqui a uns tempos também há-de chegar lá. Essas coisas são assim na vida. Eu gosto de pessoas que vão seguindo os passos que são bem dados.

Sr. Presidente, retomando a minha prestação de esclarecimentos, gostaria de salientar a razão pela qual o PS modificou a sua proposta.

Quem contribuiu para modificar essa proposta?

A reflexão é muito simples.

A nossa proposta foi modificada por causa dos sindicatos.

Deputado João Cunha (PSD): E da oposição!

O Orador: Por aquilo que diziam os sindicatos, pelo movimento que me pareceu interessante à volta dele, não o movimento quantitativo, porque não o foi, mas achei que era um movimento com alguma sustentação do ponto de vista da qualidade dos argumentos apresentados face à proposta que o Governo tinha, as instruções que foram dadas foram no sentido de que eles tinham razão nisso. Por isso modificámos a nossa proposta.

Os Srs. não compreendem esta linguagem.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Os Srs. estiveram muitos anos em que nunca perceberam isso e ainda vão levar muitos anos até entender isto.

Nós estamos habituados a esta forma de trabalhar, a rectificar procedimentos e a achar isso natural e a não ter o menor receio, nem nos sentimos humilhados ao reconhecer que apresentaram uma proposta e que ela é melhor do que a nossa.

O que sempre para nós constituíu e continua a constituir um elemento, esse sim, que tem uma margem negocial muito curta, é a aquilo a que corresponde na formulação dessas propostas o tecto financeiro e os seus custos. Aí nós fazemos as nossas contas e achamos que podemos gastar x ou y.

Fizemos uma primeira proposta até na presunção de que os senhores iam fazer isto que fizeram no IRS, essa tolice de ontem, que iam aprovar o decreto das autarquias, mas já estamos mais tranquilos porque aprovam o esse decreto só para satisfazer o

Presidente da Associação dos Municípios e o Presidente do PSD, mas sabem depois que isso não dá nada e que não vai ter um impacto no orçamento.

O que vamos ter amanhã aqui é só um momento de diversão a propósito das dívidas das autarquias. Fica tudo bem e o assunto resolve-se desta forma, ou seja, nós já sabemos que isso não vai para a frente, mas retirar o diploma agora não faz sentido. Todos percebem isso.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Nunca em 20 anos!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não admira! Parece que os Srs. é que mandam no Tribunal Constitucional!

Deputado Mark Marques (PSD): Se trata assim a família, como é que trata os outros?!

Deputada Berta Cabral (PSD): O pior é se vai!

O Orador: Não vai e não irá. Pode-se executar ou não. Aí é a tal questão que se tem falado.

A nossa proposta teve essa limitação e tem essa limitação financeira.

Presidente: Sr. Presidente, peço que termine porque o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se nós quiséssemos fazer uma modificação da nossa proposta só para, na vossa expressão, "apanhar o comboio", então tínhamos modificado a nossa proposta de forma a que ela pudesse ser votada a favor pelos Srs. Deputados.

Os Srs. vão votar contra a proposta que nós apresentamos. Apenas será votada a favor por nós, certamente.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Se chegar lá!

O Orador: Se chegar lá. Não é isso que é relevante, o Sr. gosta muito de formalidades, ou seja, quem vota primeira e quem vota depois, mas isso não é relevante.

Nós temos o nosso ponto de vista e esse ponto de vista é balizado por uma capacidade financeira que determinamos como a última possível neste quadro de referências face a outras propostas que aqui foram apresentadas.

Colocamo-nos desta forma. Nós sabemos muito bem que os senhores têm maioria nesta Assembleia.

O povo escolheu-nos para governar, mas os senhores é que têm maioria. Portanto, não temos outro remédio. Cá estamos e nas próximas eleições vamos ver se isto melhora um bocadinho para os governos poderem governar um pouco mais.

Deputado Victor Cruz (PSD): Mais e melhor!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já tinha dito, mas repito: na óptica do Partido Popular, esta matéria está suficientemente discutida. Urge passar à votação.

Não fazemos requerimento porque não se enquadra no espírito de trabalho da Assembleia e que está decorrendo.

Começamos a perceber que o Partido Socialista e o Governo querem protelar essa matéria.

Envolvem assuntos que vão ser discutidos daqui a pouco, como as dívidas das autarquias e outros e isso desvia, desfoca o que estamos aqui a tratar, por isso importa, na nossa perspectiva, fazer aqui algum esclarecimento e revelar algumas contradições e incoerências.

A primeira conclusão é que a forma de trabalhar do PS e do Governo, foi ocupar durante meses e meses a fio os parceiros sociais num grupo de trabalho, iludi-los trazendo a esta Casa uma proposta inaceitável.

Mesmo assim, só fez pontos para dialogar com alguns partidos, quando percebeu que todas e cada uma das suas propostas iam ser esmagadas no Parlamento e na opinião pública.

Deputado Victor Cruz (PSD): "Voilà!"

O Orador: Segunda conclusão: incoerência.

Apresentaram ao povo dos Açores uma proposta que dava 3.150\$00 para os trabalhadores do escalão mais baixo e davam os tais 11.000\$00, arredondados, para

os do índice 380 ou 400, alegando que era o limite financeiro da capacidade financeira do Governo sobre essa matéria.

Não falo da incoerência da proposta porque já repetimos isso durante todo o dia e manhã.

Falava no limite financeiro e no pressuposto de que não ia haver nenhuma redução fiscal, até comunicaram que parecia que já tinham essa garantia. Realmente foi uma semana desastrosa para V. Exas..

O que é que acontece?

O Parlamento dos Açores aprova a redução fiscal para o ano 2000 e o Governo e o Partido Socialista encontram capacidade financeira para suportar o impacto da redução fiscal e ainda para passar 3.150\$00 para 7.000\$00.

Realmente, um Governo que faz contas desta maneira, que diz que a sua proposta inicial é o máximo da sua capacidade e em 48 horas já transforma esse seu máximo naquilo que anda aqui a reboque dos partidos da oposição, desacredita, descredibiliza qualquer projecto. Dêem as voltas que derem.

Conclusão óbvia: ao contrário daquilo que o Sr. Presidente afirmou - peço desculpa dele estar ausente, mas não posso deixar de fazer a citação - o Partido Popular tem outra convicção.

O Partido Popular não acredita que o Governo Regional tenha modificado a sua proposta nas últimas 24 horas por causa dos sindicatos, porque se fosse por causa dos trabalhadores, já o teria feito muito antes.

O Governo só modifica há última da hora a sua proposta por causa do PP...

(Risos do Secretário Regional da Economia)

... ter chegado a um entendimento e a uma plataforma com o Partido Social Democrata e com o Partido Comunista sobre essa matéria.

A partir do momento que o Governo e o Partido Socialista tiveram consciência de que foi divulgado que havia uma proposta coerente conjunta sobre essas três matérias e que iria passar o IRS, o Partido Socialista ficou numa situação má e tenta agora

utilizar dentro do possível o princípio da colagem. Essa é a leitura serena, a leitura objectiva que fazemos sobre essa matéria.

Fica-nos apenas aqui em falta a pergunta que fizemos no fim dos trabalhos da parte da manhã - e o Governo bem se lembra - e que era, já agora, fazer justiça aos trabalhadores, fazer a retroactividade desde 1 de Janeiro, tendo presente, e o Governo não desmentiu, as capacidades financeiras adquiridas ao longo do ano e que pelos vistos bastaria boa vontade da parte do Governo para que, na verdade, se cumprisse o compromisso, ou seja, desde 1 de Janeiro de 1999 a redução fiscal e desde 1 de Janeiro as medidas sociais àqueles que não pagam impostos ou o fazem em menor escala.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tom do debate vai ficando mais sereno porque os argumentos estão sedimentados. Se há coisa que toda a gente já percebeu, sobre matéria do diálogo e de mudanças de posições do Governo e que o Sr. Presidente diz que nós deste lado não sabemos o que é isso, eu vou dar um exemplo de como nós sabemos e fazemos justamente aquilo que o Sr. Presidente diz fazer, mas não faz.

Por que é que o Governo - o Governo e o Partido Socialista, mas neste caso até admito que seja mais o Governo do que o Partido Socialista - depois de ouvir sindicatos, de fazer grupos de trabalho, apresentou uma proposta que vai de encontro, só no fim, aos argumentos dos sindicatos, se os sindicatos estão dizendo, desde o princípio, sempre a mesma conversa?

Por que é que o Governo fez um Grupo de Trabalho que aponta conclusões que genericamente faziam advinhar uma solução e depois apresenta uma proposta que é contraditória com isso?

O Sr. Presidente do Governo diz que nós não percebemos essa linguagem, mas nós percebemos. O PSD falou uma vez com todos os sindicatos e percebeu logo o que é que eles queriam. Por acaso também era a nossa posição e que foi sempre dialogada.

O PSD tanto percebe essa linguagem do diálogo que não precisa de levar meses, não precisa de criar grupos de trabalho, não precisa de adiar, prejudicando os trabalhadores por um ano, o subsídio de insularidade, para, num instante,

conversando com os sindicatos, aplicar o fruto do que é um verdadeiro diálogo com o mundo sindical.

Por isso mesmo, o PSD percebe esta linguagem e está hoje aqui com honra por estar perante uma solução que é a sua solução de princípios, perante uma solução à qual outros partidos também tinham os mesmos princípios, perante uma solução que promoveu também com outros partidos para que houvesse o consenso possível para criar o subsídio de insularidade, que ficará na história como um subsídio que foi criado com os 24 votos favoráveis do Partido Social Democrata.

Essa parte da história que é a que verdadeiramente conta, que é a que interessa e não as acusações e as brincadeiras do Sr. Secretário, é que interessa ao povo. O povo está muito mais interessado em saber como é que fica isso da remuneração complementar do que saber as conversas que o Sr. diz, ou seja, se eu estou aqui por causa disso, se quero fazer um partido novo ou um partido velho, se é o passado que está a ser revogado, se é o futuro que interessa, quantos votos é que cada partido apanha com cada proposta.

Eu estou convencido de que os trabalhadores dos Açores põem isso em último lugar. Por isso mesmo, o Partido Social Democrata é um dos três proponentes. O Partido Social Democrata não fez isso sozinho; o Partido Social Democrata nunca disse que era o campeão do subsídio de insularidade. Agora, o Partido Social Democrata diz e com verdade, que sem o Partido Social Democrata, e devo dizer também sem o PCP e sem o PP, o subsídio de insularidade que existia era contrário à vontade dos sindicatos, era em número muito mais baixo do que os trabalhadores queriam e não seria feita justiça como, de resto, não se fez em 1999.

Essa parte da história é que machuca o Partido Socialista que está sempre tão preocupado só consigo, com a sua publicidade, com a publicidade das suas medidas, que até diz que quando não vota as propostas que elas são da nova autonomia. Vai dizê-lo daqui a pouco e vai dizer mais logo com as pensões. Isso é que choca e machuca o PS, mas não nos precisamos esforçar muito porque os sindicatos perceberam, os trabalhadores percebem, quem está por dentro do assunto já percebeu há muitíssimo tempo.

Devo dizer com toda a sinceridade que, sendo um passo em frente em relação ao passado do PSD, não sendo o PSD o único protagonista da solução, honra muito o Partido Social Democrata.

Em segundo lugar, o Sr. Presidente diz que eu gosto muito de falar, e até parece que gosta de dar a entender isso, quando o Sr. Presidente fala.

Eu falo quando entendo. O Sr. Presidente não vai ter a pretensão de mandar em mim. O Sr. já tem muita gente para mandar.

Agora, se eu falasse só quando está o Presidente, eu quase nunca falava, porque ele mais de metade do tempo não está aqui.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Se eu esperasse pelo Sr. Presidente para falar, não cumpria a minha função.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Tem sempre aqui alguém para falar!

O Orador: Então aí, nessa altura, talvez se aplicasse essa passagem da moção global de estratégia, de uma moção que os Srs. conhecem e que diz o seguinte e julgo que não foi desmentido:

"Corrigir situações que se tipifiquem por faltas de zelo no cumprimento adequado dos mandatos, sobretudo nos casos excepcionais de menor participação nos trabalhos parlamentares e de falta de comunicação com os problemas e cidadãos dos seus círculos eleitorais."

Isto é que o diz o Sr. Presidente do partido sobre o seu Grupo Parlamentar.

Quero dizer-lhe, Sr. Secretário Regional, que se eu falasse só quando está o Sr. Presidente do Partido Socialista e Presidente do Governo, o Presidente do meu partido escreveria isso sobre mim, mas felizmente o Presidente do meu partido não pensa isso de mim nem de mais nenhum deputado desta Casa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos que me parecem importantes, relativamente a uma intervenção anterior do Sr. Deputado Victor Cruz.

Eu gostava de dizer que o Governo entende, e estou convencido que o Grupo Parlamentar que o suporta também, que dentro da autonomia legislativa e dos poderes legislativos que esta Câmara tem, eles devem ser exercidos, embora com rigor e com razoabilidade, nalguns casos de fronteira, quando as situações justificarem. Inclusive, deve-se testar isso em nome dos poderes desta Casa.

Foi, aliás, na sequência disto que o Governo sempre tem dito, embora reconhecendo e constatando, por exemplo, ao nível da reforma fiscal, o facto dela ter aumentado algumas injustiças relativas em termos de rendimentos ao nível dos trabalhadores e dos cidadãos, que ao nível do princípio, aquela que foi aprovada por este Parlamento tratou e consubstanciou o exercício de um poder fundamental que é um marco na história desta Câmara. Isto é uma coisa, Sr. Deputado, como muito bem compreenderá.

Outra coisa é, em matérias que claramente qualquer cidadão minimamente bem informado percebe que houve inicialmente uma posição de dúvida por parte do Sr. Ministro da República, que essa dúvida foi clarissimamente confirmada por acórdão do Tribunal Constitucional, insistir aí já não é, Sr. Deputado, e perdoe-me, querer testar competências legislativas da Região, é querer fazer uma fuga para a frente mesmo sabendo que essa possibilidade não existe.

Também gostava de dizer que, em relação aos custos de insularidade, V. Exa. assegurou que o seu Grupo Parlamentar está aqui de boa fé e que se juntou ao clube dos partidos que ao longo dos anos têm defendido nesta Câmara os custos de insularidade.

Ainda bem que o fez. Bem vindos ao clube.

Efectivamente, a vossa presença neste clube é importante. Se calhar foi a vossa ausência deste clube que impediu que, durante todos estes anos, houvesse uma solução global e efectiva para isso. Espero e acredito que o façam de boa fé, por convicção e não apenas porque mudaram de assento nesta câmara.

Presidente: Concluído o debate na generalidade, vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar o Projecto apresentado pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto do Partido Social Democrata foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Votemos de seguida, o Projecto apresentado pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto do Partido Comunista Português foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Passemos à votação da Proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta do Governo foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP, 1 voto contra do PCP e registou 23 votos a favor do PS.

Presidente: De acordo com o nosso Regimento, vamos proceder à votação que decide qual o diploma que passa à especialidade.

Em primeiro lugar, e de acordo com a entrada, vamos votar o Projecto apresentado pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto do Partido Social Democrata foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Para a especialidade, o projecto que estará na base da votação, será o apresentado pelo Partido Social Democrata. Sendo assim, vamos passar à votação. Está aberta a discussão sobre o artigo 1.º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1.º, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Para o artigo 2.º existe uma proposta de alteração subscrita pelos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata, do Partido Popular e do Partido Comunista Português.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1.º, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Para o artigo 3.º também existe uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para apresentá-la.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração subscrita pelo Grupos Parlamentares do PSD, do PP e pela Representação Parlamentar do PCP tem em conta, relativamente ao projecto do PSD, o aumento da remuneração mensal de 7.500\$00 para 8.500\$00, substantivamente por duas razões:

A primeira é a inultrapassável dificuldade para a responsabilidade do Governo de que esses trabalhadores não tenham esse complemento desde 1 de Janeiro de 1999 e, por outro lado, porque com mais uma redução fiscal era justo que também que se aumentasse o valor base desta remuneração complementar. Daí a nossa evolução de 7.500\$00 para 8.500\$00.

Finalmente, mantém a filosofia da nossa proposta como também da do PCP, de que esta atribuição é regressiva, isto é, começa pela totalidade deste complemento para quem não teve qualquer benefício fiscal e vai diminuindo de acordo com o benefício fiscal das remunerações seguintes.

Deste modo encerra essa filosofia e preocupa-se com o dar, de alguma forma, a justiça possível àquele prejuízo que efectivamente os trabalhadores já sofreram sem esta aplicação desde 1 de Janeiro de 1999.

Presidente: Vou pôr à votação o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Está à discussão o artigo 4º.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Está à discussão o artigo 5º. com a proposta de alteração.

Não há intervenções, vamos votar.

Vou pôr à votação a proposta de alteração ao artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 5º. foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Vou pôr agora o diploma à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

(Aplausos das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao terminarmos a votação e o debate sobre o anteriormente chamado subsídio de insularidade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a dizer o seguinte:

O PS manteve sempre uma atitude coerente desde 1987 até hoje.

O Partido Socialista ganhou as eleições, apresentou coerentemente a esta Câmara um diploma sobre esta matéria, cumprindo uma promessa eleitoral.

Posteriormente, o Partido Socialista e o Governo, conversando, negociando, como aqui foi dito, fez um esforço para se entender com outros partidos políticos e com os próprios sindicatos por forma a encontrar uma nova formulação para o diploma.

Finalmente o Grupo Parlamentar do PS apresentou a esta Câmara propostas de alteração em que o tecto era para nós de 7000\$00 e depois ia regressivamente diminuindo. Essa foi a proposta que o Grupo Parlamentar do PS apresentou e que, por vicissitudes do Regimento e das regras desta Casa, não chegou a ser debatida, mas as propostas estão aí. Comecei por dizer que tínhamos sido coerentes e fomos. O nosso limite dos 7000\$00 foi aquilo que pareceu ao Governo, que tem a responsabilidade legítima de dirigir os

destinos desta Região, possível neste momento da nossa vida, conhecendo também as implicações orçamentais da proposta anteriormente aprovada por V. Exas. relativa ao abaixamento do IRS em mais 5%.

Pelo lado da oposição verificámos que todos se juntaram e permitam-me que eu nesta declaração de voto distingue o PCP que manteve a sua coerência, para vos dizer que em relação aos outros dois partidos converteram-se, tardiamente, ao sindicalismo e recordo que durante muitos e muitos anos os sindicalistas muito tiveram que lutar para ganhar uma migalha dos Governos do PSD. Agora converteram-se, mas fica esta certeza: esta conversão, Srs. Deputados, não é por causa dos trabalhadores, porque como muito bem disse nesta Câmara o Sr. Presidente do Governo, os Srs. de agora poderão dizer: conseguimos tirar mais dinheiro ao Governo, conseguimos criar mais dificuldades ao Governo. Esse é realmente o objectivo que está subjacente a tudo o mais.

Nós queríamos aplaudir as vossas propostas, nós queríamos ter chegado a um consenso com V. Exas., mas as permissas são outras.

Enquanto que uns procuram realmente, coerentemente e responsabilmente melhorar a vida dos trabalhadores, há outros que o fazem como cenário, porque o que está por trás é bem mais complicado. Esse tem sido o vosso comportamento ao longo do tempo e esse irá ser, por certo, o vosso comportamento daqui para a frente.

Nós não receamos isso, porque nós sabemos que o nosso povo não anda a dormir. E quando se falou aqui do passado foi para lembrar isso e vamos falar aqui do passado todas as vezes que forem necessárias, porque conversões súbitas de última hora, casamentos da oposição desta forma não visam outro objectivo que não seja complicar a vida ao Governo, mas este Governo, felizmente, com o apoio deste Grupo Parlamentar e do PS, vai prosseguir e vai fazer coisas lindas neste ano 2000 para quando chegarmos ao fim fazermos contas e esperarmos novamente pelo apoio do povo açoriano.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer que nos congratulamos com aquilo que esta Assembleia acaba de aprovar.

Os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local acabam de ver aprovada uma remuneração complementar que, em nosso entender, é a possível mas é justa. Dizemos que é possível, porque efectivamente não há discrepâncias entre aquilo que o próprio Governo acaba, depois de todo este processo, por apresentar e aquilo que efectivamente nós aprovámos.

É importante que se diga aqui, para que fique registado, que a proposta aprovada aqui neste momento implica apenas um aumento de 165.592 contos em relação à alteração da sua própria proposta que o Partido Socialista fez distribuir aos deputados.

Portanto, para que fique registado, a diferença é esta: não houve qualquer exagero em relação ao proponentes da medida aqui aprovada.

Efectivamente, termino como iniciei: aprovamos uma boa remuneração complementar para estes trabalhadores que dela necessitam.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular considera que se fez hoje justiça aos trabalhadores da Administração Regional e Local. Fez-se justiça com um ano de atraso relativamente às expectativas que tinham sido criadas.

O Partido Popular honra-se de ter partilhado uma solução que de momento é a mais justa como solução para a remuneração complementar.

A nossa postura nestas matérias foi a de manter coerência com aquilo que sempre defendemos, com aquilo que inclusivamente no passado já tínhamos aprovado.

Nunca houve nenhuma conversão, da parte do Partido Popular, a situações de conjuntura ou a situações de pressão sindical, pelo contrário o Partido Popular estaria hoje mal com a sua consciência se tivesse apoiado a solução que o Governo Regional e o Partido Socialista trouxeram a esta Assembleia.

Não nos esqueçamos que se algum dos partidos da oposição, com capacidade e determinação dos resultados desta Assembleia, tivessem apoiado a proposta do Governo era óbvio que essa é que tinha passado, era óbvio que isso é que era a vontade do Governo Regional dos Açores.

Efectivamente estamos satisfeitos por não termos estado envolvidos em nenhum casamento com o Governo Regional dos Açores e com o Partido Socialista, porque se estivéssemos estado envolvidos em qualquer casamento dessa natureza, teríamos, sim, complicado a vida aos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a Administração Regional e Local.

É por isso que conseguimos, de facto, dar mais dinheiro, conseguimos que houvesse aqui uma transferência de verbas do Orçamento Regional para quem as merecia.

Portanto, em consciência foi uma boa opção. Esses dinheiros que vão ser destinados aos trabalhadores ficam em boas mãos, ficam em melhores mãos do que estivessem nas mãos do Governo do Partido Socialista.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD regista com satisfação a aprovação de uma remuneração complementar para os funcionários da Administração Regional e Local, nos Açores.

Foi o Parlamento, o PSD e toda a oposição que permitiram que hoje se fizesse uma reforma estrutural na remuneração melhorada desses funcionários. Não foi um favor, fez-se justiça aos trabalhadores, garantiu-se aquilo que era justo e merecido e o que fica na história é que o PS votou contra essa medida, o que fica na história é que o Governo, com o seu trabalho, os seus grupos de estudo, com tantos estudos não percebeu, em devido tempo, o que era justo e como se aplicava e se fazia justiça.

Este Parlamento entendeu, em tempo útil e oportuno, o que cabia aos trabalhadores e fez a aprovação de um diploma que é estruturante, que é histórico.

O que deve ficar registado ainda é que é possível que os trabalhadores desta Região tragam os seus problemas ao Parlamento, eles sejam compreendidos e entendidos designadamente pelos partidos da oposição e tenham consequência ou da parte do PSD

coerência em todo este processo. Era inaceitável que tendo havido já uma adaptação fiscal, reduzindo os impostos na Região, beneficiando alguns e deixando de fora outros, que agora por essa via não se resolvesse e compensasse os trabalhadores que não tinham qualquer benefício da redução fiscal.

Por outro lado, fica a insatisfação pela exclusiva responsabilidade do Governo que esta medida não tenha tido efeitos desde 1 de Janeiro de 1999.

Para a história fica agora uma remuneração complementar adequada, com uma filosofia progressiva e que compreende aquilo que era a reivindicação desses trabalhadores.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Política Geral para a redacção final
Vamos interromper os nossos trabalhos e recomeçaremos às 17 horas e 45 minutos.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Vamos entrar no ponto da Ordem do Dia, **Complemento de Pensão**, para o qual há um Projecto do Partido Comunista Português e uma Proposta do Governo.

Para apresentar o Projecto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela primeira vez, em letra de forma e em articulado, foi apresentado no dia 21 de Maio passado um Projecto de Decreto Legislativo Regional no sentido de beneficiar com um complemento de pensão todos os pensionistas que tenham como residência a Região Autónoma dos Açores.

A filosofia que nos levou a apresentar o novo Projecto teve como base, tal como tinha sido a remuneração complementar, a diminuição no IRS por parte dos funcionários da

administração pública e dos trabalhadores desta Região que usufruíssem vencimentos da ordem dos 500 contos, porque para nós era absolutamente justo que houvesse uma compensação de acordo com uma justiça efectiva.

A proposta que o Governo apresentou em Outubro também atribui uma compensação aos reformados e pensionistas. Essa compensação é em percentagem, 5%.

Como dissemos no debate na Comissão, na passada terça-feira, portanto, há uma semana, na audição que tivemos com o Sr. Secretário Regional e como repetidamente dissemos em outras alturas entendíamos que, por um lado tínhamos um projecto que não poderia ser esquecido no debate destas bancadas e, por outro, não poderíamos aceitar que o complemento de pensão fosse atribuído em termos de percentagem sobre a pensão auferida pelos trabalhadores na Região Autónoma dos Açores e isto porque temos toda a consciência que hoje há pensões equivalentes a 23 ou 24 contos aproximadamente, o que em percentagem corresponderia apenas para essas pessoas, que em piores condições estão, receberam apenas como complemento aproximadamente 1000\$00.

Por outro lado, entendíamos que o complemento de pensão devia ser regressivo a partir da pessoa que tivesse como pensão o ordenado mínimo nacional.

Foi com base na nossa proposta e tendo em atenção também algumas opiniões inclusivamente por parte do Governo em relação a algum racionamento de despesas que nos levou a aceitar uma diminuição substancial na nossa proposta inicial e que foi possível haver, também neste capítulo, um entendimento como se fez na remuneração complementar para que pudessemos sair hoje daqui com um complemento de pensão aprovado, que é razoável, aceitável e que viesse, de facto, ser uma compensação pelos custos da insularidade para todos aqueles que nesta Região têm pensões que em muitos casos dificilmente lhes permite ter uma vida digna.

É evidente, e que fique bem claro, que o complemento de pensão não é uma actualização de pensões nem um aumento de pensões, é uma compensação àqueles que residem na Região Autónoma dos Açores pelo facto de aqui residirem e terem um custo de vida superior àquilo que se passa no Continente.

Por isso mesmo consideramos que foram criadas condições para sairmos daqui hoje com um complemento de pensão que irá beneficiar um grupo muito grande daqueles que mais precisam e que vivem nesta Região.

Presidente: Está à discussão o diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A proposta da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português sobre o Complemento de Pensão é, no entender do PSD, mais uma peça do quadro da justiça e de compensação remuneratória que se faz, quer com a adaptação fiscal, quer com o complemento da remuneração para a função pública, quer com o acréscimo ao salário mínimo nacional. Vindo neste contexto é de toda a justiça que reformados e pensionistas não fiquem excluídos desse pacote de melhoria de rendimentos e nesse entendimento nós entendemos que esta proposta é oportuna, é bem vinda e tem todo o enquadramento.

Deve também, em nossa opinião, como aliás propõe, fazer cumprir uma filosofia de um valor fixo para os que tenham pensões e reformas mais baixas e depois uma filosofia regressiva de acordo com a melhoria das pensões e das reformas dos beneficiários, daí que esta proposta tem oportunidade, é adequada e cumpre um quadro normativo que esta Assembleia já cumpriu até agora e completa com a discussão e futura votação deste diploma.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem a palavra para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos tratando duma matéria, curiosamente em relação à qual não há, de forma visível, associações de pensionistas, sindicatos de pensionistas, tal como ainda não existem associações de contribuintes, cooperativas de reformados. Essas não existem.

Deputado Fernando Meneses (PS): Partido dos Reformados.

O Orador: Partido dos Reformados existe.

Efectivamente estamos, talvez, perante uma das situações mais agudas que, sob o ponto de vista social, urge agir. Se quando se fala em compensar os que não pagam impostos ou os pagam em pequena escala e quando se compensa justamente os funcionários dos escalões mais baixos da função pública é bom ter presente que com essa medida compensatória, que estamos aqui a apreciar, estamos exactamente a escolher como alvo

os mais desprotegidos da nossa sociedade, alguns cujo rendimento mensal é, grosso modo, um terço do salário mínimo nacional e também agora regional.

Por conseguinte, o impacto que esse complemento de pensão vai ter junto desses açorianos é, em termos relativos, um impacto único que na nossa história, efectivamente, jamais aconteceu. E é na aplicação da proposta que resultou da plataforma de entendimento entre o Partido Comunista, o Partido Popular e o Partido Social Democrata, porque também nessa medida, se tivéssemos em conta a proposta do Governo Regional dos Açores, estaríamos não só a agir sobre um montante diminuto, como pior ainda, a aplicação duma percentagem única sobre todos os pensionistas abrangidos por essa medida, ia induzir na tal discriminação de que os de mais baixas pensões receberiam menos, comparativamente com os das pensões menos baixas, porque na verdade estamos aqui a falar de pensões baixas, umas mais baixas, outras menos baixas.

Face à inadequação dos 5% propostos pelo Governo Regional dos Açores, a nossa proposta, no sentido de que seja feito um acréscimo de 6000\$00 às pensões mais baixas, é, de facto, uma medida social, repito, única para essa gente que, apesar de tudo, ficará com um rendimento de todo insuficiente. Vão ver um acréscimo que em termos temporais, normalmente, pelo esquema de actualização de pensões que temos no nosso país, em relação às mais baixas, repito, isso pode traduzir acréscimos que só em 4 ou 5 anos é que muitas vezes as pessoas teriam que aguardar para os obter

Para as pensões da casa dos 20 e tal contos, um acréscimo de 6000\$00 corresponde, efectivamente, grosso modo, a um crescimento de 1/4 da respectiva pensão.

Aumentos desta natureza em valores tão baixos, têm um impacto social muito relevante. Gostaria de dizer que para nós essa deve ser, do conjunto das medidas, a que tem, de facto, maior impacto social e, na nossa perspectiva, todo o sacrifício se justifica para que esta medida vá por diante, isto é, mesmo que ao nível do Orçamento da Região Autónoma dos Açores fosse necessário fazer opções, entendemos que todas as opções seriam válidas para dar primeira prioridade à solução deste problema. Não há estradas, não há investimentos que possam ser postos no prato da balança como impeditivo de fazer essa justiça histórica na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é com muito gosto, é com subida honra que o Grupo Parlamentar do Partido Popular se associou à Representação Parlamentar do PCP e ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para encontrarmos uma plataforma justa que vai, repito, dar uma pequena satisfação aos pensionistas mais modestos da Região Autónoma dos Açores, mas que, na nossa perspectiva, é bem merecida e todo o sacrifício que seja feito na Região Autónoma dos Açores vale a pena para essa pequena compensação.

Presidente: Continua a discussão.

Parecendo não haver mais intervenientes, vou pôr à votação na generalidade os diplomas.

Vou pôr em primeiro lugar o Projecto do Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Vou pôr agora à votação a Proposta do Governo, na matéria correspondente.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 23 votos a favor do PS.

Presidente: Vamos passar agora à discussão especialidade do diploma apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Está à discussão o artigo 1º., para o qual existe uma proposta de alteração.

Vou pôr à votação a proposta de alteração ao artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Artigo 2º., para o qual também existe uma proposta de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos passar à votação da proposta de alteração para o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Artigo 3º., que também tem uma proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O entendimento do PSD e do acordo consensual que foi possível fazer com o Partido Popular e a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, penso que é adequado, que a base do complemento mensal de pensão para as pensões mais reduzidas seja numa base de 6000\$00.

Lamentavelmente consideramos que ela devia ser superior, mas porque as implicações orçamentais são complexas, a verdade é que partimos duma base adequada de 6000\$00.

Mantemos também, a partir desta base, que a filosofia dessa aplicação deve ser uma filosofia correspondente àquela que aplicamos para a remuneração complementar, ou seja, um filosofia de regressividade na sua aplicação.

Por isso, aplicamos a sua totalidade para aqueles cuja pensão seja inferior ou igual ao salário mínimo nacional. Entendemos que a partir daí haja uma graduação reduzindo no valor de 6000\$00 percentagens de 90%, 70% e 50% numa aplicação em que vai só até ao limite em que não resulte em rendimento tributável em sede de IRS.

Entendemos que assim, na medida do montante possível, se faz justiça e se dignifica as pensões e as reformas mais baixas no país e na Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, apesar de tudo, e relativamente à alínea d) desta proposta de alteração do artigo 3º., me congratular. Parece que afinal sempre havia, pelo menos ao nível da

sistemática e do limite do universo abrangível, alguma coisa a aproveitar do diploma do Governo. Este é efectivamente o limite que consta do diploma inicial e do diploma que mantemos do Governo.

Também para esclarecer que o Governo nesta matéria entende que seria necessário, que seria útil e que seria de justiça social a existência dum montante fixo mínimo e que fosse efectivamente significativo para aqueles que o recebem e para aqueles que têm este tipo de rendimento, pensamos que esse montante mínimo, até porque é a primeira vez que ele seria aplicado, porque, efectivamente, como disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não há aqui sindicatos, não há corporações, mas há direitos, há situações humanas que aqueles que têm as responsabilidades públicas devem contemplar, até para provarem que actuam em nome de princípios e não por via de pressões.

Nós pensamos que os 5000\$00 seria nesta matéria um montante razoável, um montante digno.

Pensamos também que, a partir do valor do salário mínimo, esse montante podia decrescer na percentagem de 2,5% por cada mil escudos de pensão.

Sabemos que é um decréscimo algo brusco, sabemos, pelas contas que fizemos, inclusive pelos valores actuais, que isso provavelmente não esgotaria e não chegaria a dar nada a quem efectivamente neste momento vencesse os 125 contos, mas também devem compreender que nós não apresentámos esta proposta a pensar revogá-la para o ano e, portanto, pensamos que estas propostas e estas normas legislativas devem liberar no tempo. É também em nome dessa durabilidade que a nossa proposta tem essa configuração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção é em função da sua intervenção e fundamentalmente das suas primeiras palavras. É evidente que não se poderá pensar, e o Sr. longe disso poderá pensar, que os dias de diálogo que tivemos não tenham algum proveito, mas tiveram.

Da nossa parte podemos-lo afirmar categoricamente que do diálogo que tivemos com todos os partidos e com o Governo, houve aspectos positivos que aproveitámos.

Portanto, quando o Sr. diz que não usou do rendimento mínimo tributável, é evidente, e esse foi um dos aspectos que o Sr. por várias vezes disse a mim próprio. Portanto, ainda bem que nós tivemos capacidade de ir ao encontro de algo que consideramos razoável e justo. Penso que sobre esse aspecto está absolutamente clarificado. É pena que o Sr. hoje fale dos 5 contos e na noite do dia 22, salvo erro segunda-feira passada me tenha falado apenas em 3 contos. Foi isso que o Sr. me falou na altura.

Portanto, o facto do senhor agora reconhecer que chegaram os 5 contos e que quando estamos a analisar uma proposta de 6 contos a diferença é esta tão somente, é pelo facto de que conseguimos algo que é justo, conseguimos algo que é importante lá fora, mas que é possível e por isso mesmo entendo que aquilo que aqui vai ser aprovado é algo que é perfeitamente comportável e por isso houve bom senso.

Este Projecto e estas alterações têm todas elas aspectos possíveis e é exactamente no sentido, pelo menos da minha parte, daquilo que o Sr. acabou de dizer.

Portanto, relativamente a estas questões e terminada esta discussão, parece-me que é perfeitamente entendível, perfeitamente pacífica na nossa sociedade e nos detentores de cargos de responsabilidade. O nosso fundamento é esse.

O nosso último desejo é que isto vá ao encontro das necessidades daqueles que vão usufruir deste complemento de pensão e que, efectivamente, seja algo amanhã pacificado na nossa sociedade. Para nós isso é fundamental.

Presidente: Terminada a discussão vou pôr à votação o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º., segundo a proposta de alteração, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Passamos agora ao artigo 4º., que também tem uma proposta de alteração.

Está à discussão o artigo 4º.

Parecendo não haver intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Artigo 5º., para o qual também existe uma proposta de alteração.

Está à discussão o artigo 5º.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Passamos agora ao artigo 6º. que resulta numa alteração da numeração dos artigos.

Vou pôr à votação o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Artigo 7º.

Está à discussão.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Artigo 8º.

Está à discussão.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão deseja a palavra para...?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, é para fazer um reparo à Câmara: É que quando dactilografamos o artigo 5º. passou-nos e há um engano de dactilografia. Portanto, o que era intenção ficar escrito no artigo 5º. - não sei se o que está na do Sr. Presidente está correcto e o engano é na minha - era o seguinte: "O complemento de pensão será atribuído aos aposentados da função pública, aos reformados por velhice ou invalidez e os que auferam pensão social".

Portanto, o que me foi entregue está diferente e a proposta efectiva é esta que acabei de ler.

Presidente: A que eu tenho aqui diz: "...inferior ou igual ao salário mínimo nacional".

O Orador: Não, essa parte está enganada. É um erro de dactilografia.

Presidente: O Sr. Deputado importa-se de repetir.

O Orador: Se o Sr. Presidente sugere em penso que se devia pôr à discussão e votação o artigo 5º. antes de encerrarmos este decreto, com esta redacção que é efectivamente aquela que existe e que em relação aos documentos houve um erro de dactilografia.

Presidente: Para prestar um esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O esclarecimento é no mesmo sentido e, aliás, há aqui um raciocínio lógico que dispensa, penso eu, até qualquer votação especial, e vê-se logo que há aqui uma contradição, porque o artigo 3º. diz que o complemento mensal de pensão é de 6000\$00 e o nº 2 diz que a aplicação dessas regras se faz na totalidade para os que tenham uma pensão inferior ou igual ao salário mínimo nacional e que ela se mantém reduzindo taxas por aí abaixo até ao limite em que o rendimento seja tributável em sede de IRS.

Portanto, isso a ser compatibilizado com o artigo 5º., encontrava-se notoriamente aqui a contradição e, portanto, é óbvio que os beneficiários não são só os que tenham pensão social inferior ao salário mínimo nacional. É, de facto, um lapso e um raciocínio até tautológico.

Presidente: Para que não haja dúvidas eu vou pôr à votação o artigo 5º. com essa nova redacção e que resulta duma imprecisão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Agora sim, estamos em condições de proceder à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este diploma, designado "Complemento de Pensão" o Partido Comunista, o Partido Socialista e o Governo apresentaram propostas.

A proposta do Partido Socialista, portanto alteração ao diploma inicial, fixava um tecto de 5000\$00 para os reformados e pensionistas cuja pensão se fosse inferior ou igual à pensão mínima mensal e para os outros nós tínhamos uma previsão de decréscimo de 2.5 por cada mil escudos de pensão.

Era este valor que considerávamos razoável, mas fundamentalmente queríamos também registar que, uma vez que existiam outras medidas de justiça social, estes pensionista e reformadas não poderiam ficar de fora.

O PCP, por seu turno, tinha um valor que se iniciava em 20 mil escudos.

Depois do consenso a que a oposição chegou, o PCP abandonou esse valor de 20 mil escudos e acabou por ser fixado um tecto de 6 mil escudos.

Gostaria de dizer nesta declaração de voto que mais uma vez acontece aquilo a que já nos vamos habituando, ou seja, propõem-se determinados valores e a oposição em conjunto, subscrevendo conjuntamente as propostas, acrescenta sempre mais alguma coisa.

Foi assim no IRS, foi assim no IRC, foi assim no salário mínimo, foi assim na remuneração complementar e é assim na pensão mínima, ou seja, a oposição coligada faz sempre isto com os objectivos que já são de todos conhecidos.

Espero também que amanhã na discussão do Plano também façam o mesmo: para a agricultura mais, para a indústria mais, para a electricidade mais, para a energia mais, para os transportes mais, para as marinas mais. Espero, Srs. Deputados da oposição, que continuem assim e depois a gente há-de pedir a Deus para nos ajudar a viver nesta Região Autónoma.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para uma declaração de voto.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com a aprovação deste diploma que finaliza o pacote legislativo que, em nossa opinião, consagrava aquilo que nós chamamos a justiça remuneratória nesta Região.

Devo, apesar de tudo, dizer que, e ao contrário daquilo que fez aqui crer o Sr. Deputado Fernando Menezes, se dependesse da minha vontade, 20.000\$00 propostos pelo PCP ainda era pouco para alguns dos nossos pensionistas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Se dependesse de mim eram 40.

A Oradora: Portanto, digo-lhe já que não é uma questão de dar mais ou de dar menos, é de inteira justiça. Se há alguém que neste País e nesta Região mereça ver os seus rendimentos acrescidos são os pensionistas e não acredito que ninguém sentado aí, ali ou aqui, não pense exactamente da mesma maneira.

Todos nós sabemos que há pensões de miséria, mas também sabemos que quem está no Governo são os Srs. e essa responsabilidade é presentemente vossa.

A partir daí formulámos uma proposta que consideramos equilibrada, não a que gostaríamos, mas aquela que em, nosso entender, é comportável para orçamento regional, aquela que, em nosso entender, é uma proposta responsável, uma proposta de partidos da oposição que sabem exactamente até onde é que podem ir naquilo que diz respeito a fundos públicos, naquilo que diz respeito ao orçamento regional, mas que do ponto de vista de justiça social gostariam de ir muito mais longe.

Convenhamos que este é o primeiro. Não perco as esperanças. Espero que sejam dados passos em próximos orçamentos.

Fica o desafio e para já congratulamo-nos com esta decisão.

Obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando nos confrontamos com o que o Governo Regional apresentou a esta Assembleia e ao povo dos Açores de um acréscimo de pensão da ordem dos 5% que fazia com que uma pensão de 30 contos recebesse 1.500\$00 e uma pensão de 100 contos recebesse 5.000\$00, ficamos confrontados com mais uma medida injusta, insensível, desequilibrada e contraditória, a nossa perspectiva foi imediata no sentido de que o Partido Popular jamais poderia viabilizar uma tão má e injusta proposta feita pelo Governo Regional.

Nessa medida optamos claramente por, no âmbito da plataforma de entendimento obtida com o Partido Comunista Português e com o Partido Social Democrata, chegarmos a essa solução que envolve um valor absoluto que vai contemplar em 6.000\$00 as pensões e reformas de menor expressão, com o gradualismo que acabamos aqui de aprovar.

Vale a pena, é um bom esforço e saímos com grande satisfação pelo facto desta Assembleia ter tomado - repito o que disse na intervenção inicial - uma decisão histórica que vai constituir um auxílio social muito útil aos nossos reformados e pensionista com menor expressão.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto é no sentido, em primeiro lugar, de me congratular pelo facto de se ter aprovado aqui este Decreto Legislativo Regional.

Em segundo lugar, para lembrar que no dia 16 na reunião da Comissão, que já várias vezes venho a referir, a proposta do Governo ainda estava nos 5%.

Em terceiro lugar, por considerar que daqui sai um decreto legislativo regional razoável, um decreto legislativo regional dentro das possibilidades orçamentais e um decreto legislativo regional que, no nosso entender, não é a justiça que desejávamos, mas é a justiça possível.

Congratulamo-nos pelo facto deste decreto ter sido aprovado.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Política Geral para redacção final.

Passamos agora ao ponto nº. 4 da nossa Ordem do Dia que é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Alteração do Orçamento da Região para 1999.**

Para apresentar a Proposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo, trata-se duma proposta que vem alterar algumas rubricas orçamentais do orçamento para 1999 e que decorrem, diria mesmo, quase que exclusivamente de alguns ajustamentos salariais que o Governo sente necessidade de introduzir para poder pagar salários aos seus funcionários já no próximo mês de Dezembro. Elas decorrem fundamentalmente destas alterações que vão ocorrer na Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Trata-se pois de dotar a Direcção Regional de Educação com uma verba de mais 600 mil contos; a Direcção Regional de Educação Física e Desportos com uma verba de mais 7.700 contos; reduzir, porque tal se torna possível efectuar ainda este ano, 50 mil contos na Direcção Regional de Saúde; e fundamentalmente o grosso desta verba vai ser coberta com uma verba que estava classificada em encargos correntes da dívida e que era precisamente para pagar juros do nosso stock ainda existente de dívida pública.

Como sabem os juros nos mercados financeiros têm vindo a descer. Inicialmente previmos um determinado quantitativo para os juros, mas eles sofreram uma significativa baixa ao longo deste ano.

No entanto, dado que ultimamente se tem verificado alguma subida das taxas de juros também nos mercados financeiros, entendemos também prudente dotar a dotação provisional que existe no meu gabinete e que já estava totalmente esgotada, já tinha sido totalmente utilizada precisamente para ocorrer a encargos salariais, com mais 170 mil

contos para prevenir qualquer subida de juros ainda a verificar-se até Dezembro, dado que também até Dezembro nós temos muitos encargos com a dívida que temos ainda neste momento.

Trata-se pois destas alterações que foram, aliás, devidamente explicadas na Comissão, a que o Governo se deslocou, e que originam um aumento total de despesas de apenas 107.302 contos.

Aproveitando também esta oportunidade e dado que também já neste momento é possível prever com maior rigor a execução orçamental ao nível das receitas, introduziram-se também alterações e que julgo que não era necessário, mas este Governo entendeu, a bem do rigor e da transparência, fazer já incluir aqui algumas alterações orçamentais e que resultam precisamente dum maior nível de execução de receitas fiscais e de atrasos que se têm vindo a verificar sistematicamente - o ano passado já se verificaram e este ano continuam a verificar-se - de transferências de fundos da União Europeia.

Portanto, fez-se aqui uma compensação de verbas em que vamos receber mais dinheiro das nossas receitas próprias e vamos receber menos dinheiro de transferências da União Europeia e assim se equilibrou o Orçamento.

Porque é este o momento adequado para justificar devidamente este aumento de receitas fiscais, eles já foram abordados aquando da discussão de outros diplomas, mas entendemos que é aqui que deve ser dada a plena explicação para isto, devo dizer que relativamente ao IRS as transferências para a Região estão neste momento e foram ao longo deste ano feitas pela primeira vez na base da receita arrecadada no mês homólogo do ano anterior e acrescida da taxa de crescimento estimada para a receita fiscal, nos termos dum protocolo que foi assinado entre mim e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Acresce ainda que, mercê desse mesmo acordo, foram já feitos no corrente ano vários acertos em alta, como é óbvio, da receita fiscal da Região relativamente a anos anteriores e num total de 2,8 milhões de contos, em sede de IRS.

Este maior rigor na determinação da receita fiscal da Região, conjugado com a não consideração do efeito da redução das taxas do imposto nas verbas transferidas para a Região até ao momento, é que justificaram a revisão em alta da receita deste imposto no

orçamento rectificativo, isto é, aconteceu precisamente o contrário do que foi afirmado e que foi justamente por não ter havido ainda o efeito da redução das taxas deste imposto é que a receita transferida para a Região está superior à inicialmente prevista.

Quanto ao IRC também não houve quaisquer efeitos da redução aprovada neste imposto em 1998, porquanto este apenas se vai fazer reflectir em 2000, aliás, como foi sobejamente dito e redito o ano passado. O que sucedeu foi que também em consequência do protocolo assinado com a Secretaria de Estados dos Assuntos Fiscais passou a haver muito maior rigor na determinação das receitas fiscais da Região e uma maior fiscalização sobre as empresas.

Também é importante notar isto:

Somente em acertos relativos a anos anteriores foram transferidos para a Região mais de 2 milhões de contos, ou seja, mais de 70% da receita inicialmente prevista.

Por outro lado, é também inegável que a maior receita deste imposto se deve à maior actividade económica que se verifica em toda a Região, desde que este Governo iniciou a sua actividade no final de 1996.

De facto, a receita média anual deste imposto entre 1992 e 1996 foi de 1.860 mil contos; nos anos de 1997 e 98 passou para 2.840 mil contos e agora para 99 a receita esperada deverá atingir e talvez ultrapassar os 7 milhões de contos.

Como se vêem este aumento da receita fiscal da Região não tem qualquer relação com a redução de impostos aprovada por esta Assembleia no final de 1998. Fica antes a dever, isto sim, à boa articulação entre os Serviços da Administração Fiscal e os Serviços do Governo Regional, assegurada pelo protocolo assinado com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, ao muito maior rigor também assegurado por aquele protocolo na determinação da receita fiscal da Região, que começou já a fazer efeito no corrente ano com os acertos efectuados relativamente a anos anteriores e que, repito, foram de 2,8 milhões de contos em IRS, mais de 2 milhões também no IRC e 1,6 milhões no IVA, num total de 6,4 milhões somente de acertos relativamente a anos anteriores e ainda, e talvez sobretudo, ao muito maior dinamismo de toda a actividade económica açoriana verificada após a tomada de posse deste Governo que conseguiu imprimir na generalidade dos agentes económicos sociais, públicos e privados um clima de

confiança gerador de expectativas favoráveis quanto ao futuro da Região e seu relacionamento com a República e com a União Europeia.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a justificação para estas pequenas alterações que aqui propomos à vossa consideração e que julgamos terão a votação favorável por parte de todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário refere na sua intervenção a diminuição de receitas provenientes dos fundos europeus. No entanto, nós gostaríamos de alguma explicação em relação às razões dessa diminuição.

Na proposta de Orçamento havia 21,6 milhões de contos previstos no FEDER.

No orçamento rectificativo passou para 13,9 milhões.

Do Fundo Social Europeu previa no orçamento 400 mil. Neste orçamento rectificativo prevê-se 200 mil.

Portanto, gostaríamos ter uma explicação das razões que levou o Governo efectivamente a pensar que do Fundo social Europeu iria haver determinada transferência de verba e que na realidade essa transferência é muito inferior àquilo que efectivamente neste momento se prevê.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que aqui é trazida pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e que já de certo modo nos foi presente em Comissão e que até ontem, por acaso, até foi trazida aqui também à discussão, na parte que diz respeito à receita fiscal está esclarecida e parece-me de bom tom e de bom rigor trazer a esta Assembleia esta reavaliação em alta das receitas fiscais. Agora, também me parece que o Sr. Secretário Regional passou pela

revisão em baixa dos fundos comunitários e não quer falar no assunto e aqui é que eu me concentrava.

Há um ano atrás, quando estávamos a discutir a cobertura orçamental do orçamento de 1999, em que havia um déficit de milhões de contos, subitamente transformado em 5 milhões, 5 milhões por fundos comunitários do ano anterior que iam transitar para o ano seguinte, com pedido de endividamento para 98 e mais 5 milhões nas transferências do Estado que haviam de vir, etc., etc., a verdade é que agora a coisa ficou a descoberto. Os fundos comunitários foram propositadamente empolados e por isso agora aparecem com uma quebra de 8 milhões de contos.

Nessa altura eu disse o seguinte:

"Alguém acredita que em 1999, último ano do II Quadro Comunitário de Apoio em que é necessário proceder à regularização dos adiantamentos já efectuados por conta dos projectos sem curso, a Região pode fazer duplicar o montante de fundos relativamente a 1997?"

Eu achei que não. O Sr. Secretário achou que sim e passado um ano vem dizer que recebe menos 8 milhões de contos. Estava-se mesmo a ver que isso ia acontecer.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Berta Cabral e o Sr. Deputado Paulo Valadão, ambos abordaram o mesmo assunto, embora a Sra. Deputada fosse mais circunstanciada, mais pormenorizada no seu pedido de esclarecimento e nas suas observações.

Eu começo por agradecer à Sra. Deputada o elogio feito na primeira parte da sua intervenção no rigor que foi posto pelo Governo na determinação das receitas fiscais.

Também estava à espera, Sra. Deputada, que nesta questão dos fundos comunitários, a Sra. proferisse um elogio, porquanto, apesar desta diminuição de receitas de fundos

comunitários que se devem exclusivamente a atrasos de transferências europeias, apesar disso este Governo conseguiu por exemplo, regularizar subsídios de exploração à EDA de 1991, num total de 165.719 contos de reembolsos de remunerações à EDA motivado por requisições de funcionários da EDA para a Secretaria Regional das Obras Públicas da altura, Natalino Viveiros, Pedro Costa, etc..

Desde 1989 também foram já regularizados por este Governo compensações financeiras ao investimento, também à EDA, de 1986 num montante de 6.270 contos já regularizadas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Quem era a Secretária das Finanças?!

O Orador: Subvenções do I QCA, do FEDER e do VALOREN, também à EDA, sendo 764.362 contos FEDER, devidos desde 1992 e 93; do VALOREN 123.087 contos também desde aquela data; à ANA desde 1995 no valor de 288.161 contos.

Ainda há ANA desde o princípio de 1996, mas que ainda estavam por pagar quando nós cá chegamos, no valor de 335 mil contos.

Transferências às Câmaras Municipais que quando nós chegámos ao Governo, o Governo devia às câmaras municipais 2.284 mil contos.

Esperava também, Sra. Deputada Berta Cabral, que estivesse já regularizado os juros e encargos de empréstimos feitos pelos vosso Governo - não é da sua responsabilidade, não esteja tão assustada como isso - cuja responsabilidade de apoio é do vosso partido, desde 1982 e 83, com encargos à volta dos 10 milhões de contos que ainda não estão regularizados e que agora vão estar. Creio que muita coisa já está parcialmente assegurada e que vai entrar agora no orçamento rectificativo do Governo da República e faço aqui desde já um apelo para os Srs. convencerem os vossos deputados na Assembleia da República a encontrarem uma solução justa para esta questão, que são empréstimos que nunca foram pagos nem um escudo, nem de capital nem de juros, para a reconstrução do sismo na Terceira.

(Aplausos do PS e Governo)

O Orador: Não estão pagos ainda e é uma irregularidade, é uma imperfeição ainda existente no relacionamento financeiro entre a Região e a República, mas vão ter que ficar regularizados e, daí, renovo o apelo. Convençam também os deputados do PSD.

Presidente: Sr. Secretário, pedia-lhe que terminasse pois o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Sr. Presidente, vou terminar, mas gostaria ainda de dizer mais algumas coisas, mas fica para uma outra altura.

Srs. Deputados, termino com o seguinte apelo: convençam também os vossos representantes na Assembleia da República a encontrarem uma solução justa para este caso e só poderá ser o perdão total dos juros, encargos e outras comissões que os Srs. nunca pagaram.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancada do PS e do Governo)

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, digo-lhe que é preciso muito mais do que isso para me assustar.

Em segundo lugar digo-lhe que quando o Sr. não tem argumentos faz uma fuga pela lateral e encontra para aí uma série de coisas que em bom rigor lhe devo dizer que tenho as minha dúvidas, se o Sr. pagou bem.

Portanto, vir para aqui dizer que pagou a este, àquele ou a outro, devo-lhe dizer que se calhar não tinha que pagar muitas dessas coisas se fosse um bom negociador.

Em terceiro lugar, sobre os fundos em dívida do "Fond Rentablissement" eu disse ao Sr. Presidente do Governo quando falámos sobre a Lei de Finanças Regionais que acautelasse nessa altura o perdão desses fundos, porque tinham sido fundos para a reconstrução, fundos que dos sucessivos governos tinha havido compromissos de que a Região não pagaria os fundos para a reconstrução e o que verifico é que os Srs. não conseguiram levar essa negociação por diante na altura da Lei de Finanças Regionais e agora têm o problema entre mãos.

Deputado José Élio (PS): Agora é que começam a falar. Até aqui estiveram sempre calados!

A Oradora: Não nos disseram na altura que não tinham resolvido esse problema. Na altura a Lei de Finanças Regionais era uma perfeição. É boa, - vai mais um elogio, e agora vem a parte a seguir - mas também lhe disse que a forma de transferências não devia deduzir os investimentos do PIDAC. Hoje é o Sr. Presidente do Governo que diz isso.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Exactamente!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não, já dizia isso na altura!

Deputado Jorge Valadão (PSD): O passado é só do PSD.

A Oradora: Tenha a humildade de reconhecer. Eu disse-o na altura e tenho aqui a mesma intervenção. Hoje é o Sr. Presidente do Governo que o diz.

(Aparte inaudível do Sr. Presidente do Governo)

A Oradora: Não vale a pena esforçar-se para demonstrar aquilo que não é demonstrável. O que foi dito aqui dentro está no diário das sessões.

Também disse nessa altura quando houve a audição sobre a Lei de Finanças Regionais, que a transferência de dívidas para o Governo da República fosse em simultâneo com a Lei de Finanças Regionais. De facto conseguiu isso.

Também lhe disse na altura que resolvesse o problema do "Fond de Rentablissement".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Olhem a ideia da Ex-Secretária!

A Oradora: Pensava que estava resolvido, mas afinal não está. Esconderam-nos a todos essa parte. Os Srs. sabiam perfeitamente e esconderam-nos para dizer que a Lei de Finanças Regionais era, de facto, a oitava maravilha.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Cá está o Pai Natal para resolver tudo!

A Oradora: Mas voltando ao que interessa, e porque o Sr. Secretário Regional fez aqui uma manobra de diversão, inclusivamente metendo os funcionários da EDA pelo meio, a verdade é que os fundos comunitários previstos no orçamento inicial de 99 eram 16,6 milhões de contos.

No orçamento revisto e aprovado aqui, depois do problema dos 15 milhões de déficit orçamental, passou para 22 milhões e 250 mil contos e agora passam para 14 milhões. Esta é que é a realidade. O resto é diversão.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular queria congratular-se com a capacidade de gestão do Presidente da EDA por ter conseguido baixar as tarifas sem receber a tempo do Governo da República as referidas compensações e mesmo assim ter conseguido obter do Governo Regional os meios que agora foram acabados de referir.

Sempre me ensinaram que os socialistas eram uns mãos largas com o dinheiro dos outros...

Deputado Fernando Menezes (PS): Essa eu não sabia!

O Orador: ...e, portanto, o que a gente constata aqui é que a abundância tem sido tal que inclusivamente tem possibilitado, de facto, o pagamento dessas dívidas, algumas prescritas, segundo o Deputado Jorge Valadão. Acho, portanto, que estamos todos de parabéns por isso. Talvez já não estejamos é quando o Sr. Secretário Regional das Finanças apresenta a este Parlamento, como meros ajustamentos e como desvios para cima e desvios para baixo, alterações que são de estrutura.

Vejamos:

Quando o nível de arrecadação do IRC, ao longo destes anos, teve a evolução que V. Exa. aqui nos lembrou e que nos últimos anos, aliás isso tem sido muito debatido, não atinge os 3 milhões de contos. A previsão para este ano, se bem me lembro, eram 2,7 milhões de contos, valor semelhante ao que havia ocorrido no ano anterior e o histórico, todo ele, é de valores relativamente modestos.

Sr. Secretário, termos este ano uma arrecadação na ordem dos 7 milhões de contos e está previsto para o próximo ano uma arrecadação próxima desse valor, quer dizer que estamos perante uma profunda alteração de estrutura. Isto é inegável e não pode passar,

a nosso ver, pelo registo de que houve aqui um desvio para cima ou desvio para baixo. V. Exa., sabe tão bem como eu, que esses desvios só são legítimos quando se situam em áreas de evoluções aceitáveis e previsíveis.

Estamos a falar dum crescimento da receita em sede de IRC na ordem dos 150% e isso carece duma ponderação e duma justificação profunda, tanto mais que o Governo resolveu inscrever para o próximo ano a mesma ordem de valores, sabendo que no ano 2000 é que se vai dar a incidência da redução de 30% do IRC. Quero com isto dizer que, se não houvesse a redução de IRC para o ano 2000, a previsão orçamental do Governo Regional para o ano 2000 era da ordem de 9,5 ou 9,6 milhões de contos em IRC, uma vez que é preciso reduzir 30% para atingir os 7 milhões de contos que estão previstos para o próximo ano.

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe que termine, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Por conseguinte, Sr. Secretário, não é por impertinência, mas compreenderá V. Exa. que estamos perante uma profunda alteração de estrutura. Era importante que soubéssemos disso.

Mais:

Não posso elogiar o Governo por isso. Posso congratular-me como cidadão da Região Autónoma dos Açores por isso, posso congratular-me como Deputado Regional por esse crescimento da receita fiscal e faço-o, agora o Secretário Regional, que tem protocolos com o Governo da República, que acompanha isso dia a dia, explique-me em que dia deste ano é que o Sr. percebeu que íamos ter 7 milhões de contos de arrecadação.

O tesoureiro do Santa Clara sabe as alterações do seu orçamento, nomeadamente quando vende este ou quando compra aquele jogador e é um mero tesoureiro do Santa Clara, agora o tesoureiro da Região Autónoma dos Açores vai-nos dizer em que dia do ano é que percebeu que em vez de 2,7 milhões ia ter 7 milhões de contos. Isso ajudava-nos a compreender o significado desses protocolos com Lisboa.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou começar pela diversão, para usar as suas palavras, e esclarecer também a Câmara que esses 9,6 milhões de contos ainda não estão pagos. O Governo ainda não pagou.

(Aparte inaudível da Sra. Deputada Berta Cabral)

O Orador: Deixe-me acabar, Sra. Deputada e depois podemos entrar novamente em diálogo.

O Governo o que fez foi transferir para a República a responsabilidade do capital que pertencia ao stock da dívida da Região e deixou estes encargos, fazendo todo o possível e todas as diligências ao seu alcance para não serem considerados encargos da Região e não o foram ainda até ao momento e esperemos que não seja e daí o meu apelo aos vossos Deputados na Assembleia da República para unirem a vozes no sentido de acabar com isto.

Sra. Deputada agradecia que prestasse atenção, porque mais profundo do que isto, porque relativamente a esta matéria o Governo Regional não teve uma só posição, teve várias:

Começou por alegar em 1986 a discordância relativamente à Comissão de Riscos de Câmbios estabelecida pelo Governo da República.

Em 1989 manifestou incapacidade orçamental em regularizar a situação de incumprimento. Não assinou o contrato nessa altura por verificarem a existência de encargos de juros e prestações vencidos e cuja liquidação deveria ocorrer no prazo de 30 dias, logo após a assinatura do contrato. Solicitou, por isso, o reescalonamento da dívida para que as liquidações se iniciassem no ano seguinte, sendo então garantida a necessária cobertura orçamental. Não pediu perdão, pediu reescalonamento e pediu para ser considerado no ano seguinte para haver cobertura orçamental.

Em 1990 solicitou o perdão de todos os encargos decorrentes daqueles empréstimos por serem em prol da causa pública das populações sinistradas. Até que enfim, levaram estes anos todos para chegar a este ponto de solicitar o perdão. É precisamente desta forma que queremos resolver.

Vou dar este assunto por encerrado, porque parece que não vale a pena.

Deputado Mark Marques (PSD): É melhor!

O Orador: Vou agora responder à sua provocação, Sra. Deputada e aproveito também para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão que foi quem primeiro fez a pergunta.

Nós tínhamos efectivamente previsto receber de receitas comunitárias o montante de 22 milhões de contos e as nossas previsões na altura foram as seguintes:

Se a Sra. Deputada quiser tomar nota, faça o favor

Do primeiro adiantamento de 1999 nós prevíamos receber 9 milhões de contos

Do segundo adiantamento de 1999, portanto tudo adiantamentos relativos a este ano, prevíamos receber 6 milhões de contos.

Contávamos receber metade do saldo de 1998, e devo lembrar - e a Sra. Deputada lembra-se disso perfeitamente - que anteriormente, em 1996, era hábito o Governo Regional pedir adiantamento de fundos comunitários relativos aos anos seguintes.

Era hábito, mas deixou de ser possível e nós gostaríamos que assim fosse. Não foi possível, porque os fundos da União Europeia estão atrasados já há muito, como se sabe e até se justificou este Governo vir aqui pedir aquela "jinga joga" a que pomposamente se poderá chamar engenharia financeira, mas que não passou dum entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República de fazer antecipar o endividamento em 1998 em vez de ser em 1999.

Prevíamos receber também uma transferência de fundos comunitários relativamente ao REGIS para o porto da Horta, de 300 mil contos.

Tínhamos 5 milhões de fundos retidos em Lisboa que não deram entrada em 1998 e que dariam entrada em 1999. Já deram entrada felizmente.

Prevíamos também receber 5 milhões de contos de fundos comunitários relativos ao sismo, e lembro também aqui, Sra. Deputada, que este Governo conseguiu mais 8 milhões e tal de contos para financiar a mais, daquilo que estava previsto para o sismo.

Isto tudo importa num total, e se a Sra. Deputada teve o trabalho de somar, 28,1 milhões de contos. Desses 28,1 milhões de contos nós tencionávamos pagar já para o Plano, 22 milhões e fazer pagamentos de 6 milhões por contas de ordem.

Entretanto sucederam atrasos de fundos comunitários, verbas relativas aos adiantamentos de 1999 e que não foram feitas já com base nas reprogramações que, não

obstante terem sido solicitadas por este Governo em Outubro do ano passado, somente há poucas semanas foram aprovadas e que influenciaram também as transferências relativamente a 1999.

Portanto as previsões passaram a ser estas: 8,1 milhões de contos no primeiro adiantamento de 1999; 5,4 milhões de contos no segundo adiantamento.

Desistimos de receber o saldo de 1998, porque é impossível recebê-lo dado esses atrasos todos. Portanto, se recebermos isso ficamos com os fundos comunitários relativos ao ano integralmente recebidos.

O porto da Horta, do fundo REGIS, foram 400 e não 300 mil contos. Talvez esses 0,3 tenham sido calculados por defeito e agora por excesso.

Os fundos retidos em Lisboa, juntamente com outros atrasos que estavam lá pendentes, transformaram-se em 6,6 milhões de contos e estamos a prever mais 1 milhão de contos relativamente ainda aos fundos comunitários destinados a financiar o sismo aqui nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge.

Portanto, tudo isto num total de 21,5 milhões de contos, dos quais tencionamos fazer pagamentos por contas de ordem num montante de 7,5 milhões de contos.

Já agora aproveito para dizer que as Câmaras Municipais, neste momento, têm uma ridicularia de facturas por pagar na unidade de gestão.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

A questão mantém-se.

O Sr. pode dobrar as suas previsões, pode-me apresentar a previsão global de 20 milhões de contos, como pode desdobrar essa previsão em previsões cujo somatório dá 20 milhões de contos. O problema é sempre o mesmo. Não é pelo facto de me desdobrar a previsão, que ela passa a ser crédito.

De facto, a sua previsão não teve crédito, porque previu 20 milhões de contos e vai receber, se receber, 14 milhões.

Portanto, está a apresentar o orçamento rectificativo com menos 8 milhões. Aqui a questão que eu ponho é mesmo a questão da técnica de previsão. O Sr. não tem histórico para prever 22 milhões de contos.

Se pegar nos anos anteriores vê que em 1998 tinha recebido 10,7 milhões de contos. Em técnica de previsão não tem histórico para projectar 20 milhões de contos. Pode desdobrar em "n" parcelas, mas não é um problema de parcelas, é um problema de previsão.

Não pode, não há projecção que resista ao histórico que vem de trás. Qualquer pessoa sabia que não entravam 22 milhões de contos aqui na Região de fundos comunitários, porque era impossível. É isso que eu quero demonstrar e mais nada.

Portanto, não entrou e felizmente teve a sorte da receita fiscal compensar esse déficit e ainda bem que é assim para o orçamento ficar na mesma, ou seja, no montante que inicialmente estava previsto.

Agora, também aguardava a resposta à questão que pôs o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, porque, de facto, parece que isto dum dia para o outro aconteceu aqui qualquer coisa e queremos saber o que foi.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Governo trabalha com possibilidades que são reais e estas verbas todas que eu disse são verbas que são atribuição da Região, têm que vir para a Região e só não vieram nestes montantes devido às razões que eu já aponte. Nós estamos a trabalhar com números superiores àqueles que os Srs. antes trabalhavam.

Nós conseguimos mais fundos comunitários para a Região dentro do II Q.C.A., conseguimos mais dentro do III, de maneira que, neste momento, já estavam negociados muitos mais fundos comunitários do que no tempo dos Srs.. As verbas que decompus aqui são devidas à Região e grande parte delas vão chegar, outras vão chegar mais tarde, mas vão chegar. Agora o que eu não posso e não soube prever foi efectivamente desses atrasos, porque eu estava convencido que reprogramações solicitadas pelo Governo em

Outubro do ano passado levassem o tempo normal, mas houve a crise na Comissão da União Europeia e não pude prever isso como é óbvio, Sra. Deputada. Não pude prever também outros atrasos na consequência dessa crise. As verbas eram reais.

Deputada Berta Cabral (PSD): É o histórico!

O Orador: Já que me está a falar em histórico, foi precisamente - e aí sim, podia ser mais previsível - atendendo ao histórico das receitas fiscais da Região que o Governo fez a previsões que fez e fê-las incluir no orçamento de 1999. Foi devido ao histórico e admitiu relativamente ao passado taxas de crescimento que na altura considerou razoáveis de 9%. São taxas razoáveis e, digamos, moderadamente optimistas, só que a realidade ultrapassou isto, e mercê do acordo, que eu já referi, estabelecido com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e assinado por mim, foi possível introduzir muito maior rigor na determinação da matéria colectável da Região, dos impostos transferidos para a Região e daí que, em virtude deste acordo, e já referi este número, tenha sido possível fazer acertos relativamente a anos anteriores, incluindo também o IRS no valor de 6,9 milhões de contos, daí que, em nome da transparência, do rigor e também para facilitar e todos nós compreendermos as previsões que este Governo fez para 2000, este Governo tenha sentido necessidade de introduzir nesta alteração orçamental, e digo que não era necessário, porque pode estar um escudo de receita e posso vir a receber 20 milhões, sem necessidade de vir pedir autorização a esta Assembleia.

Eu vim aqui precisamente para introduzir maior rigor na apreciação das contas públicas regionais, no andamento da nossa economia que, felizmente, está de muito boa saúde.

Quanto ao momento em que eu me apercebi disto, eu não sei, não me lembro,...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Foi no tal dia...!

O Orador: ...fui-me apercebendo disto aos poucos. Fui, felizmente, vendo entrar nos cofres da Região mais dinheiro, mas estou também ainda à espera do reverso, que grande parte se deve fazer este ano. São efeitos em baixa e que já houve um, felizmente de pouco dinheiro, cento e tal mil contos em baixa, mas ainda estou à espera até Dezembro de haver acertos em baixa no IRS, precisamente para contemplar a redução de 15% do ano passado. Grande parte desses acertos vão ser feitos certamente para o ano, outra parte neste ano e se o Sr. Deputado me perguntar qual é a percentagem que

vai ser este ano ou para o ano, eu digo-lhe muito sinceramente: não sei e trabalho com hipóteses que estão aqui consagradas neste orçamento que possivelmente hoje ou amanhã iremos discutir.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É natural e normal até, que o Governo apresente propostas de alteração ao Orçamento e ao Plano.

Há, efectivamente algumas que são justificadas e têm justificação. Há, contudo, algumas que não a têm. E, porque este é também o momento, para além das alterações propostas, de nós verificarmos alterações que são feitas e que precisam de vir a esta Assembleia, mas que só neste momento é que nós temos conhecimento delas, eu gostaria de dizer muito claramente que em muitas das previsões de rubricas, quer de despesas quer de receitas, houve falta de rigor.

Na altura própria, nomeadamente na altura da discussão do Orçamento para 1999 tive oportunidade de denunciar a estratégia do Governo em algumas despesas, nomeadamente em despesas com aquisição de bens e serviços, estarem sub-avaliadas.

O Sr. Secretário Regional inclusivamente dizia na sua intervenção inicial:

"Na perspectiva da classificação económica da despesa apenas dois agrupamentos apresentam crescimento: despesas com pessoal e transferências correntes. Em todos os restantes agrupamentos económicos prevêem-se decréscimos relativamente às dotações revistas do corrente ano". Esta era a prática que este Governo fazia, vinha fazendo e continua a fazer.

Assim sendo, nós ficamos a saber que, ao fim e ao cabo, isto era apenas uma estratégia para dizer que as despesas correntes seriam menores.

Quero aqui dizer claramente que não foi preciso esperar até chegar a Novembro, bastou ver o relatório do 1º semestre para verificar que na aquisição de bens e serviços correntes houve um aumento que foi de mais de 224 mil contos relativamente a 1998.

Portanto, que fique aqui claro, ao contrário do que ficou dito no discurso do Sr. Secretário, aquando da apresentação do Plano para 1999, que a aquisição de bens e serviços de despesas correntes não baixou, pelo contrário aumentou, como tem vindo a aumentar neste Governo e como vai aumentar outra vez para o ano 2000. Aqui é que está a descapitalização. Aqui é que o Governo vai descapitalizando, porque este Governo é um Governo despesista.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Com as vossas alterações de ontem e de hoje, vai.

O Orador: Sr. Secretário, os números estão aqui. Nós vamos ter oportunidade amanhã, na discussão do Plano para 2000, de ver que os Srs. apresentam outra vez, relativamente a 1999, o dobro em termos relativos da taxa de inflação. Isso havemos de discutir amanhã.

Queria que isto ficasse aqui claro, porque é uma situação que se referiu e que na altura se passou e o Sr. Secretário deu a ideia, de facto, que ia controlar as despesas correntes com pessoal, que não havia problemas de espécie alguma, o que na prática não se vem a verificar.

Relativamente às receitas eu também queria aqui juntar a minha voz ao que disse a minha colega, Deputada Berta Cabral e os Srs. Deputados Paulo Valadão e Alvarino Pinheiro, porque eu também fui daqueles que na altura perguntei especificamente ao Sr. Secretário e até lhe posso ler, dizia assim:

"Face ao histórico de 1997, 1998 que na melhor das hipóteses terá uma taxa de arrecadação das verbas comunitárias de 67%, o Sr. Secretário Regional acredita que é possível atingir um montante de transferências comunitárias de quase 22 milhões de contos?"

E o Sr. Secretário deu à cabeça que sim, como também disse: "acredito sim senhor"!

Portanto, toda a gente percebia que havia aqui uma manobra de engenharia financeira. Nessa situação, Sr. Secretário, isto não é rigor orçamental.

Relativamente à questão da arrecadação do IRC, admirei-me - e quero que isto fique claro - quando o Sr. Secretário referiu os valores de 96 e 97 e disse:

"Em 1996, 1.860 mil contos e em 1997, 2.840 mil contos, e devido ao incremento económico recebemos mais um milhão de contos em 97".

Sr. Secretário, eu tinha que me admirar. O Sr. Secretário, um economista, não sabe que as receitas do IRC de 1997 dizem respeito ao lucro gerado em 1996, ou seja, o valor de 2.840 mil contos não tem nada a ver com o mérito deste Governo, não tem nada a ver com o desenvolvimento económico implementado por este Governo, mas sim pelos Governos anteriores, porque o IRC cobrado em 1997 diz respeito a lucros gerados em 1996.

E, ainda lhe digo mais:

Não sei ainda os valores de 98, porque não temos a conta. O Sr. referiu-os, não sei dizer. Os Srs. no Orçamento de 1998 até previam menos cobrança de IRC do que aquilo que foi cobrado em 1997, ou seja, os Srs. até previam que as empresas tivessem menos lucros do que tinham tido em 1996.

Portanto, o desenvolvimento económico, o incremento que este Governo deu por essa via da cobrança do IRC, é um elogio que faz ao Governo do PSD, porque em 1996 conseguiu que o tecido empresarial pagasse mais um milhão de contos de IRS. Daí a razão de eu me ter admirado e o Sr. Secretário estar a dar esse valor de 97, como sendo um aspecto muito positivo do seu Governo.

Sr. Secretário, gostaria de aqui referir relativamente às alterações que são propostas pelo Partido Socialista e que se traduzem em alterações ao Plano de Investimentos, nomeadamente ao programa das calamidades. Retira-se ao projecto das calamidades/sismo 1.180 mil contos, às verbas que estavam previstas dispender na obras de recuperação do sismo.

Quando todos os dias nós ouvimos dizer de que há pagamentos em atraso, apesar do Sr. Secretário desmentir, mas já depois dele ter desmentido já fui procurado por várias pessoas informando-me que já têm as suas obras praticamente prontas e não receberam ainda a 1ª tranche.

Enquanto nós ouvirmos empreiteiros a dizer que têm pagamentos em atraso.

Enquanto nós ouvirmos dizer o próprio Sr. Secretário que possivelmente até as verbas das empreitadas poderão eventualmente não ser pagas todas em 1999 - o Sr. Secretário disse isto na Comissão de Economia - eu não posso aceitar nem admitir que se venha retirar agora ao Projecto das calamidade/sismo mais 1 milhão de contos, ainda por cima para transferir para um projecto, também de calamidades, mas assiste-me a dúvida de saber se essas obras resultam efectivamente de situações de calamidades.

Portanto, quero aqui muito claramente que fique registado esta situação e esperar que, de facto, na transferência que é feita dessas verbas de 1.100 mil contos, retirando às verbas previstas para o sismo, não implique que fiquem quaisquer pagamentos em atraso, sejam eles os sinistrados que viram portarias publicadas, sejam eles os empreiteiros, sejam eles os gabinetes, sejam eles quem quer que seja.

Finalmente, numa relação que julgo que é também importante esclarecer, embora não queira dizer que seja propositadamente, não é isso que eu quero dizer, mas o Partido Socialista no seu mapa II que apresenta a alteração, regra geral é normal que se apresente apenas aqueles onde haja alteração. Começa por apresentar a Assembleia Legislativa, a Secretaria da Habitação e a Secretaria da Educação

Portanto, que fique aqui claro, para quem tem apenas este mapa e não o pode comparar com o mapa anterior, que efectivamente não há qualquer alteração de verba para a Assembleia Legislativa Regional. Há apenas aqui uma diferença de 100 mil contos, uma transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria da Habitação. Era apenas isto. Efectivamente não quero dizer que isto tenha sido feito propositadamente, mas que fique aqui esclarecida esta situação, porque para quem eventualmente ler este mapa II isoladamente, possa ficar com a ideia de que há mais verbas para a Assembleia Legislativa Regional.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Eugénio Leal, porque, de facto, aquilo que eu disse na Comissão e que mantenho, naturalmente, é que nós não prevemos e de acordo com as portarias que temos autorizado e com o cabimento que temos efectuado por essas portarias, bem como pelos cabimentos que temos efectuado para as empreitadas que estão a decorrer, que haja qualquer atraso face ao que está previsto.

Naturalmente, que nós temos empreitadas a decorrer e têm um determinado cronograma financeiro e de obra e que à medida que as facturas vão chegando nós vamos, naturalmente, processando e pagando.

Em relação às Portarias é a mesma coisa e isso significa que o ano está a fechar, e já que falou nesse assunto, o que se passa em relação a este mapa que está aqui e essa transferência de 100 mil contos, foi uma verba que estava disponibilizada para a reconstrução das Igrejas, que não foi utilizada e que nós temos possibilidade, com as Portarias que fomos autorizando, e quando soubermos isso, para podermos efectivamente não atrasar nenhuma dessas Portarias.

Portanto, se o ano 1999 como temos dito não está atrasado nem adiantado, porque a verba disponível está perfeitamente controlada a este nível e não há atrasos a empreiteiros nem a portarias que tenham a ver com falta de verba, como eu tive oportunidade de explicar na Comissão.

Pode haver pessoas que não receberam a última tranche, mas como sabe, isso depende da licença de habitação das pessoas e naturalmente que há portarias autorizadas este ano que vão ter que ser pagas no ano seguinte, pelo decorrer normal das situações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, para esclarecimentos.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Creio que parte das explicações solicitadas pelo Sr. Deputado Eugénio Leal foram já respondidas. No entanto, ficaram algumas que cabe-me a mim dizer também alguma coisa sobre elas.

Desde logo quanto ao maior dinamismo da actividade económica lançada por este Governo.

Efectivamente eu referi que a receita de 1998 e 99 tinha subido de IRS, mas quando também referi o maior dinamismo da actividade deste Governo foi todo este processo iniciado em 97 e que irá culminar com a cobrança dum valor talvez superior a 7 milhões de contos este ano.

Quanto ao facto de ser do ano anterior, Sr. Deputado, eu sei e tanto sei que quando fiz o orçamento para 1999 também previ que não iria ser afectada esta receita com a redução dos 30% que só se iria fazer reflectir no ano seguinte. Eu sei tudo isso.

Nestes jogos parlamentares é sempre bom tentar embaraçar o adversário. É normal.

Quanto à previsão para 1999 que admitiu que seria inferior à do outro ano, quando o orçamento foi feito, a receita ainda não havia sido arrecadada e foi feito com o grau de execução naquela altura e com base no que estava orçamentado antes e o que estava orçamentado antes eram 12.473 mil contos e sobre este valor é que foi efectuada a tal previsão de 9% em função deste valor e do grau de cobrança que se verificava à data em que o Orçamento foi aprovado. Felizmente tudo isto veio a evoluir num sentido positivo e daí esta evolução.

Quanto ao aumento de despesas de funcionamento, este orçamento rectificativo não vem alterar as despesas de funcionamento, porque a dotação que está no meu Gabinete é considerada despesas de funcionamento e há alterações para fazer acréscimo a excesso de rubricas em pessoal verificados noutros departamentos do Governo e só vêm alterar em 107.302, contos o total das despesas. Portanto, este é o único acréscimo que existe.

Quanto às comparações da rubrica a tal que cresceu 200%, o Sr. Deputado está a fazer comparações semestrais. No final do ano veremos. É provável que haja alguns aumentos numas ou noutras, mas na sua totalidade continua a haver contenção e não podia ser de outra maneira, porque as verbas que nós temos são cada vez mais exíguas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é no sentido de dizer que o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente esta alteração ao Orçamento de 1999 e dizer também que, de facto, foi impressionante ver aquilo que o Sr. Secretário disse na boa gestão da causa pública, quer pagando as dívidas de governos anteriores quer arrecadando muito mais receitas do que aquilo que a Região estava habituada e do que aquilo que a Região poderia prever alguma vez que isso acontecesse.

Foi impressionante porque, de facto, o Sr. Secretário demonstrou ali que, com os protocolos que estabeleceu com o Governo da República, foi possível não só melhorar a arrecadação de receitas, não só melhorar também a relação que existe entre este Governo Regional dos Açores e o Governo da República, mas por outro lado também dar um sinal para o exterior de que esta Região funciona bem, de que a causa pública e as finanças regionais estão a ser muito bem comandadas e muito bem governadas por este Governo e em especial pelo Secretário.

Este sinal de credibilidade para o exterior é necessário dá-lo de maneira a que as instituições com que este Governo se relaciona nunca possam dizer que nós desbaratamos o dinheiro e nunca por nunca possam dizer, que "nós não vos podemos ajudar, porque a causa pública, as receitas regionais foram muito mal governadas por V. Exas!"

Portanto, eu chamava a atenção para a melhoria das finanças regionais e no que se refere mais especificamente às receitas fiscais, porque são aquelas receitas que são mais difíceis de prever, aquelas receitas em que eventualmente qualquer governo tem tendência a pôr lá mais uma taxazinha, mais uma pequena parte do ano anterior. Este Governo, como também se vai ver amanhã, conseguiu, no primeiro ano de governo, prever a 100% as receitas fiscais com um aumento de 10,6%. Isto é impressionante, porque se fosse um aumento de 1 ou 2 % poder-se-ia pensar que era mais a inflacção ou que era mais uma taxa, mas não, foram 10,6% e ele conseguiu prever a 100% as receitas fiscais e isso deixaria para amanhã quando se discutisse o Orçamento para 2000.

Portanto, era só para dar este sinal de que, de facto, o que o Sr. Secretário disse há pouco não ocasional, não é conjuntural, é, digamos, já uma política estrutural de finanças e de boas finanças do Governo dos Açores.

Também queria dizer aquilo que o Sr. Secretário já disse e reafirmar em nome do Partido Socialista, que houve esta alteração para dotar a Secretaria da Educação e Assuntos Sociais para pagar a professores, dada a sua revalorização de carreiras. No fundo, contando já com o valor que estava na dotação provisional, são 107.302 contos que vão para o aumento dos professores e que tem como contrapartida a melhor arrecadação das receitas fiscais, em termos globais e ainda uma verba para investimentos no valor de 130 mil contos.

Mas, de facto, eu dizia que este Governo gere bem as receitas fiscais e no fundo as finanças regionais. Queria também dar outro sinal que não foi ainda referido aqui e que foi referido na Comissão de Economia, em que o Sr. Secretário referiu que fez uma amortização antecipada para que, pelo menos, pudesse fazer com que o Governo da República assumisse 110 milhões de contos da dívida na sua totalidade e para isso foi preciso, aí sim, fazer não uma engenharia financeira, mas uma manobra, de maneira a que ao antecipar uma amortização de 2.198 mil contos, fazer com que o Governo da República assumisse os 110 milhões de contos que estavam previstos na Lei de Finanças Regionais. Esses 2.198 mil contos aparecem então em passivos financeiros, aparecendo essa rubrica com 7.198 mil contos o que vai fazer com que apareçam ainda os 5 milhões líquidos que foram aprovados nesta Assembleia quando da aprovação do Orçamento de 1999.

Quero dizer ainda que, de facto, este aumento das receitas fiscais e a arrecadação de receitas, faz com que a Região tenha mais receitas próprias e isso é essencial para uma Região que se quer autónoma, que se quer desenvolvida, sem depender de "favores", sem depender de outras transferências que venham do exterior.

É, de facto, um Governo que consegue com protocolos, consegue com a boa relação com o Governo da República fazer com que as receitas sejam cada vez mais e sejam cada vez mais receitas próprias da Região. É um governo que merece toda a credibilidade dos açorianos e que merece toda a credibilidade das instituições que estão no exterior e que se relacionam com este Governo da República.

Mas se o aumento das receitas fiscais é um sinal do esforço deste Governo para dotar esta Região dos meios necessários ao seu desenvolvimento, infelizmente não é compreendido pela oposição que quanto mais receita vê, mais delapida o nosso

orçamento e mais pretextos vê para apresentar e aprovar propostas que vão delapidar as receitas fiscais para criar dificuldades a este Governo.

Por isso deixava aqui uma nota: não estraguem mais o orçamento regional, deixem este Governo governar até ao fim da legislatura com o seu Programa, com o seu orçamento, com o seu Plano e no fim da legislatura vamos a eleições e vamos ver quem é que o povo compreendeu melhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem ouvisse e não tivesse ouvido anteriormente a última intervenção do Sr. Deputado Elvair penso que teria que tirar duas conclusões:

A primeira é que o Sr. Secretário para as Finanças está aqui porque houve legislação antes, nas vésperas ou no dia da aprovação do anterior orçamento que o levou a ter que fazer a revisão, não é essa a verdade.

E chegaríamos ainda a outra conclusão: é que, de facto, em termos orçamentais não há grandes dificuldades e, portanto, havia todas as possibilidades de se cumprir o que estava previsto.

Foi nessa fé que, quando aqui aprovámos o orçamento, eu votei favoravelmente e votei favoravelmente com a aprovação dum artigo que é o artigo 11º. que também teve o voto favorável da bancada do Partido Socialista que diz e vale a pena repetir para ficar claro: "O Governo Regional concretizará no ano de 1999 as propostas legislativas necessárias a compensar os trabalhadores por contra de outrém, pelos custos acrescidos gerados pela insularidade, especialmente os que auferirem rendimentos mais baixos, não beneficiem dos efeitos da adaptação do sistema fiscal".

Quer isto dizer que, e não vou voltar à discussão anterior, esta proposta teria que vir, em nosso entender, em tempo útil de modo a que, com o orçamento presente, porque estávamos a legislar em via de orçamento, se começasse a fazer justiça remuneratória. Isso não aconteceu. A proposta do Governo Regional veio apenas no mês passado.

Neste momento, aprovamos só as medidas remuneratórias para o ano 2000, por propostas apresentadas pela oposição e que não pode ter propostas que alterem o orçamento em vigor.

Por isso mesmo, em nosso entender, não foi concretizado aquilo que efectivamente tinha ficado assente quando aprovámos o Orçamento para 1999. Assim, nós consideramos que nesta matéria o Governo Regional por um lado não honrou devidamente o compromisso assumido e, por outro, esta discussão é efectivamente a prova disso, porque não honrou o compromisso no que diz respeito àquela compensação que vem em vias de orçamento.

Não quero prolongar muito esta matéria. Quis apenas precisar a minha postura perante esta proposta e a minha postura será, portanto, diferente daquela que foi no orçamento inicial. Vou abster-me em relação às matérias que estamos a analisar.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é devido à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, mas há pouco esqueci-me de esclarecer uma coisa à Câmara.

De facto este mapa II, como dizia o Deputado Eugénio Leal, faz referência à Assembleia Legislativa Regional, mas apenas porque era a primeira, tal como por exemplo no Capítulo V também está a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais em que o gabinete do Secretário também não é mudado e está aí porque também era o primeiro. É só por isso.

Presidente: Concluído o debate vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade.

Artigo 1º., para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Está à discussão o artigo 1º. com esta proposta de alteração.

Não havendo intervenientes, vou pôr à votação o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Quando ponho à votação o artigo 1º., ponho simultaneamente os mapas anexos.

Está à discussão o artigo 2º.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Baixa agora à Comissão de Economia para a redacção final

Passamos agora ao ponto nº. 5, **Projecto de Decreto Legislativo Regional - Reforço da Capacidade de Investimento das Autarquias Locais da Região.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em 1998, o Estado "perdoou ao Governo Regional" 110 milhões de contos da dívida pública Regional, existente à data de 31 de Dezembro de 1997, correspondentes a 83% do total da dívida.

As Autarquias da Região Autónoma dos Açores suportando também elas um elevado endividamento, resultante de investimentos nos seus respectivos concelhos, e sofrendo igualmente dos problemas da dupla insularidade, fizeram aprovar uma proposta de saneamento financeiro das Câmaras Municipais dos Açores em sede da Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores, por decisão unânime dos seus membros.

A referida proposta previa a assunção por parte do Governo Regional de 75% da dívida global de cada autarquia, em 31 de Dezembro de 1997.

Por seu lado, o Governo Regional manifestou, creio que com boa intenção, a intenção de proceder ao saneamento das Autarquias Locais, quando incluiu no Decreto Legislativo Regional, que aprovou o Orçamento para 1999, uma disposição nesse sentido. Recordamos o nº 2 do seu art. 6º.

Face ao pedido de fiscalização sucessiva da legalidade da referida norma ao Tribunal Constitucional promovido pelo Gabinete do Senhor Ministro da República, o Governo deixou arrastar o assunto não apresentando, até ao presente, nenhuma solução alternativa.

E isto apesar do Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência ter informado que a questão das dívidas das Autarquias estava a ser estudada por um grupo de trabalho.

Neste contexto, e aproximando-se a discussão do Plano e Orçamento para 2000, o PSD apresentou esta iniciativa legislativa que procurava então, ultrapassar as dúvidas de legalidade levantadas pelo Senhor Ministro da República.

Na verdade, a obra realizada pelas autarquias da Região Autónoma dos Açores deixou durante estes últimos anos a marca indelével da qualidade e do bem fazer, pelo poder mais próximo das populações.

O sucesso da gestão de meios que otimiza a relação custo/benefício está mais garantido quando é levado a cabo por quem conhece, com maior proximidade, as necessidades de investimento das suas localidades.

O aproveitamento que as autarquias, nos últimos anos, fizeram dos recursos colocados à sua disposição pelos Quadros Comunitários de Apoio é merecedor de confiança das demais instituições democráticas de governo, empenhadas no acelerado impulso que é necessário continuar a dar ao desenvolvimento dos Açores. Também cremos que o Governo pensará assim.

É de inteira justiça reconhecer hoje que as Autarquias Locais desempenharam um papel preponderante na utilização das verbas disponíveis no II Quadro Comunitário de Apoio, concorrendo decisivamente para que os Açores apresentassem, como apresentaram, uma das mais elevadas taxas de execução do País.

Tendo em conta o esforço financeiro extraordinário que cada uma das nossas Câmaras Municipais assumiu para garantir participações financeiras da União Europeia, em investimentos que realizaram com grande interesse e utilidade para a melhoria da qualidade de vida das suas populações, faz todo o sentido recorrer agora à solidariedade do orçamento regional, para garantir o reforço da capacidade de investimento das autarquias para novas realizações, a candidatar aos fundos comunitários, agora no âmbito do III QCA.

No cumprimento de um princípio fundamental de solidariedade, a Região deve, em nosso entender, ter em conta as suas disponibilidades orçamentais, decorrentes da já referida assunção parcial da dívida regional pelo Estado, e a necessidade de assegurar um tratamento equitativo a todos os concelhos da Região, participando com as autarquias na tarefa de desenvolvimento económico.

A nossa convicção é de que a solidariedade do orçamento regional pode manifestar-se através deste apoio financeiro específico para o reforço da capacidade de investimento das Autarquias libertando-as das suas limitações orçamentais por via do endividamento. Esta específica forma de apoio financeiro regional às autarquias locais, para além do já previsto na lei sobre cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local, que se saúda, que tem sucesso, visa assegurar a possibilidade de todas as Câmaras Municipais nos Açores terem acesso aos programas do III Quadro Comunitário de Apoio numa situação financeira melhorada, com o respectivo reforço da sua capacidade de investimento.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas é, nos termos constitucionais, uma lei de valor reforçado, uma lei quadro que encerra virtudes ainda por explorar.

Foi já realizada a adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais, foi já aprovado um pacote legislativo de justiça e melhoria remuneratória dos trabalhadores, reformados e pensionistas dos Açores, mas muitas das normas da lei estão ainda por desenvolver e concretizar.

Pela sua importância, oportunidade e pertinência política, é nesta altura o tempo certo de desenvolver e concretizar as potencialidades que a Lei das Finanças Regionais, abre nos seus normativos relativos às relações financeiras entre as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais.

A assunção das dívidas das autarquias contraídas para dar cobertura financeira às necessidades de investimento nos seus respectivos concelhos, nos termos do nosso projecto de diploma, reveste-se, cremos nós, como sendo uma forma de apoio financeiro regional às autarquias locais, tendo por objectivo o reforço da capacidade de investimento destas, previsto e admitido no artigo 44.º da referida Lei das Finanças das Regiões.

O acórdão do Tribunal Constitucional nº 631/99, que declara, com força obrigatória geral, a ilegalidade - por violação do princípio fundamental contido no nº 1 do artigo 7º da Lei de Finanças Locais, da norna do nº 2 do artigo 6º do decreto que aprovou o orçamento regional formula, como o próprio afirma, o seu juízo sobre a legalidade da norma supra referida, num quadro jurídico-constitucional, que não incluiu qualquer referência à Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Nesta matéria, como em muitas outras já discutidas nesta Assembleia, não é possível garantir um absoluto juízo da legalidade deste diploma e da adequação do seu enquadramento jurídico.

Mas também nesta Assembleia foram já declarados votos a favor de propostas de diplomas que apesar de envolverem desde o seu início dúvidas sobre a sua legalidade e/ou constitucionalidade, apostaram na sua aprovação.

Não será pois fundamento jurídico-político bastante, para qualquer partido, com assento neste parlamento, a recusa liminar em viabilizar este projecto que admitimos não tendo consigo a certeza absoluta e que por isso não seja assinado pelo Senhor Ministro da República, sem que antes solicite ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da sua legalidade.

Em nosso entender, o nosso projecto, nos exactos termos em que é formulado, não contraria a preocupação do Tribunal Constitucional, que alerta para que as relações financeiras no caso vertente, entre o poder regional e o municipal dos Açores, não impliquem qualquer tipo de vinculação ou dependência face à administração regional, nem constitua o suporte de intoleráveis desigualdades entre as autarquias, afastando por isso os subsídios e participações, considerados como instrumento de dependência das autarquias locais face à administração regional.

Importante, no entendimento do professor Casalta Nabais citado no acordo, é que estas relações obedeçam a critérios objectivos legalmente definidos.

Se é verdade que nada disto aconteceu com os termos da norma do nº 2 do artigo 6º do Decreto Orçamental de 1999, já declarado ilegal, não será tão líquido que o seja para o nosso projecto, visto que ele cria um enquadramento legal deste relacionamento e define critérios objectivos, que não implicam qualquer tipo de vinculação ou dependência casuística e discriminatória da administração local face à administração regional.

Aliás, entendemos mesmo que fazer depender o reforço da capacidade de investimento das autarquias dos Açores de futuros protocolos financeiros negociados, caso a caso, com este Governo Regional, é que podem, e citando o prof. Doutor Sousa Franco, fazer com que "os velhos demónios da sujeição das autarquias ao governo pela dependência financeira têm de novo as portas abertas".

Entendemos que a Região Autónoma dos Açores assumindo, embora, as dívidas de investimento das Câmaras Municipais dos Açores, nos termos do nosso projecto e este é o nosso contributo pedagógico, para o entendimento do espírito do legislador, não tem em vista resolver um problema do passado da gestão autárquica, mas antes sustenta-se numa arquitectura financeira que visa o dito reforço da capacidade de investimento futuro das autarquias, por meios não dependentes do relacionamento com o Governo Regional.

Afinal o nosso projecto baseia-se numa filosofia de parceria e não de dependências, entre o governo regional e as câmaras municipais para o desenvolvimento dos Açores e para a optimização dos recursos financeiros disponíveis pelo futuro Quadro Comunitário de Apoio para a Região.

Desta forma, criamos as condições para que as Autarquias continuem a ser um instrumento privilegiado para a melhoria das condições de vida dos Açorianos, sem com isso, note-se, provocar um esforço financeiro do orçamento regional inconportável, que calculamos ronde os 400 mil contos.

Olhos postos no futuro e confiantes na capacidade do bem fazer e escolher dos autarcas açorianos, dizemos sim à solidariedade do Orçamento Regional para com os investimentos a realizar pelo Poder Local dos Açores.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Apresentado o diploma e porque já estamos quase em cima da hora regimental e de acordo com a Conferência, o debate será feito amanhã pelas 10,00 horas.

Peço aos Srs. líderes parlamentares para se aproximarem aqui da Mesa para acertarmos a condução dos trabalhos.

Estã encerrada a sessão. Começaremos amanhã pelas 10,00 horas.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos.)

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Parecer da Comissão de Política Geral, sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Regula os procedimentos de contratação pública nos sectores da água, energia, transportes e comunicações"

A Comissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, no dia 22 de Novembro de 1999, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "regula os procedimentos de contratação pública nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações".

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 227º, e do nº 2, do artigo 229º, da Constituição da República (CRP), da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A comissão deliberou, por unanimidade, nada opor ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Horta, 22 de Novembro de 1999.

O Relator, *Francisco Xavier Rodrigues*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Couto de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

(Deputados que faltaram à Sessão)

Partido Socialista (PS)

António Silva Melo

Partido Popular (PP)

Nuno Almeida e Sousa

O Redactor de 1.^a classe: *José Rodrigues da Costa*